



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

Campus Livramento

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS –
BACHARELADO**

Sant'Ana do Livramento

Abril, 2023

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
RELAÇÕES INTERNACIONAIS – BACHARELADO

- Reitor: Roberlaine Ribeiro Jorge
- Vice-Reitor: Marcus Vinicius Morini Querol
- Pró-Reitora de Graduação: Shirley Grazieli da Silva Nascimento
- Pró-Reitor Adjunto de Graduação: Cesar Flaubiano da Cruz Cristaldo
- Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação: Fábio Gallas Leivas
- Pró-Reitor Adjunto de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação: Ana Paula Manera Ziotti
- Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Paulo Rodinei Soares Lopes
- Pró-Reitor Adjunto de Extensão e Cultura: Franck Maciel Peçanha
- Pró-Reitor de Assuntos Estudantis e Comunitários: Carlos Aurélio Dilli Gonçalves
- Pró-Reitor Adjunto de Assuntos Estudantis e Comunitários: Bruno dos Santos Lindemayer
- Pró-Reitor de Administração: Fernando Munhoz da Silveira
- Pró-Reitora de Planejamento e Infraestrutura: Viviane Kanitz Gentil
- Pró-Reitor Adjunto de Planejamento e Infraestrutura: Fabiano Zanini Sobrosa
- Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Edward Frederico Castro Pessano
- Procurador Educacional Institucional: Michel Rodrigues Iserhardt
- Diretor do Câmpus: Alexandre Vicentine Xavier
- Coordenador Acadêmico: Fernando Pedro Meinero
- Coordenador Administrativo: João Timóteo de los Santos
- Coordenador(a) do Curso: Anna Carletti
- Coordenador(a) Substituto(a): Letícia Britto Dos Santos
- Núcleo Docente Estruturante: Nathaly Silva Xavier Schutz (Presidente); Anna Carletti (Secretária); Fábio Régio Bento; Fernando Pedro Meinero; Flávio Augusto Lira Nascimento; Kamilla Raquel Rizzi; Letícia Britto Dos Santos; Rafael Balardim; Rafael Vitória Schmidt.

SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO	8
APRESENTAÇÃO.....	10
1 CONTEXTUALIZAÇÃO	12
1.1 Contextualização da Unipampa.....	12
1.2 Contexto da inserção regional do câmpus e do Curso.....	18
1.3 Concepção do Curso.....	24
1.3.1 Justificativa	27
1.3.2 Histórico do Curso	31
1.4 Apresentação do Curso	32
1.4.1 Administração do campus (Santana do Livramento)	32
1.4.2 Funcionamento do Curso	37
1.4.3 Formas de Ingresso	38
2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	43
2.1 políticas de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso	43
2.1.1 Políticas de Ensino	44
2.1.2 Políticas de Pesquisa	45
2.1.3 Políticas de Extensão	46
2.2 Objetivos do Curso.....	49
2.3 Perfil do Egresso	50
2.3.1 Campos de Atuação Profissional	53
2.3.2 Habilidades e Competências	53
2.4 Organização Curricular	55
2.4.1 Requisitos para integralização curricular	56
2.4.2 Matriz curricular	57
2.4.3 Abordagem dos Temas Transversais	71
2.4.4 Flexibilização Curricular	72
2.4.5 Estágios Obrigatórios ou Não Obrigatórios	84
2.4.6 Trabalho de Conclusão de Curso	85
2.4.7 Inserção da extensão no currículo do curso	85
2.5 Metodologias de Ensino	87
2.5.1 Interdisciplinaridade	88
2.5.2 Práticas Inovadoras	89
2.5.3 Acessibilidade Metodológica	90

2.5.4 Tecnologias de informação e comunicação (TICs) no processo de ensino e aprendizagem	92
2.6 Avaliação da aprendizagem	93
2.7 Apoio ao discente	95
2.8 Gestão do curso a partir do processo de avaliação interna e externa	96
3 EMENTÁRIO	99
3.1. Ementário Componentes Curriculares de Graduação Complementares	133
4 GESTÃO	156
4.1 Recursos humanos	156
4.1.1 Coordenação de Curso	156
4.1.2 Núcleo Docente Estruturante (NDE)	157
4.1.3 Comissão do Curso	159
4.1.4 Corpo docente	162
4.2 Recursos de infraestrutura	168
4.2.1 Espaços de trabalho	169
4.2.2 Biblioteca	173
4.2.3 Laboratórios	174
REFERÊNCIAS	176
APÊNDICE A	179
APÊNDICE B	192
APÊNDICE C	195
APÊNDICE D	201

IDENTIFICAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

- ♣ Mantenedora: Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA
- ♣ Natureza Jurídica: Fundação Federal
- ♣ Criação/Credenciamento: Lei 11.640, 11/01/2008, publicada no Diário Oficial da União de 14/01/2008
- ♣ Credenciamento EaD: Portaria MEC 1.050 de 09/09/2016, publicada no D.O.U. de 12/09/2016
- ♣ Recredenciamento: Portaria MEC 316 de 08/03/2017, publicada no D.O.U. de 09/03/2017
- ♣ Índice Geral de Cursos (IGC): 4
- ♣ Site: www.unipampa.edu.br

REITORIA

- ♣ Endereço: Avenida General Osório, n.º 900
- ♣ Cidade: Bagé/RS
- ♣ CEP: 96400-100
- ♣ Fone: + 55 53 3240-5400
- ♣ Fax: + 55 53 32415999

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

- ♣ Endereço: Rua Melanie Granier, n.º 51
- ♣ Cidade: Bagé/RS
- ♣ CEP: 96400-500
- ♣ Fone: + 55 53 3247-5445 Ramal 4803 (Gabinete)
- ♣ Fone: + 55 53 3242-7629 5436 (Geral)
- ♣ E-mail: prograd@unipampa.edu.br

CÂMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO

- ♣ Endereço: Rua Barão do Triunfo, 1048
- ♣ Cidade: Santana do Livramento.
- ♣ CEP: 97573-638
- ♣ Fone: +55 3967-1700
- ♣ E-mail: livramento@unipampa.edu.br
- ♣ Site: <https://unipampa.edu.br/livramento/>

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

- ♣ Área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas
- ♣ Nome do curso: Relações Internacionais
- ♣ Grau: Bacharelado
- ♣ Código e-MEC: 121593
- ♣ Titulação: Bacharel(a) em Relações Internacionais
- ♣ Turno: Integral
- ♣ Integralização: 8 semestres
- ♣ Duração máxima: 16 semestres
- ♣ Carga horária total: 3200
- ♣ Periodicidade: semestral
- ♣ Número de vagas: 50 vagas anuais
- ♣ Modo de Ingresso: Sistema de Seleção Unificada (SiSU) e outras modalidades de ingresso definida pela instituição
- ♣ Data de início do funcionamento do Curso: 01/08/2009
- ♣ Atos regulatórios de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento do curso:
- ♣ Autorizado pela Portaria nº 332, de 5 de maio de 2015, publicada no DOU de 05/05/2015.
- ♣ Reconhecido pela Portaria nº 664, de 12 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 13/12/2013; Portaria nº Portaria nº 270, de 03 de abril de 2017, de Renovação automática de **reconhecimento**, publicada no DOU de 04/04/2017.
- ♣ Página web do curso: <https://cursos.unipampa.edu.br/cursos/relacoesinternacionais/>
- ♣ Contato: slri@listas.unipampa.edu.br

APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) – Campus Sant’Ana do Livramento – é uma construção coletiva de todos os segmentos da comunidade acadêmica. Sendo assim, concepções, acertos e erros serão fruto de uma ação consciente e organizada do NDE, docentes e discentes do Curso de Relações Internacionais.

A estrutura deste documento é dividida em quatro capítulos. O primeiro capítulo apresenta a contextualização da Universidade, o contexto da inserção regional do campus e do curso, bem como a concepção deste. O segundo capítulo trata da organização didático-pedagógica, que abrange as políticas de ensino, pesquisa e extensão, metodologias de ensino e avaliação da aprendizagem, apoio ao discente, entre outros temas. O terceiro capítulo expõe o ementário do curso. E o quarto e último capítulo aborda a gestão do curso, envolvendo aspectos como recursos humanos e infraestrutura.

O documento demonstra a autonomia, participação e descentralização do processo educativo mencionado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (LDB). Nessa perspectiva, o Projeto Pedagógico visa melhorar a qualidade da educação e essa preocupação expressa-se muito bem na tríplice finalidade da educação em função da pessoa, da cidadania e do trabalho (VEIGA, 2003). Com o mesmo cuidado com que foi conduzida a construção deste será feita a reflexão contínua dos processos que nele constam, buscando a qualidade do Curso e da Educação Superior. O trabalho foi realizado pelo planejamento coletivo, flexível, questionado e refletido em busca de um tipo de cidadão que se quer formar, com que meios, que tipo de sociedade se deseja e o que a UNIPAMPA pode e deve fazer considerando a realidade em que está inserida. Dessa forma, este Projeto Pedagógico representa o marco inicial de um Curso Superior relativamente jovem nas Instituições de Ensino Superior e foi concebido pela Universidade a partir dos Padrões de Qualidade do Ministério da Educação para os Cursos de Relações Internacionais (de 2009) e demais regulamentações do Ensino Superior brasileiro e da própria Universidade, que então regulavam os cursos de Relações Internacionais.

Este Projeto Pedagógico é a segunda alteração do Projeto original, concebido a partir de 2009, quando o curso iniciou no 2º semestre e finalizou sua primeira turma em 2013, obtendo no processo de reconhecimento do curso junto ao Ministério da Educação, o

conceito máximo (5,0). Com a regulamentação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do curso de Relações Internacionais (bacharelado), em 4 de outubro de 2017 (no DOU nº 192, quinta feira, 5 de outubro de 2017, pág. 18), e com as demandas e experiências vividas ao longo desses 12 anos de curso, houve a necessidade de atualizações importantes na estrutura do currículo ora apresentado. As alterações realizadas buscam implantar a inserção da extensão e adequar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) às novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Relações Internacionais (DCNs).

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA UNIPAMPA

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023), a criação da Universidade Federal do Pampa é marcada por intencionalidades, dentre essas o direito à educação superior pública e gratuita por parte dos grupos que historicamente estiveram à margem deste nível de ensino. Sua instalação em região geográfica marcada por baixos índices de desenvolvimento edifica a concepção de que o conhecimento produzido neste tipo de instituição é potencializador de novas perspectivas. A expectativa das comunidades que lutaram por sua criação atravessa as intencionalidades da Universidade, que necessita ser responsiva às demandas locais e, ao mesmo tempo, produzir conhecimentos que extrapolem as barreiras da regionalização, lançando-a cada vez mais para territórios globalizados. Esses compromissos foram premissas para a escolha dos valores balizadores do fazer da Instituição, bem como para a definição de sua missão e do desejo de vir a ser (visão de futuro) e passam, a seguir, a ser explicitados.

MISSÃO

A UNIPAMPA, através da integração entre ensino, pesquisa e extensão, assume a missão de promover a educação superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos comprometidos e capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional.

VISÃO

A UNIPAMPA busca constituir-se como instituição acadêmica de reconhecida excelência, integrada e comprometida com o desenvolvimento sustentável, com o objetivo de contribuir na formação de cidadãos para atuar em prol da região, do país e do mundo.

VALORES

- ♣ Ética;
- ♣ Transparência e interesse público;
- ♣ Democracia;
- ♣ Respeito à dignidade da pessoa humana e seus direitos fundamentais;
- ♣ Garantia de condições de acessibilidade;
- ♣ Liberdade de expressão e pluralismo de ideias;
- ♣ Respeito à diversidade;
- ♣ Indissociabilidade de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- ♣ Ensino superior gratuito e de qualidade;
- ♣ Formação científica sólida e de qualidade;
- ♣ Exercício da cidadania;
- ♣ Visão multi, inter e transdisciplinar do conhecimento científico;
- ♣ Empreendedorismo, produção e difusão de inovação tecnológica;
- ♣ Desenvolvimento regional e internacionalização;
- ♣ Medidas para o uso sustentável de recursos renováveis; e
- ♣ Qualidade de vida humana (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, 2019).

A Fundação Universidade Federal do Pampa é resultado da reivindicação da comunidade da região, que encontrou guarida na política de expansão e renovação das Instituições Federais de Educação Superior, incentivada pelo Governo Federal desde a segunda metade da primeira década de 2000. Veio marcada pela responsabilidade de contribuir com a região em que se edifica - um extenso território, com problemas no processo de desenvolvimento, inclusive de acesso à educação básica e à educação superior - a “Metade Sul” do Rio Grande do Sul. Veio ainda para contribuir com a integração e o desenvolvimento da região de fronteira do Brasil com o Uruguai e a Argentina.

O reconhecimento das condições regionais, aliado à necessidade de ampliar a oferta de Ensino Superior gratuito e de qualidade nesta região, motivou a proposição dos dirigentes dos municípios da área de abrangência da UNIPAMPA a pleitear, junto ao Ministério da Educação, uma Instituição Federal de Ensino Superior. O atendimento a esse pleito foi

anunciado no dia 27 de julho de 2005, em ato público realizado na cidade de Bagé, com a presença do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Nessa mesma ocasião, foi anunciado o Consórcio Universitário da Metade Sul, responsável, no primeiro momento, pela implantação da nova Universidade. Em 22 de novembro de 2005, esse consórcio foi firmado mediante a assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Educação, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), prevendo a ampliação da Educação Superior no Estado. Coube à UFSM implantar os campi nas cidades de São Borja, Itaqui, Alegrete, Uruguaiana e São Gabriel e, à UFPel, os campi de Jaguarão, Bagé, Dom Pedrito, Caçapava do Sul e Santana do Livramento. As instituições componentes do consórcio foram responsáveis pela criação dos primeiros cursos da futura Instituição, sendo estes: campus Alegrete: Ciência da Computação, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica; campus Bagé: Engenharia de Produção, Engenharia de Alimentos, Engenharia Química, Engenharia de Computação, Engenharia de Energias Renováveis e de Ambiente, Licenciatura em Física, Licenciatura em Química, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Letras (Português e Espanhol), Licenciatura em Letras (Português e Inglês); campus Caçapava do Sul: Geofísica; campus Dom Pedrito: Zootecnia; campus Itaqui: Agronomia; campus Jaguarão: Pedagogia e Licenciatura em Letras (Português e Espanhol); campus Santana do Livramento: Administração; campus São Borja: Comunicação Social – Jornalismo, Comunicação Social - Publicidade e Propaganda e o Curso de Serviço Social; campus São Gabriel: Ciências Biológicas Licenciatura e Bacharelado, Engenharia Florestal e Gestão Ambiental; campus Uruguaiana: Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia; totalizando 27 cursos de graduação.

Em setembro de 2006, as atividades acadêmicas tiveram início nos campi vinculados à UFPel e, em outubro do mesmo ano, nos campi vinculados à UFSM. Para dar suporte às atividades acadêmicas, as instituições componentes do consórcio realizaram concursos públicos para docentes e técnico-administrativos em educação, além de desenvolverem e iniciarem a execução dos projetos dos prédios de todos os campi. Nesse mesmo ano, entrou em pauta no Congresso Nacional o Projeto de Lei número 7.204/06, que propunha a criação da UNIPAMPA.

Em 16 de março de 2007, foi criada a Comissão de Implantação da UNIPAMPA, que teve seus esforços direcionados para constituir os primeiros passos da identidade dessa

nova Universidade. Para tanto, promoveu as seguintes atividades: planejamento da estrutura e funcionamento unificados; desenvolvimento profissional 15 de docentes e técnico-administrativos em educação; estudos para o projeto acadêmico; fóruns curriculares por áreas de conhecimento; reuniões e audiências públicas com dirigentes municipais, estaduais e federais, bem como com lideranças comunitárias e regionais, sobre o projeto de desenvolvimento institucional da futura UNIPAMPA.

Em 11 de janeiro de 2008, a Lei nº 11.640 cria a UNIPAMPA – Fundação Universidade Federal do Pampa, que fixa em seu Art. 2º:

A UNIPAMPA terá por objetivos ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional, mediante atuação multicampi na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul (BRASIL, 2008, p.1).

No momento de sua criação, a UNIPAMPA já contava com 2.320 alunos, 180 servidores docentes e 167 servidores técnico-administrativos em educação.

Ainda em janeiro de 2008, foi dado posse ao primeiro reitorado que, na condição pro tempore, teve como principal responsabilidade integrar os campi criados pelas instituições componentes do consórcio que deu início às atividades dessa Instituição, constituindo e consolidando-os como a Universidade Federal do Pampa. Nessa gestão foi constituído provisoriamente o Conselho de Dirigentes, integrado pela Reitora, Vice-Reitor, Pró-Reitores e os Diretores de campus, com a função de exercer a jurisdição superior da Instituição, deliberando sobre todos os temas de relevância acadêmica e administrativa. Ainda em 2008, ao final do ano, foram realizadas eleições para a Direção dos campi, nas quais foram eleitos os Diretores, Coordenadores Acadêmicos e Coordenadores Administrativos.

Em fevereiro de 2010, foi instalado o Conselho Universitário (CONSUNI), cujos membros foram eleitos ao final do ano anterior. Composto de forma a garantir a representatividade da comunidade interna e externa com prevalência numérica de membros eleitos, o CONSUNI, ao longo de seu primeiro ano de existência, produziu um amplo corpo normativo. Dentre outras, devem ser destacadas as Resoluções que regulamentam o desenvolvimento de pessoal; os afastamentos para a pós-graduação; os estágios; os concursos docentes; a distribuição de pessoal docente; a prestação de serviços; o uso de veículos; as gratificações relativas a cursos e concursos; as eleições universitárias; a colação de grau; o funcionamento das Comissões Superiores e da Comissão Própria de Avaliação. Pela sua relevância, a aprovação do Regimento Geral da Universidade, ocorrida em julho de

2010, simboliza a profundidade e o alcance desse trabalho coletivo, indispensável para a implantação e consolidação institucional. Visando dar cumprimento ao princípio de publicidade, as reuniões do CONSUNI são transmitidas, ao vivo, pela Internet, para toda a Instituição, e as resoluções, pautas e outras informações são publicadas na página web.

Atualmente, 66 cursos presenciais e 06 a distância encontram-se em funcionamento:

Campus Alegre: Ciência da Computação, Engenharia Agrícola, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia de Software e Engenharia de Telecomunicações (bacharelados);

Campus Bagé: Engenharia de Alimentos, Engenharia de Computação, Engenharia de Energia, Engenharia de Produção, Engenharia Química (Bacharelados); Física, Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa, Letras - Línguas Adicionais: Inglês, Espanhol e Respectivas Literaturas, Matemática, Música e Química (Licenciaturas).

Campus Caçapava do Sul: Ciências Exatas (Licenciatura), Engenharia Ambiental e Sanitária, Geofísica, Geologia (Bacharelados); Mineração (Tecnológico).

Campus Dom Pedrito: Agronegócio (Tecnológico); Ciências da Natureza e Educação do Campo (Licenciaturas); Enologia e Zootecnia (Bacharelados).

Campus Itaqui: Agronomia, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, Nutrição (Bacharelados); Matemática (Licenciatura).

Campus Jaguarão: Gestão de Turismo (Tecnológico); História, Letras - Espanhol e Literatura Hispânica, Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa, Letras - Português EaD Institucional-UAB, Pedagogia, Pedagogia EaD - UAB (Licenciaturas), Produção e Política Cultural (Bacharelado).

Campus Santana do Livramento: Administração, Administração Pública EaDUAB, Ciências Econômicas, Direito, Gestão Pública e Relações Internacionais (Bacharelados).

Campus São Borja: Ciências Humanas, Geografia EaD/UAB e História EaD/UAB (Licenciaturas); Ciências Sociais - Ciência Política, Direito, Jornalismo, 17 Comunicação Social - Publicidade e Propaganda, Relações Públicas e Serviço Social (Bacharelados).

Campus São Gabriel: Biotecnologia, Ciências Biológicas, Engenharia Florestal e Gestão Ambiental (Bacharelados); Ciências Biológicas (Licenciatura).

Campus Uruguaiana: Ciências da Natureza, Educação Física, Ciências da Natureza EaD/UAB (Licenciaturas); Enfermagem, Engenharia de Aquicultura, Farmácia, Fisioterapia, Medicina e Medicina Veterinária (Bacharelados).

A instituição também oferece cursos de pós-graduação em nível de especializações, mestrados e doutorados.

Atualmente, na UNIPAMPA, encontram-se em funcionamento 18 programas de pós-graduação “lato sensu” (especialização) e 25 programas de pós-graduação “stricto sensu” (mestrado e doutorado).

Os cursos de especialização ofertados são:

Campus Bagé: Gestão de Processos Industriais Químicos; Especialização em Matemática no Ensino Médio (Matemática na Prática) (UAB)

Campus Caçapava do Sul: Gestão e Educação Ambiental; Educação Científica e Tecnológica.

Campus Dom Pedrito: Produção Animal; Agronegócio; Ensino de Ciências da Natureza: práticas e processos formativos.

Campus Itaqui: Ciências Exatas e Tecnologia; Produção Vegetal; Desenvolvimento Regional e Territorial; Tecnologia dos Alimentos.

Campus Santana do Livramento: Relações Internacionais Contemporâneas.

Campus São Borja: Especialização em Mídia e Educação;

Campus Uruguaiana: História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena; Gestão em Saúde (UAB); Fisioterapia em Neonatologia e Pediatria; Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Urgência e Emergência; Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Coletiva; 18 Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva; Programa de Residência Integrada em Medicina Veterinária.

Em relação aos cursos de mestrado e doutorado, são ofertados:

Campus Alegrete: Mestrado Acadêmico em Engenharia Elétrica; Mestrado Acadêmico em Engenharia; Mestrado Profissional em Engenharia de Software.

Campus Bagé: Mestrado Acadêmico em Computação Aplicada; Mestrado Profissional em Ensino de Ciências; Mestrado Profissional em Ensino de Línguas; Mestrado Acadêmico em Ensino, Mestrado Acadêmico em Ciência e Engenharia de Materiais.

Campus Caçapava do Sul: Mestrado Profissional em Tecnologia Mineral; Mestrado Profissional em Educação Matemática.

Campus Jaguarão: Mestrado Profissional em Educação. Campus Santana do Livramento: Mestrado Acadêmico em Administração.

Campus São Borja: Mestrado Profissional em Políticas Públicas; Mestrado Profissional em Comunicação e Indústria Criativa.

Campus São Gabriel: Mestrado e Doutorado Acadêmico em Ciências Biológicas.

Campus Uruguaiana: Mestrado e Doutorado Acadêmico em Bioquímica; Mestrado e Doutorado Acadêmico em Ciência Animal; Mestrado Acadêmico em Ciências Farmacêuticas; Mestrado e Doutorado em Ciências Fisiológicas; Mestrado e Doutorado Acadêmico em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde.

Atualmente, a instituição possui 905 servidores técnico-administrativos, 975 docentes e 21939 alunos.

1.2 CONTEXTO DA INSERÇÃO REGIONAL DO CÂMPUS E DO CURSO

O território onde se insere a UNIPAMPA compreende, atualmente, três Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES), duas Mesorregiões e cinco Microrregiões sendo a primeira uma divisão regional estabelecida pelo Estado do Rio Grande do Sul – para fins de planejamento do desenvolvimento regional – e, as duas seguintes, áreas geográficas delimitadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os COREDES onde estão localizados os *campi* da UNIPAMPA são: Fronteira Oeste, com 13 municípios, Campanha, com sete municípios; e Sul com 22 municípios. As Mesorregiões, por sua vez, são: a Sudoeste Rio-Grandense, com 19 municípios; e Sudeste Rio-Grandense, com 25 municípios. Por fim, as Microrregiões são: Campanha Central (quatro municípios);

Campanha Ocidental (10 municípios); Campanha Meridional (cinco municípios); Serras de Sudeste (oito municípios); Jaguarão (três municípios). O curso de Relações Internacionais, localizado em Santana do Livramento situa-se na Mesorregião do Sudoeste Rio-Grandense, na Microrregião da Campanha Central e no COREDE Fronteira Oeste. A Tabela 1 apresenta as cidades onde estão situados os *campi* da universidade e suas respectivas divisões.

Tabela 1 - *Campi* da UNIPAMPA e Regiões Administrativas e Geográficas

UNIPAMPA	Mesorregião	Microrregião	COREDE
Alegrete	Sudoeste Rio-grandense	Campanha Ocidental	Fronteira Oeste
Bagé	Sudoeste Rio-grandense	Campanha Meridional	Campanha
Caçapava do Sul	Sudeste Rio-grandense	Serras de Sudeste	Campanha
Dom Pedrito	Sudoeste Rio-grandense	Campanha Meridional	Campanha
Itaqui	Sudoeste Rio-grandense	Campanha Ocidental	Fronteira Oeste
Jaguarão	Sudeste Rio-grandense	Jaguarão	Sul
Santana do Livramento	Sudoeste Rio-grandense	Campanha Central	Fronteira Oeste
São Borja	Sudoeste Rio-grandense	Campanha Ocidental	Fronteira Oeste
São Gabriel	Sudoeste Rio-grandense	Campanha Central	Fronteira Oeste
Uruguaiana	Sudoeste Rio-grandense	Campanha Ocidental	Fronteira Oeste

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE e do Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul.

Geograficamente as Mesorregiões onde a UNIPAMPA se encontra somam 105.029 km², representando 37,28% da área do Estado do Rio Grande do Sul, enquanto as Microrregiões somam 85.433 km² (30,32%) e os COREDES 99.416 km² (35,29%), para o ano de 2022. Por sua vez, o município de Santana do Livramento apresenta a área total de 6.950,35 (2,47%), sendo o segundo maior município do Estado em extensão territorial. Percebe-se, através das extensões territoriais apresentadas pelas subdivisões, que a universidade se situa em uma extensa área do Estado (FEE, 2023). Tal extensão territorial, com grande participação territorial no Estado, não acontece em termos de população. Em 2022 a estimativa populacional de acordo com o IBGE para o Estado foi de 11.088.065 habitantes, enquanto as Mesorregiões somadas alcançaram 1.644.642 habitantes, ou 14,5%

da população total do Estado. Já o município de Santana do Livramento apresentou em 2021 uma população estimada de 75.647 habitantes segundo o IBGE.

Além da baixa densidade demográfica, a região onde se insere a UNIPAMPA apresentou, entre 2010 e 2021 um decréscimo da população estimada. Entre 2010 e 2021 a redução da população estimada para as Mesorregiões Sudeste e Sudoeste Rio-Grandense foi de aproximadamente 1,5%. O mesmo acontece para as Microrregiões onde se situa a UNIPAMPA, com queda de 4,14% e também para os COREDES, com redução de 1,38%. Enquanto isso, o município de Santana do Livramento apresentou uma queda de 4,70% em sua estimativa populacional entre 2010 e 2021.

Com relação ao Produto Interno Bruto, o Rio Grande do Sul tem apresentado taxas semelhantes de crescimento ao Brasil. Entre 2002 e 2016, enquanto o Brasil apresentou um crescimento médio do PIB de 3,99% ao ano, o Rio Grande do Sul cresceu a uma média de 3,86% ao ano, para o mesmo período. Em 2022, o PIB do Rio Grande do Sul somou R\$ 594,96 bilhões (6% do PIB nacional), e o PIB per capita registrou o valor de 51.701, queda de 5,4 na comparação com 2021.

Um crescimento semelhante é observado nas Mesorregiões e Microrregiões onde a UNIPAMPA está situada, com 3,85% e 3,52% ao ano respectivamente. Entretanto, Santana do Livramento apresenta um crescimento superior no mesmo período, de 5,90% ao ano.

A análise de um período menor, que contemple a recente queda do produto do país pode ser útil. Entre 2010 e 2016 as taxas de crescimento das mesmas áreas apresentadas até então foram: Brasil, 1,10%; Rio Grande do Sul, 1,81%; Mesorregiões UNIPAMPA, 2,48%; Microrregiões UNIPAMPA, 2,93%. Nota-se, portanto, que houve uma redução na taxa média de crescimento ao ano das áreas destacadas, dado a mudança no período de análise. Entretanto, o contrário acontece com Santana do Livramento, que cresceu, em média, 8,45% entre 2010 e 2016.

Cabe destacar a participação de Santana do Livramento no Produto total do Estado e também da Mesorregião e Microrregião das quais faz parte. Com relação ao Estado, o PIB do município representa 0,56% do seu total. Já para a Mesorregião, 12,55% e para a Microrregião 12,55%. Neste sentido, apesar de ter uma participação relativamente alta no

PIB da Mesorregião e da Microrregião, Santana do Livramento apresenta uma participação baixa sobre o PIB gaúcho, sendo o 35º maior PIB do Estado em 2019.

Com relação ao PIB per capita a Mesorregião Sudoeste subiu de R\$ 21.450,46 para R\$ 24.158,59, enquanto o da Sudeste apresentou um aumento superior, de R\$ 18.603,72 para R\$ 24.669,17. Tais aumentos representam 12,62% e 32,60%, respectivamente, em termos de produto. Embora as taxas de crescimento do período para as Mesorregiões sejam superiores a estadual, sendo que o Rio Grande do Sul teve crescimento de 9,99%, se observa que tais regiões apresentam um PIB per capita inferior ao estadual, que foi de R\$ 34.179,74 em 2015. Por sua vez, Santana do Livramento teve um aumento de 62,84% entre 2010, 2015 e 2020, passando de R\$ 14.588,21 a R\$ 23.755,75 e para R\$ 30.208,59 em 2020. Percebe-se, portanto, que apesar de as regiões e o município apresentem taxas de crescimento superior do PIB per capita, o seu valor em reais ainda é bastante inferior ao estadual. Neste sentido, o PIB per capita das Mesorregiões Sudoeste, Sudeste e de Santana do Livramento representam apenas 70,67%, 72,17% e 69,50, respectivamente, do observado no Estado do Rio Grande do Sul.

Tal cenário de redução populacional encontra respaldo na própria história do Rio Grande do Sul. Em seus primórdios, a economia dessa região foi o sustentáculo da economia de todo o Estado. Grandes movimentos políticos e econômicos surgiram neste espaço de grandes lavras de terra e de grande potencialidade agropecuária. No entanto, o mesmo modelo que garante a pujança regional é a causa do atraso social e econômico estabelecido contemporaneamente. O modelo da pecuária extensiva, da monocultura, do latifúndio, acompanhado de uma industrialização dependente do capital ou do mercado externo, perde espaço com a mudança da fronteira agrícola e com o acirramento das condições competitivas impostas pelo processo de abertura da economia.

A dualidade socioeconômica sul-norte singulariza a situação da Metade Sul, impondo grandes desafios para a superação dos condicionantes que dificultam o seu desenvolvimento. Com a produção industrial crescentemente irrelevante, a estrutura produtiva passou a depender, fortemente, dos setores primário e de serviços. Outros fatores, combinados entre si, têm dificultado a superação da situação atual: baixo investimento público per capita, que

reflete a baixa capacidade financeira dos municípios; a baixa densidade populacional e alta dispersão urbana; a estrutura fundiária caracterizada por médias e grandes propriedades; a distância dos polos desenvolvidos do Estado, que prejudicam a competitividade; a atração de benefícios, dentre outros. Essa realidade econômica vem afetando, fortemente, a geração de empregos e os indicadores sociais, especialmente os relativos à educação e à saúde.

Um dos fatos relevantes na estrutura econômica da região onde a UNIPAMPA está inserida foi a sua desindustrialização, fenômeno também observado em nível estadual e nacional: o setor industrial era responsável por 20% do total do valor adicionado em 2010 e caiu para cerca de 11,18% em 2015, na Mesorregião Sudeste, enquanto que na Sudoeste o resultado pouco variou, mantendo uma baixa participação, de 11,59% em 2010 e 11,33% em 2015. Destacam-se, nestas regiões, a participação dos setores agropecuários e de serviços no total do valor adicionado. Para a Mesorregião Sudeste, a participação do setor agropecuário foi de 11,18% em 2010 e 12,87% em 2015, enquanto na Sudoeste as participações ficam em 22,47% e 24,50% respectivamente, para 2010 e 2015. A participação do setor de serviços é maior na Mesorregião Sudeste, aumentando a sua participação de 69,21%, em 2010, para 70,42%, em 2015. Na região Sudoeste os resultados foram 65,94, para 2010, e 64,17% para 2015.

Em Santana do Livramento encontra-se uma situação diferente em 2015. Entre 2010 e 2014 a composição do valor adicionado na economia local apresentava uma maior participação no setor de serviços, sendo 81,37% em 2010 e 68,45% em 2015, enquanto o setor agropecuário teve participação de 14,01% e 14,32% no mesmo período, respectivamente. A queda observada no setor de serviços se deve ao aumento da participação do setor industrial no ano de 2015, que passa a ser 17,22% em 2015, sendo de 4,62% em 2010. Tal resultado pode estar relacionado com a implantação de parques de geração de energia eólica no município, uma vez que parte significativa dos investimentos nesta fonte energética passam a operar entre 2014 e 2015.

Nas regiões onde a UNIPAMPA tem-se como principais empregadores os setores de administração pública, defesa e seguridade social, empregando em média 30,80% do total de pessoas ocupadas nas Mesorregiões Sudeste e Sudoeste Rio-Grandense, sendo importante

também os seguintes setores: comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, com 22,35% em 2015; indústria de transformação, com 10,39%; e agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, com 17,05%. Em Santana do Livramento, os setores que se destacam são: administração pública, defesa e seguridade social, com 16,14%; transporte, armazenagem e correio, com 5,05%; comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, com 39,08%; indústria de transformação, 3,83%; e agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, com 9,71%.

Com relação às estatísticas de educação, observa-se que as taxas de analfabetismo da região são superiores às observadas para o Rio Grande do Sul, que foi de 4,53% para pessoas com 15 anos ou mais. Em 2010, a taxa média de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais, para as Mesorregiões Sudeste e Sudoeste Rio-Grandense, é de 8,02%, enquanto em Santana do Livramento é de 5,50%. Sobre o ensino superior na região, observa-se uma significativa elevação no número de matrículas, sendo que em 2002 o total foi de 31.605 matrículas e em 2015 88.493, representando um crescimento de quase 180%, enquanto se observa no Estado um crescimento de aproximadamente 151%. É interessante perceber que a UNIPAMPA faz parte deste aumento. Ao todo, no Estado do Rio Grande do Sul, o número de matrículas no ensino superior, em instituições federais, passou de 42.638, em 2002, para 94.079, em 2015. Nas Mesorregiões onde encontra-se a UNIPAMPA esse número passou de 13.042, em 2002, para 35.999 em 2015. Nas cidades onde a UNIPAMPA se instalou, constata-se que existiam, em 2015, 9.603 matrículas no ensino superior federal.

É necessário enfatizar que a metade sul do RS perdeu espaço no cenário do agronegócio nacional pelo avanço da fronteira agrícola para mais próximo de importantes centros consumidores, pela distância geográfica e limites na logística de distribuição e pela demora no avanço sobre os elos de industrialização dos complexos agroindustriais cuja matéria-prima é produzida regionalmente. Isso contribui para compor o cenário de subdesenvolvimento econômico regional. [D1] Aspectos relacionados ao desenvolvimento econômico regional tendem a contribuir para a resistência na adoção de novas tecnologias e para a limitação no avanço de cadeias agroindustriais coordenadas (a cadeia da carne bovina sistematicamente sofre de falta de coordenação).

Além disso, alguns setores produtivos para os quais a região apresenta vantagens competitivas, como a ovinocultura de lã, tiveram mercados radicalmente reduzidos pela entrada de novos produtores no ambiente internacional de comercialização e pelo desenvolvimento de produtos substitutos sintéticos, o que exige o desenvolvimento de padrões competitivos mais seletivos. Particularmente, modificações no mercado internacional da carne bovina e reestruturação da divisão internacional do trabalho quanto à industrialização deste produto, acompanhados de crises econômicas nacionais fizeram com que o cenário da bovinocultura de corte e produção de charque mudassem significativamente a partir da década de 1960, impactando negativamente o cenário industrial da metade sul.

Santana do Livramento é uma região de fronteira, situada no extremo sul gaúcho, na fronteira Brasil/Uruguai, denominada popularmente de “Fronteira da Paz”. O Campus em Santana do Livramento, e, portanto, este curso, situa-se nessa fronteira Brasil/Uruguai. O município tem como limites geográficos, as cidades de Rosário do Sul, ao norte; Bagé e Dom Pedrito, a leste; Quaraí, a oeste; e ao sul, em divisa seca (uma conurbação urbana) a cidade de Rivera, capital do Departamento da República Oriental do Uruguai.

1.3 CONCEPÇÃO DO CURSO

A qualificação de Bacharel em Relações Internacionais é uma formação superior, estabelecida como tal desde os anos cinquenta do século XX nas principais universidades norte-americanas e europeias. Sua consolidação está ligada ao surgimento da área de estudos sobre Relações Internacionais, especificamente no período Entre-Guerras, como consequência do embate entre o pensamento Realista e Idealista na cena acadêmica de então.

Na Europa (especialmente Inglaterra) e nos Estados Unidos, o profissional de Relações Internacionais passou a ser formado com o fim de realizar análises sobre a complexa realidade internacional – característica da Guerra Fria a partir das décadas de 1950 e 1960 –, bem como formular e implementar políticas e estratégias de um número crescente de segmentos públicos e privados. Tratava-se de preparar profissionais que viessem a auxiliar os agentes do Estado na formulação e implementação das políticas externas e que pudessem exercer as funções diplomáticas e mesmo assumir o papel, fundamental nas

sociedades democráticas, de crítico e interlocutor do poder público na sua atuação internacional.

No Brasil, a formação superior em Relações Internacionais existe desde 1974, quando a Universidade de Brasília criou o primeiro curso de graduação e, em seguida, a pós-graduação. Contudo, foi somente na década de 1990 e especialmente na primeira década dos anos 2000 (como consequência de todas as mudanças que o período pós-Guerra Fria trouxe ao sistema internacional e ao Brasil) que a área conheceu uma grande expansão, em todas as regiões e na maioria das Universidades do país.

Se, do pós-Segunda Guerra até o final da década de 1980, escolas e cursos de Relações Internacionais desenvolviam atividades de ensino e de pesquisa, conforme a lógica da bipolaridade do sistema internacional da época, atualmente este enfoque foi parcialmente substituído pelo entendimento de uma ordem mundial modificada, beirando a multipolaridade e interdependência, onde a percepção de relações horizontais e diagonais (cooperação sul-sul e sul-leste) passaram a permear as ações dos Estados, em complemento às relações verticais históricas (cooperação sul-norte).

Desde o final da Guerra Fria, as transformações ocorridas no sistema internacional alteraram a percepção das realidades internas e externas: em decorrência da nova onda de globalização, da gradual democratização das relações internacionais, da nova etapa da liberalização econômica, da livre circulação de pessoas, ideias, informações, mercadorias e serviços, testemunha-se, por um lado, a crescente relativização do poder do Estado (porém continuando este a ser o ator do sistema internacional prevalecente), e por outro, o aparecimento de organismos internacionais e de novos atores não-estatais na política e na economia internacional.

Logo, a demanda por profissionais da área tem aumentado significativamente nas últimas duas décadas, especialmente num momento em que o Brasil remodela sua forma de inserção internacional, baseando-se em ações pró-ativas no eixo Sul-Sul, pautando o desenvolvimento como vetor. Neste sentido, a formação acadêmica requer que o curso, por meio de seu projeto pedagógico, articule ensino, pesquisa e extensão e contemple os princípios de:

- Inter e transdisciplinaridade: em que o conhecimento é concebido como rede de conexões multidimensionais, reconhecendo diferentes níveis de realidade no processo cognitivo: este vetor fica evidente na matriz curricular do curso, de caráter interdisciplinar e multidisciplinar, incentivando o aluno a se conectar aos diversos conteúdos de forma correlacionada, dialogada, versando entre ensino, pesquisa e extensão;
- Intencionalidade: se expressa nas escolhas metodológicas e epistemológicas visando o pleno envolvimento e a aprendizagem dos sujeitos envolvidos, tanto para o exercício da cidadania crítico-participativa quanto para o mundo do trabalho: este vetor é trabalho no curso por meio de diferentes propostas metodológicas no processo ensino-aprendizagem, trabalhadas pelos professores e alunos em parceria construtiva em espiral;
- Contextualização: condição para a reconstrução do conhecimento, que deve tomar a realidade como ponto de partida e de chegada: os conteúdos aprendidos no curso conversam de forma construtiva, especialmente por se tratarem da compreensão sócio-histórica e política, econômica e geográfica das Relações Internacionais num todo, e de suas partes (atores estatais e não estatais, fluxos, processos, eventos, opinião pública, indivíduos) que interrelacionadas, auxiliam na compreensão do objeto total;
- Flexibilização curricular: é o processo permanente de qualificação dos currículos, de forma a incorporar os desafios impostos pelas mudanças sociais, pelos avanços científicos e tecnológicos e pela globalização, nas diferentes possibilidades de formação: a oferta de componentes curriculares obrigatórios, eletivos (rotativos e por demandas) e atividades complementares de graduação (ACG) dialoga profundamente com as temáticas do curso, atualizadas semestralmente pela própria dinâmica aí inerente, por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão, na própria universidade (campus) e também no contato com outras instituições/cursos e órgãos de pesquisa de de governo .

1.3.1 Justificativa

Mostra-se importante resgatar alguns aspectos do processo que levou à sugestão da criação do Bacharelado em Relações Internacionais na UNIPAMPA. No dia 27 de agosto de 2008, os professores, técnicos administrativos e representação discente do Campus tiveram uma reunião com a Reitora, Vice-reitor e Pró-reitor de Planejamento da Universidade. A pauta referia-se ao planejamento, acompanhamento e avaliação das atividades do Campus. Naquele momento o grupo foi incentivado a pensar na expansão do Campus para curto e médio prazo, considerando aspectos estratégicos não só do próprio Campus, mas também da UNIPAMPA como um todo.

Ficaram como diretrizes naquele momento o pedido de que o grupo “pensasse em bacharelados e tecnólogos, que fosse ousado, que se lembrasse da necessidade de buscar cursos que pudessem fornecer formação generalista, focando as humanidades, que se buscasse cursos capazes de criar massa crítica e que se olhasse possibilidades que pudessem provocar interferência no desenvolvimento regional”. Com estes elementos orientando a discussão, o corpo docente local começou a estruturar o plano de expansão do Campus em 03 de setembro seguinte. A proposta do curso de Relações Internacionais surgiu durante a proposição das estruturas curriculares para os cursos definidos nas primeiras reuniões, pois os grupos de trabalho formados passaram a estudar as possibilidades curriculares de cada curso tendo como grandes objetivos: aproveitar ao máximo as expertises já estabelecidas, contemplar as diretrizes deixadas pela Reitoria e preparar uma proposta que mostrasse convergência entre os cursos. As pesquisas feitas para dar suporte às estruturas abriram um leque de possibilidades não pensadas inicialmente.

Estas possibilidades fundamentam-se em um aspecto acordado pelos professores envolvidos neste planejamento, de que seria necessário trazerem-se para o Campus cursos capazes de sustentar a formação de um Centro de Excelência em Gestão. Esta sustentação se deu não apenas pelos conhecimentos gerados dentro da área das Ciências Sociais Aplicadas (Administração, Economia, Contabilidade e Direito), mas também por aqueles oriundos das Ciências Humanas (Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Psicologia, História, Geografia e Pedagogia). Outro aspecto reforçado pelo grupo diz respeito à necessidade de valorizar-se recursos locais, sejam eles reais ou potenciais, visando encontrar

alternativas para o desenvolvimento regional. A ênfase no posicionamento fronteiriço da região (Faixa de Fronteira) foi elencada como um ponto a ser considerado neste contexto.

Ao estudar-se o curso de Relações Internacionais se percebeu, por um lado, que a proposta conseguia tanto ter permeância com as propostas de Gestão Pública e Administração, quanto traria para dentro do Campus expertises que poderiam contribuir para a formação de massa crítica. Por outro lado, o curso trabalha uma característica regional enaltecida ao longo do tempo: o fato de localizar-se em uma ampla fronteira seca com outro país, com o qual se conseguiu estabelecer relações amistosas, a ponto de identificar a região como “Fronteira da Paz” .

No caso específico de Relações Internacionais, há uma clara demanda por profissionais da área nessa região fronteiriça, por ser um curso não ofertado pelas universidades instaladas locais (UERGS e URCAMP), além de os mais próximos serem ofertados em Universidades públicas na faixa leste do Estado (Porto Alegre e Pelotas) ou na região central (Santa Maria). Sua ligação com a área das Ciências Sociais Aplicadas, apesar de ser um curso relacionado também às Ciências Humanas, diferencia-se pela proximidade com a área de Administração e Economia, conforme se destaca no perfil desejado para o egresso do curso, constante do presente Projeto Pedagógico: “o bacharel em relações internacionais estará capacitado para atuar [...] em empresas de consultoria, instituições financeiras nacionais e internacionais [...]. Ele estará apto às mais diversas tarefas como interpretar conjunturas, formular e executar estratégias de inserção internacional, captar recursos em organismos multilaterais ou agências de fomento, e produzir análises de risco.” Ou seja, mesmo sendo um humanista, com formação de ciências sociais, o bacharel em relações internacionais precisa ter fortes bases de formação nas ciências sociais aplicadas.

Assim, baseando-se nos “Padrões de Qualidade para os Cursos de Relações Internacionais” (2009), a interdisciplinaridade da área de Relações Internacionais a configura como campo potencialmente rico e complexo, pois sua relativa fragmentação, entendida como força e não fraqueza permite compreender seu objeto de estudo (o sistema internacional), sob diferentes aspectos, onde o conhecimento será construído a partir de uma base ampla e sustentada por diversas visões. Logo, a interpretação e o estudo são amparados em uma análise completa do problema em questão, não focado exclusivamente em um único viés. Outro aspecto positivo da área refere-se à sua constante evolução, baseado em um triplo

dinamismo: a) a modernização dos componentes curriculares que a formam; b) a constante reavaliação disciplinar dentro do campo das Relações Internacionais; e c) o debate e a mudança como naturais e impulsionados pela própria evolução constante do objeto de estudo. Essa configuração se reflete na composição do corpo docente, que possibilita uma variedade interessante dos caminhos de pesquisa.

O estabelecimento de um curso de Relações Internacionais no Campus incrementou a compreensão das potencialidades que a região fronteira pode ter para desenvolver-se dentro de outros padrões, que não aqueles historicamente tentados. Regiões de fronteira podem encontrar alternativas de desenvolvimento que contemplem visões de mercado globalizado diferentes daquelas que afetam o regional em outros pontos do país. Pode-se pensar que as soluções ganha-ganha, buscadas dentro dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) ou das redes de empresas estabelecidas ou necessárias, precisem superar os limites territoriais do país, criando novas configurações, pois a cultura, a geografia e o clima, além de expertises específicas, não respeitam os limites territoriais impostos pela geopolítica. Assim, um curso com este perfil tende a influenciar a ampliação das discussões relativas não só ao desenvolvimento da própria Livramento, olhando-se para aspectos internacionais, como também a buscar estratégias competitivas que superem a fronteira, ou melhor que a usem como vantagem.

Neste contexto é relevante considerar-se alguns aspectos ligados ao MERCOSUL e às relações do Brasil com seus pares na América do Sul e a própria reestruturação legislativa e de desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Por um lado, uma das principais contribuições do Uruguai com o desenvolvimento da região fronteira está relacionada a possibilidade de exportação de parte de suas mercadorias produzidas no norte do país, via transportes ferroviários até o Porto do Rio Grande/RS, havendo também espaço para que produtos nacionais entrem naquele país pelas mesmas vias.

Por outro lado, dentro da formação do MERCOSUL, existem manifestações do Uruguai junto aos países-membros, conclamando estes a uma maior integração. Visando isto, a Embaixada do Brasil em Montevideu tem realizado eventos de caráter acadêmico-empresarial, com os quais objetiva identificar soluções de problemas e o desenvolvimento de iniciativas visando o fortalecimento do processo de coesão intra-bloco. O Campus de Sant'Ana do Livramento tem participado destes eventos. Considerando-se ainda os

movimentos da política internacional contemporânea, o Governo Brasileiro tem empreendido esforços para fortalecimento das relações continentais. Suas recentes iniciativas foram lançar em Montevideu um escritório do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outro do Banco do Brasil. O objetivo destas iniciativas é, de um lado, facilitar a oferta de linhas de financiamentos naquele país e, de outro, viabilizar a apreciação de projetos que possam ser financiados por aquelas instituições financeiras junto aos países-membros do MERCOSUL. Nesse sentido, cabe destacar a aproximação da Unipampa, campus Santana do Livramento com a Universidad de la Republica (UdeLAR, reitoria em Montevideu e Centro Universitário em Rivera), especialmente entre os respectivos cursos de Relações Internacionais, no sentido de intercâmbio de docentes, alunos e pesquisas.

Este contexto internacional faz perceber que o Campus de Sant'Ana Livramento não só está localizado estrategicamente no Mercado Comum do Sul, como também vem construindo ações que fortaleçam as relações internacionais possíveis, principalmente com o país vizinho. Estas ações convergem para sustentar a proposta de um curso de Relações Internacionais, estruturado no Campus, pois este tende a contribuir com as ações que já estão sendo desenvolvidas no âmbito local, e no âmbito do próprio Governo Federal, bem como tende a fazer emergir novas ações que podem contribuir para o desenvolvimento regional. Estes são os principais motivos que levam a pensar que a oferta deste curso no Campus de Sant'Ana do Livramento tende a contribuir significativamente não só com a expansão do Campus e da UNIPAMPA, mas também a qualificar suas atividades dentro de aspectos relevantes para o desenvolvimento regional.

Logo, os aspectos fronteiriços (geográficos, socioculturais, históricos, políticos e econômicos, além dos de integração) que permeiam profundamente as regiões gaúchas da Campanha e Fronteira Oeste servem de justificativa basilar ao demandar profissionais para compreenderem essa realidade tão específica e rica, além de passarem a pensar mais amplamente o desenvolvimento da região e principalmente as relações com os vizinhos Uruguai e Argentina (mas não apenas). O curso de Relações Internacionais (Bacharelado) permite a formação de profissionais que transformarão, no médio e longo prazo, as potencialidades da região numa realidade concreta, baseada nas noções de desenvolvimento regional correlacionadas às complexas relações externas aqui presentes, no âmbito da União,

do estado do Rio Grande do Sul, dos municípios envolvidos, da sociedade civil, dos países vizinhos e de outros atores internacionais que evidenciam a localização estratégica da “Fronteira da Paz”, como demais membros do MERCOSUL, China ou ainda países árabes. Comércio externo, tributação, diplomacia, direito internacional público e privado, pesquisa, academia, segurança pública são algumas das áreas que serão beneficiadas com a atuação desses profissionais.

1.3.2 Histórico do Curso

Como afirmado anteriormente, a criação do Bacharelado em Relações Internacionais na UNIPAMPA surgiu em 2008, promovida por professores, técnicos administrativos e representação discente do Campus Santana do Livramento junto à Reitoria, em um movimento de expansão do Campus para no curto e médio prazo, considerando aspectos estratégicos não só do próprio Campus, mas também da UNIPAMPA como um todo.

Sua criação foi autorizada na 10ª Reunião do Conselho Dirigente da Universidade Federal do Pampa, datada de 30 de outubro de 2008. O Curso de Relações Internacionais iniciou suas atividades no primeiro semestre de 2009. O Curso foi reconhecido pela Portaria nº 664 do Ministério da Educação, de 12 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 13/12/2013, e obteve duas renovações de reconhecimento (Portaria nº 270 de 03/04/2017, publicada no DOU de 04/04/2017, e Portaria nº 209 de 25/06/2020, publicada no DOU de 07/07/2020).

Ciente de que o Projeto Pedagógico do Curso deve ser permanentemente rediscutido, observa-se que ele passou por diversas reformas. Em 2018, sofreu uma reforma devido à necessidade de atender às novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) dos Cursos de Relações Internacionais (Resolução nº 4, 04/10/2017). Do mesmo modo, em 2019 entrou em vigor uma alteração relacionada com as normas relativas aos componentes curriculares obrigatórios "Trabalho de Conclusão de Curso I" (TCC I) e "Trabalho de Conclusão de Curso II" (TCC II). Por fim, em 2020 houve uma nova revisão do PPC, com a inclusão do ANEXO III relativa à normatização de quebra de pré-requisitos".

No que respeita ao número de formandos, em 2013/2 o curso formou sua primeira turma e ao longo dos anos formou mais 9 (nove) turmas, com um total de 206 bacharéis em Relações Internacionais.

1.4 APRESENTAÇÃO DO CURSO

Neste tópico são descritas a administração do campus, as informações sobre o funcionamento do curso e as formas de ingresso.

1.4.1 Administração do campus (Santana do Livramento)

A equipe diretiva do campus é formada pelos seguintes membros:

- Diretor: Prof. Alexandre Vicentine Xavier (Professor);
- Coordenador Acadêmico: Fernando Pedro Meinero (Professor);
- Coordenador Administrativo: João Timóteo de los Santos (TAE).

Na estrutura administrativa do campus ainda há a Secretaria Acadêmica e a Secretaria Administrativa.

A Coordenação do Curso de Relações Internacionais é composta atualmente por:

- Coordenador(a) de Curso: Anna Carletti.
- Coordenador(a) Substituto(a): Leticia Britto Dos Santos.

A instância coletiva de decisão, própria do curso de Relações Internacionais, é a Comissão de Curso composta de todos os docentes que atuam no Curso, um representante dos discentes e um representante dos técnicos administrativos em educação.

Núcleo Docente Estruturante: composto por oito (08) docentes diretamente envolvidos com questões de ordem estrutural do curso, com rotatividade anual.

NuDE – Núcleo de Desenvolvimento Educacional (Assistente Social, Técnico em Assuntos Educacionais e Pedagogo)

Endereço de funcionamento do curso: Universidade Federal do Pampa – Campus Sant’Ana do Livramento Rua Barão do Triunfo, nº 1048 – Centro CEP 97573-590 – Sant’Ana do Livramento/RS Telefone: (55) 3967-1700

O Curso de Relações Internacionais está estruturado a partir de uma coordenação, o Núcleo Docente Estruturante, a Comissão do Curso e a assessoria do NuDE, sendo esse o setor responsável pelo atendimento de docentes e discentes do campus, dentro da área do Desenvolvimento Educacional, visando a qualificação do ambiente acadêmico com orientação de conhecimentos da Pedagogia e áreas afins. Os integrantes do NuDE trabalham a partir de demandas apresentadas pelos docentes e discentes, bem como pela proposição de projetos de intervenções específicas, na busca por alternativas que favoreçam os processos de ensino -aprendizagem na instituição e também na implementação de Projetos Institucionais de natureza pedagógica. O trabalho é desenvolvido pelos Técnicos em Assuntos Educacionais, Assistentes Sociais, Pedagogos e outros profissionais. A Comissão de curso tem a finalidade de operacionalizar questões relativas à vida diária do curso, implementação do Projeto Pedagógico do curso, bem como ações para a melhoria da qualidade de desempenho do curso e de seus alunos, entre outras competências. Essa Comissão é presidida pelo Coordenador de Curso eleito para um mandato de dois (02) 28 anos, podendo ser substituído, nas faltas ou impedimentos eventuais, pelo Coordenador substituto. Atualmente, a coordenação do curso está a cargo das professoras Anna Carletti e Letícia Britto dos Santos, como segue:

Tabela 2 - Coordenação do curso

Formação	Anna Carletti	Letícia Britto dos Santos
Cargo	Coordenadora	Coordenadora Substituto
Graduação	Linguas e Literaturas Estrangeiras Modernas (La Sapienza, Roma, 1996)	Relações Internacionais (PUC Minas, 2011)
Mestrado	---	Relações Internacionais (PUC Minas, 2013)
Doutorado	História (UFRGS, 2007)	Relações Internacionais (PUC Minas, 2018)

Formação	Anna Carletti	Letícia Britto dos Santos
Linha de pesquisa	Relações Internacionais da Ásia, Religião e Relações Internacionais, Feminismo, Religião e RI	Relações Internacionais Bilaterais e Multilaterais, Meio Ambiente e RI

A Comissão de Curso é composta por todos os docentes que estão em atividade no Curso, um representante dos discentes (eleito por mandato de dois anos) e um representante dos Técnicos Administrativos em Educação. Quanto à participação do corpo docente na administração acadêmica do Curso, ela se procede por meio da realização de uma reunião mensal, com todos os docentes, na participação quando das reuniões gerais (acadêmicas ou gerais), ocasiões onde são discutidos o planejamento das atividades e as iniciativas a serem implementadas no período acadêmico em questão. Complementar à Comissão de curso, o Núcleo Docente Estruturante (NDE), primeiramente designado pela Portaria da Reitoria Nº. 1606, de 13 de outubro de 2011 (e atualizado a cada ano), possui função relacionada à avaliação e aprimoramento da estrutura curricular e de outros elementos estruturais da proposta curricular, incluindo sistemáticas de avaliação desta. O NDE se reúne ordinariamente uma vez ao mês, para debater o desenvolvimento do curso, fazer autoavaliações a partir das percepções docentes e discentes, pensar as áreas de pesquisa, ensino e extensão relacionadas ao campo internacional, bem como resolver questões pertinentes ao andamento acadêmico do curso, como seriação de alunos, matrículas, pré-requisitos, etc. O NDE atualmente está composto pelos seguintes professores, com a respectiva formação.

Tabela 3 - Titulação dos membros do NDE (2022)

DOCENTES	TITULAÇÃO
Anna Carletti	Doutor
Fábio Régio Bento	Doutor
Fernando Pedro Meinero	Doutor
Flávio Augusto Lira Nascimento	Doutor
Kamilla Raquel Rizzi	Doutor

DOCENTES	TITULAÇÃO
Leticia Britto Dos Santos	Doutor
Nathaly Silva Xavier Schutz	Doutor
Rafael Balardim	Doutor
Rafael Vitória Schmidt	Doutor
TOTAL	9

As demais instâncias coletivas de decisão do Campus, mas que também se aplicam ao curso de Relações Internacionais, são:

- Conselho de Campus;
- Comissão Local de Ensino;
- Comissão Local de Pesquisa;
- Comissão Local de Extensão.

A seguir são descritas as competências e como se dão as composições destas instâncias coletivas.

O Conselho do Campus é órgão normativo, consultivo e deliberativo no âmbito da Unidade Universitária. Compõem o Conselho do Campus:

- I. o Diretor;
- II. o Coordenador Acadêmico;
- III. o Coordenador Administrativo;
- IV. os coordenadores de cursos de graduação oferecidos pelo Campus;
- V. os coordenadores de curso de pós-graduação stricto sensu oferecidos pelo Campus;
- VI. o Coordenador da Comissão de Pesquisa;
- VII. o Coordenador da Comissão de Extensão;
- VIII. a representação dos docentes;

IX. a representação dos técnico-administrativos em educação;

X. a representação dos discentes;

XI. 1 (um) representante da comunidade externa.

A Comissão de Ensino tem por finalidade planejar e avaliar as atividades de ensino do Campus, zelando pela articulação dessas atividades com as de pesquisa e extensão. 38 Compõem a Comissão de Ensino do Campus:

I. o Coordenador Acadêmico, como membro nato;

II. os Coordenadores de Curso de Graduação, como membros natos;

III. os Coordenadores de Curso de Pós-Graduação lato e stricto sensu, como membros natos;

IV. o Coordenador da Comissão de Pesquisa;

V. o Coordenador da Comissão de Extensão;

VI. a representação docente;

VII. a representação dos servidores técnico-administrativos em educação vinculados à coordenação acadêmica;

VIII. a representação discente.

A Comissão de Pesquisa tem por finalidade planejar e avaliar as atividades de pesquisa do Campus, zelando pela articulação dessas atividades com as de ensino e extensão. Compõem a Comissão de Pesquisa:

I. o Coordenador Acadêmico, como membro nato;

II. o Coordenador da Comissão de Ensino;

III. o Coordenador da Comissão de Extensão;

IV. representação dos Programas de Pós-Graduação lato e stricto sensu do Campus;

V. representação dos docentes formalmente envolvidos com atividades de pesquisa no Campus;

VI. representação dos servidores técnico-administrativos em educação formalmente envolvidos com atividades de pesquisa ou de apoio à pesquisa no Campus;

VII. representação discente.

A Comissão de Extensão tem por finalidade planejar e avaliar as atividades de extensão do Campus, zelando pela articulação destas atividades com as de ensino e pesquisa.

Compõem a Comissão de Extensão:

I. o Coordenador Acadêmico, como membro nato;

II. o Coordenador da Comissão de Ensino;

III. o Coordenador da Comissão de Pesquisa;

IV. representação dos docentes formalmente envolvidos com atividades de extensão no Campus;

V. representação dos servidores técnico-administrativos em educação formalmente envolvidos com atividades de extensão ou de apoio à extensão no Campus;

VI. representação discente.

1.4.2 Funcionamento do Curso

O Calendário Acadêmico é definido anualmente pela instituição, conforme Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 253, de 12 de setembro de 2019. O ano acadêmico compreende dois períodos letivos regulares, com duração mínima de 100 dias letivos cada um.

A titulação conferida aos egressos do Curso de Relações Internacionais é Bacharel(a) em Relações Internacionais, sendo o curso em regime semestral, com a oferta de 50 vagas por ano, em turno integral, através do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), entre outras modalidades e ingresso definidas pela instituição. A realização da Semana Acadêmica do Curso de Relações Internacionais ocorre uma vez no ano, constando no Calendário Acadêmico do Campus.

O curso deverá integralizar 3.200 horas, sendo 2.580 de componentes curriculares obrigatórios - dos quais 180 de Trabalho de Conclusão de Curso -, 180 de componentes curriculares complementares de graduação, 120 de atividades complementares de graduação e 320 de atividades curriculares de extensão, distribuídas no mínimo de oito (8) semestres e no máximo 16.

Quanto à carga horária semestral, a mínima do curso é de 195 (cento e noventa e cinco) horas e a carga horária máxima semestral é de 540 (quinhentas e quarenta) horas. O tempo de integralização do curso é de 8 semestres, sendo que o tempo máximo para integralização é de 16 semestres, o que corresponde ao tempo mínimo do curso, acrescido de 100%, de acordo com o Art. 1º da Resolução CONSUNI nº 240, de 5 de abril de 2019. Em casos excepcionais, a Coordenação de Curso poderá avaliar caso por caso e conceder o pedido de quebra de carga horária mínima.

1.4.3 Formas de Ingresso

O preenchimento das vagas no curso atenderá aos critérios estabelecidos para as diferentes modalidades de ingresso da Universidade, observando as normas para ingresso no ensino de graduação na Unipampa, Resolução nº 260, de 11 de novembro de 2019. A seguir são apresentadas as formas de ingresso:

- I. Processo seletivo pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU) da Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação (MEC);
- II. Chamada por Nota do ENEM;
- III. Ingresso via edital específico.

O preenchimento de vagas ociosas será realizado via Processo Seletivo Complementar ou via editais específicos aprovados pelo Conselho Universitário.

1. Do ingresso via Sistema de Seleção Unificada (SiSU):

- I. O Sistema de Seleção Unificada – SiSU é o sistema um Sistema informatizado gerenciado pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, por meio do qual são selecionados estudantes a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas e gratuitas de Ensino superior que dele participarem.
- II. O ingresso via SiSU é regulado pelo Ministério da Educação (MEC) e por editais internos da UNIPAMPA.
- III. A participação da UNIPAMPA no SiSU será formalizada semestralmente por meio da assinatura de Termo de Adesão, que observará o disposto em edital específico do MEC.

2. O ingresso via chamada por nota do ENEM pode ocorrer:

- I. Para ingresso no semestre letivo regular de início do curso, com oferta de parte das vagas anuais autorizadas, antes do processo de ingresso via SiSU;
- II. Para ingresso no semestre letivo regular de início do curso, para oferta de vagas ociosas, antes do processo de ingresso via SiSU;
- III. Para ingresso no semestre letivo regular de início do curso, para oferta de vagas não preenchidas via SiSU;
- IV. Para ingresso no semestre letivo regular seguinte ao início do Curso, antes do Processo Seletivo Complementar.

3. Do ingresso via edital específico:

- I. Cursos de graduação criados mediante acordos, programas, projetos, pactos, termos de cooperação, convênios, planos de trabalho ou editais com fomento externo podem ter processos de ingresso distintos dos demais, em atendimento a calendários diferenciados ou necessidades de seleção particulares.

4. Ações afirmativas institucionais:

- I. Ação Afirmativa para Pessoa com Deficiência: Reserva de 2% (dois por cento) das vagas em todos os editais de ingresso regular nos cursos de graduação.
- II. Ação Afirmativa para Pessoas autodeclaradas Negras (preta e parda): Reserva de 2% (dois por cento) das vagas em todos os editais de ingresso regular nos cursos de graduação.

Podem ser criadas outras ações afirmativas para ingresso nos cursos de graduação, desde que autorizadas pelo Conselho Universitário.

5. Do Processo seletivo complementar:

O Processo Seletivo Complementar é promovido semestralmente, para ingresso no semestre subsequente, visando o preenchimento de vagas ociosas geradas em função de abandonos, cancelamentos e desligamentos. É destinado aos estudantes vinculados a instituições de ensino superior, egressos de cursos interdisciplinares, aos portadores de diplomas que desejam ingressar na UNIPAMPA, aos ex-discentes da UNIPAMPA, em situação de abandono, cancelamento ou que extrapolam o prazo máximo de integralização do curso e que desejam reingressar e aos ex-discentes de instituições de ensino superior interessados em concluir sua primeira graduação.

São modalidades do Processo Seletivo Complementar:

- I. Segundo ciclo de formação - é a modalidade de Processo Seletivo complementar para diplomados ou concluintes de cursos interdisciplinares que permite a continuidade da formação em um dos demais cursos de graduação oferecidos pela UNIPAMPA;
- II. Reingresso - é a modalidade do Processo Seletivo Complementar para discentes da UNIPAMPA em situação de abandono, cancelamento ou desligamento há, no máximo, 04 (quatro) semestres letivos regulares consecutivos;
- III. Conclusão da Primeira Graduação - é a categoria de Processo Seletivo Complementar para discentes de instituições de ensino superior, em situação de abandono ou cancelamento, que buscam concluir sua primeira graduação;
- IV. Reopção de curso - é a modalidade de Processo Seletivo Complementar mediante a qual o discente, com vínculo em curso de graduação da UNIPAMPA, pode transferir-se para outro curso de graduação ou outro turno de oferta de seu Curso de origem na UNIPAMPA;
- V. Transferência voluntária - é a modalidade do Processo Seletivo Complementar na qual o discente regularmente matriculado ou com matrícula trancada em curso de graduação reconhecido de outra Instituição de Ensino Superior (IES), pública ou privada e credenciada conforme legislação, pode solicitar ingresso em Curso de graduação da UNIPAMPA;
- VI. Portador de diploma - é a modalidade do Processo Seletivo Complementar para diplomados por Instituições de Ensino Superior do País, credenciadas conforme

legislação, ou que tenham obtido diploma no exterior, desde que revalidado na forma do art. 48 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

6. As outras formas de ingresso na Unipampa compreendem as seguintes modalidades:

I. Transferência Ex-offício - é a forma de ingresso concedida a servidor público federal civil ou militar, ou a seu dependente estudante, em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício que acarrete mudança de domicílio para a cidade do câmpus pretendido ou município próximo, na forma da Lei nº 9.536, 11 de dezembro de 1997 e do Parágrafo único do Art. 49 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

II. Programa de Estudantes-Convênio - conforme Decreto 7.948, de 12 de março de 2013, oferece oportunidades de formação superior a cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais;

a. PEC-G: O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), criado oficialmente em 1965 pelo Decreto nº 55.613 e, atualmente regido pelo Decreto nº 7.948, oferece a estudantes de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordo educacional, cultural ou científico-tecnológico a oportunidade de realizar seus estudos de graduação em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. O PEC-G é administrado pelo Ministério das Relações Exteriores, por meio da Divisão de Temas Educacionais, e pelo Ministério da Educação, em parceria com Instituições de Ensino Superior em todo o país. A UNIPAMPA desde 2016 tem ofertado vagas no PEC-G em diferentes cursos. Em 2017, uma vaga foi ofertada no curso de Relações Internacionais.

III. Matrícula de Cortesia - consiste na admissão de estudantes estrangeiros, funcionários internacionais ou seus dependentes, conforme Decreto Federal nº 89.758, de 06 de Junho de 1984, e Portaria MEC nº 121, de 02 de Outubro de 1984, somente é concedida a estudante estrangeiro portador de visto diplomático ou oficial vindo de país que assegure o regime de reciprocidade;

O Conselho Universitário pode autorizar outros processos seletivos, além dos descritos.

7. Dos estudos temporários:

Os estudos temporários caracterizam a participação de estudantes em componentes curriculares de graduação, mediante Plano de Estudo devidamente aprovado. Podem ser realizados conforme as seguintes modalidades:

- I. Regime Especial de Graduação - A matrícula no Regime Especial é permitida aos Portadores de Diploma de Curso Superior, discentes de outra Instituição de Ensino Superior e portadores de Certificado de Conclusão de Ensino Médio com idade acima de 60 (sessenta) anos respeitada a existência de vagas e a obtenção de parecer favorável da Coordenação Acadêmica;
- II. Mobilidade Acadêmica Intrainstitucional – permite ao discente da UNIPAMPA cursar temporariamente componentes curriculares em câmpus distinto daquele que faz a oferta do Curso ao qual o discente está vinculado;
- III. Mobilidade Acadêmica Interinstitucional - permite ao discente de outra IES cursar componentes curriculares na UNIPAMPA, como forma de vinculação temporária; e permite ao discente da UNIPAMPA cursar componentes curriculares em outras IES na forma de vinculação temporária.
- IV. Processo Seletivo Específico para Ingresso de Fronteiriços: A partir de Edital público, é previsto o ingresso na Unipampa por meio do processo seletivo específico para ingresso de candidatos de nacionalidade uruguaia e argentina que vivem na Região de Fronteira – 34 fronteiriços que tenham concluído o curso secundário até a data da solicitação de matrícula, considerando o disposto no Decreto nº 5.105, de 14 de junho de 2004, e no Decreto nº 145, de 02 de junho de 2011. São oferecidas vagas disponíveis nos cursos de graduação em todas as Unidades Universitárias da UNIPAMPA para candidatos residentes nas localidades fronteiriças listadas a seguir: de Barra de Chuy/Uruguai; de Rio Branco/Uruguai; de Rivera/Uruguai; de Aceguá/Uruguai; de Artigas/Uruguai; de Bella Unión/Uruguai; de Bernardo de Irigoyen/Argentina; Alba Posse/Argentina; San Javier/Argentina; de São

Tomé/Argentina; de Alvear/Argentina; de Paso de Los Libres/Argentina e de Monte Caseros/Argentina. O candidato poderá se inscrever em qualquer Unidade Universitária desde que residentes nas localidades fronteiriças apontadas acima, conforme consta no Decreto nº 5.105, de 14 de junho de 2004, e no Decreto nº 145, de 02 de junho de 2011. No Campus de Sant’Ana do Livramento são disponibilizadas 6 vagas para fronteiriços: 5 vagas no Curso de Relações Internacionais e 1 vaga no Curso de Administração.

O discente com deficiência que ingressar na UNIPAMPA, por meio de ações afirmativas, de acordo com a Resolução CONSUNI 328/2021, passará por uma entrevista, no ato de confirmação da vaga, com a finalidade de identificar as tecnologias assistivas necessárias às suas atividades acadêmicas. Após o ingresso do discente com deficiência, a UNIPAMPA deverá nomear uma equipe multidisciplinar para realização de avaliação biopsicossocial.

Os discentes que não tenham ingressado por ações afirmativas ou que não tenham informado a demanda por acessibilidade pedagógica, no momento do ingresso na instituição, poderão fazê-lo a qualquer tempo, mediante solicitação junto ao servidor interface do NInA.

2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1 POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NO ÂMBITO DO CURSO

Com relação à organização didático-pedagógica o PDI (2019-2023) prevê:

A organização didático-pedagógica fundamenta-se nos parâmetros da excelência acadêmica institucional e na formação de sujeitos habilitados e comprometidos com o desenvolvimento regional, nacional e internacional, também nos instrumentos legais e normativos que regulamentam as IES vinculadas ao Sistema Federal de Ensino da Educação Superior, assim como nas normas e diretrizes institucionais, mediante a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (UNIPAMPA, 2019, p.37).

O Projeto Pedagógico do curso de Relações Internacionais está em constante atualização, para que se adeque cada vez mais as novas realidades sociais e de acordo com

o PDI institucional. Nesse sentido, os professores do curso submetem seus projetos de ensino, pesquisa e extensão aos editais dos programas institucionais PDA, PROFEXT, PIBIC, etc. Ademais, estimulam os discentes a participarem dos eventos institucionais, como Semana Acadêmica Integrada dos Cursos, SIEPE e demais eventos organizados pelo Curso de Relações Internacionais.

2.1.1 Políticas de Ensino

Quanto às políticas de ensino, observa-se que o PDI (2019, p. 29) expressa que:

[...] a UNIPAMPA é desafiada a desenvolver continuamente: a qualidade do ensino e a gestão democrática, de modo a superar fragilidades e riscos, por meio da formação continuada do corpo docente e técnico-administrativo em educação; a revisão e atualização dos projetos pedagógicos de curso; o estímulo de práticas que envolvam metodologia ativa; o fortalecimento das tecnologias da informação e da comunicação e das especificidades da Educação a Distância, integrando as modalidades de ensino. Esses desafios acompanham a garantia da qualidade da educação em cada uma das atividades fins: ensino, pesquisa e extensão, assim como o desenvolvimento das práticas profissionais e sociais, considerando a estrutura acadêmica de uma universidade multicampi (UNIPAMPA, 2019, p.27).

São desenvolvidos, atualmente, no curso, os seguintes projetos:

- Monitoria em Política Externa II, coordenado pelo professor Rafael Balardim;
- Monitoria em Introdução em Introdução à Economia para Relações Internacionais, coordenado pela professora Letícia Britto dos Santos;
- Monitoria em Teoria Econômica, coordenado pela professora Letícia Britto dos Santos;
- Monitoria em Economia Internacional I e II, coordenado pela professora Letícia Britto dos Santos;
- Monitoria em História das Relações Internacionais I e II, coordenado pela professora Anna Carletti;
- Monitoria em Relações Internacionais da Ásia, coordenado pela professora Anna Carletti;
- Monitoria em Teoria das Relações Internacionais I e II, coordenado pela professora Nathaly Silva Xavier Schutz;
- Acompanhando o ENADE, coordenado pelo professor Rafael Balardim.

2.1.2 Políticas de Pesquisa

Com relação à Pesquisa, segundo o PDI (2019-2023):

As atividades de pesquisa são direcionadas à produção de conhecimento, associando estratégias didáticas e metodológicas que envolvam professores, técnico-administrativos, acadêmicos de graduação e de pós-graduação. Para viabilizar processos que promovam a interação entre docentes, discentes e técnico administrativos são incentivadas práticas, como a formação de grupos de pesquisa institucionais e a participação de pesquisadores e discentes em redes de pesquisa associadas a órgãos nacionais e internacionais (UNIPAMPA, 2019, p.29).

São desenvolvidos, atualmente, no curso, os seguintes projetos:

- Estudo da soroprevalência populacional da COVID-19 e evolução do impacto socio-sanitário das medidas de emergência sanitária na População de Sant'Ana do Livramento, coordenado pelo professor Rafael Schmidt
- GEELAm (Grupo de Estudos Estratégicos Latino-americanos), coordenado pelo professor Rafael Balardim
- NaPEB (Núcleo de análise de Política Externa Brasileira, coordenado pelo professor Rafael Balardim
- GRISCU (Grupo de Relações Internacionais, Sociedade e Cultura, coordenado pelo professor Rafael Balardim
- Grupo de Estudos de Meio Ambiente e Relações Internacionais (GEMARI), coordenado pela professora Letícia Britto dos Santos
- Grupo de Estudos de Economia e Comércio Exterior (GEECEX), coordenado pela professora Letícia Britto dos Santos
- A CPLP em evolução: demandas, desafios e possibilidades, coordenado pela professora Kamilla Raquel Rizzi
- Dinâmicas do Atlântico Sul: história, relações internacionais e defesa, coordenado pela professora Kamilla Raquel Rizzi
- Defesa, desenvolvimento e vivificação nos PEFs, coordenado pelo professor Fábio Régio Bento
- Relações Internacionais e Religião - o diálogo em Chiara Lubich, coordenado pelo professor Fabio Regio Bento
- Centro de Estudos em Política, Religião e Relações Internacionais - Núcleo de Gênero (CEPRIR-GEN), coordenado pela professora Anna Carletti
- Religião: um marcador relevante para Teorias Feministas de Relações Internacionais, coordenado pela professora Anna Carletti
- Grupo de Estudos Índia e Ásia Oriental (GesIAO), coordenado pela professora Anna Carletti
- Lideranças na África: potências regionais e perspectivas para o futuro, coordenado pela professora Nathaly Silva Xavier Schutz

- Grupo de Estudos sobre África (GEÁfrica), coordenado pela professora Nathaly Silva Xavier Schutz
- Cultura da Paz e Justiça no Oriente Médio – perspectivas do Jornalismo Humanitário em Relações Internacionais, coordenado pelo professor Renato Costa
- Grupo de Análise Estratégica - Oriente Médio e África Muçulmana (GAE-OMAM), coordenado pelo professor Renato Costa

2.1.3 Políticas de Extensão

A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Na Unipampa, as Resoluções CONSUNI/UNIPAMPA N° 332/2021 e N° 317/2021 regulamentam, respectivamente, a prática extensionista e a inserção da extensão nos Cursos de Graduação, de acordo com princípios conceituais definidos pela Política Nacional de Extensão e pelo Plano Nacional de Educação (2014-2024).

Nessas concepções, a extensão assume o papel de promover a relação dialógica com a comunidade externa, pela democratização do acesso ao conhecimento acadêmico, bem como, pela realimentação das práticas universitárias a partir dessa dinâmica. Além de revitalizar as práticas de ensino, contribuindo tanto para a formação do profissional egresso como para a renovação do trabalho docente e técnico-administrativo, essa articulação da extensão gera novas pesquisas, pela aproximação com novos objetos de estudo, garantindo a interdisciplinaridade e promovendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A prática extensionista deve ser centrada no protagonismo do discente e deve promover a formação integral e cidadã com o intuito de formar egressos conscientes de sua responsabilidade social e capazes de atuar de forma autônoma, solidária, crítica, reflexiva e comprometida com a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

A Política de Extensão e Cultura da UNIPAMPA é pautada pelos seguintes princípios:

- Valorização da extensão como prática acadêmica;
- Impacto e transformação: visando a mitigação de problemas sociais e o desenvolvimento da região;
 - Interação dialógica: propiciando o diálogo entre a Universidade e a comunidade externa (movimentos sociais, sociedade civil organizada, organizações governamentais e não governamentais, instituições públicas e privadas), entendido numa perspectiva de mão dupla de compartilhamento de saberes;
 - Integralização do Plano Nacional de Educação;
 - Interdisciplinaridade: as ações devem buscar a interação entre componentes curriculares, cursos, áreas de conhecimento, entre os campi e os diferentes órgãos da Instituição;
 - Indissociabilidade entre ensino e pesquisa: as ações de extensão devem integrar todo o processo de formação cidadã dos alunos e dos atores envolvidos. As ações indissociáveis devem gerar aproximação com novos objetos de pesquisa, revitalizar as práticas de ensino pela interlocução entre teoria e prática, contribuindo tanto para a formação do egresso como para a renovação do fazer acadêmico;
 - Incentivo às atividades de cunho artístico, cultural e de valorização do patrimônio histórico, que propiciem o desenvolvimento e livre acesso à arte na região em suas variadas expressões;
 - Apoio a programas de extensão interinstitucionais sob forma de consórcios, redes ou parcerias bem como apoio a atividades voltadas para o intercâmbio nacional e internacional;
 - Contribuição para a formação profissional e cidadã dos discentes.

Os professores do curso integralizam sua carga horária com projetos de extensão, cujos resumos podem ser consultados no SAP. Atualmente, existe uma série de projetos de extensão sendo desenvolvidos pelos professores do campus. Os discentes são convidados a participar desses projetos, bem como a propor atividades conforme as demandas da sociedade local. Em havendo edital de apoio, realiza-se uma seleção de bolsistas de extensão,

e os que não são contemplados podem participar como voluntários. Os critérios para classificação dos projetos são, além dos requisitos objetivos do Edital correspondente, a produtividade de quem propõe o projeto, de tal forma que se incentiva a produtividade. Normalmente, os projetos que estão sendo executados são publicados no Salão de Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão – SIEPE, que se realiza todos os anos, sendo organizado pela UNIPAMPA, bem como eventos externos, como o SEURS (Seminário de Extensão Universitária da Região Sul).

Por sua vez, acerca da Extensão, segundo o PDI (2019, p. 31): a extensão assume o papel de promover a relação dialógica com a comunidade externa, pela democratização do acesso ao conhecimento acadêmico bem como pela realimentação das práticas universitárias a partir dessa dinâmica. Além de revitalizar as práticas de ensino, contribuindo tanto para a formação do profissional egresso como para a renovação do trabalho docente e técnico-administrativo, essa articulação da extensão gera novas pesquisas, pela aproximação com novos objetos de estudo, garantindo a interdisciplinaridade e promovendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Da mesma forma, o Plano Nacional de Extensão estabelece que a extensão universitária é um processo educativo, cultural e científico, que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. Nessa concepção, a extensão assume o papel de promover essa articulação entre a universidade e a sociedade, seja no movimento de levar o conhecimento até a sociedade, seja no de realimentar suas práticas acadêmicas a partir dessa relação dialógica com ela.

O curso de Relações Internacionais, adequando-se à meta 12.7 do Plano Nacional de Educação que está regulamentada na Resolução CNE/CES nº 7/18, inseriu a extensão universitária na sua matriz curricular através das Atividades Curriculares de Extensão Específicas e do Programa UNIPAMPA Cidadã, totalizando 320 horas, o que corresponde a 10% da carga horária total do curso.

Da mesma forma que as atividades de pesquisa, os docentes do Curso desenvolvem diversos projetos de extensão. São projetos de extensão desenvolvidos no curso de Relações Internacionais:

- Festival Binacional de Enogastronomia, coordenado pelo professor Rafael Schmidt
- PAMPEANO – Cursinho Pré-ENEM do DARI, coordenado pelo professor Rafael Balardim
- Meditação como recurso de estabilidade e cognição, coordenado pelo professor Fabio Régio Bento
- PampaSul - Simulações Internacionais, coordenado pela professora Nathaly Silva Xavier Schutz
- A Palestina no Tempo, coordenado pelo professor Renato Costa
- GALE -= Grupo de Aprendizado de Línguas Estrangeiras, coordenado pelo Professor Flavio Lira Nascimento.

2.2 OBJETIVOS DO CURSO

Atentando-se à Resolução nº 4, de 4 de outubro 2017 do Conselho Nacional de Educação, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Relações Internacionais (BRASIL, 2017), o curso de Relações Internacionais-Bacharelado irá preparar profissionais com formação humanística, técnica e científica, compatível com a realidade global em seus aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais, com capacidade para, em contínuo desenvolvimento profissional, analisar conjunturas internas e externas, cenários e mercados, tomar decisões com competência e atuar interdisciplinarmente na área, visando a satisfação e bem estar humano, dentro dos princípios de responsabilidade social, justiça e ética profissional.

Em termos específicos, o curso visa preparar um acadêmico apto a:

- a) constituir um senso crítico a partir do instrumental teórico necessário para a análise das Relações Internacionais;
- b) elaborar cenários a partir da análise da conjuntura internacional;
- c) possuir capacidade técnica para estabelecer contatos entre Câmaras de Comércio, Embaixadas, Associações, Organismos Internacionais, Empresas e órgãos governamentais;
- d) analisar e tecer considerações acerca dos processos políticos, econômicos, sociais, culturais e jurídicos em países e/ou regiões;

e) produzir análises técnicas acerca de crises econômicas e/ou conflitos bélicos na comunidade internacional;

f) produzir estratégias de ação visando à cooperação e integração no contexto regional e internacional;

g) identificar os objetivos, métodos de operação, padrões e regras de procedimento das Organizações Internacionais (governamentais e não governamentais);

h) analisar instrumentos jurídicos que congreguem atores envolvidos em questões do Direito Público e/ou Privado;

i) compreender e propor intervenções nas inter-relações entre Estados, instituições, organizações e associações transnacionais;

j) utilizar sua capacitação teórica no desenvolvimento de projetos voltados para a área de ensino e pesquisa em Relações Internacionais;

k) promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão do conhecimento gerado no curso;

l) contribuir para o desenvolvimento regional do meio onde se insere, por meio da articulação de projetos e parcerias na área das relações internacionais.

2.3 PERFIL DO EGRESSO

Segundo o artigo 4º das DCNs, o curso de graduação em Relações Internacionais deve possibilitar a formação profissional que apresente, dentre outras habilidades, capacidade de compreensão de questões internacionais, capacidade de solução de problemas em âmbito diverso, capacidade de elaboração e planejamento estratégico, capacidade de tomada de decisões, sem perder a postura crítica e a compreensão ampla dos fenômenos internacionais (BRASIL, 2017). O perfil do egresso da UNIPAMPA tem uma formação acadêmica generalista e humanística, sendo que:

Essa perspectiva inclui a formação de sujeitos conscientes das exigências éticas e da relevância pública e social dos conhecimentos, habilidades e valores adquiridos na vida universitária e de inseri-los em seus respectivos contextos profissionais de forma autônoma, solidária, crítica, reflexiva e

comprometida com o desenvolvimento local, regional e nacional sustentáveis, objetivando a construção de uma sociedade justa e democrática (UNIPAMPA, 2009, pág. 09).

Em consonância com esses elementos da Universidade, o Bacharelado em Relações Internacionais objetiva formar profissionais conectados com as transformações e demandas do mundo atual de maneira que estejam aptos a interagir mediante essas mudanças, articulando-se na arena doméstica e no cenário internacional. O bacharel em Relações Internacionais é o profissional apto a entender e agir em vista dos fenômenos interestatais, internacionais e interculturais, jamais perdendo o cenário local de vista, acompanhando as tendências e transformações de forma crítica e analítica, conforme as competências e habilidades adquiridas por meio de sua formação multidisciplinar, sempre de maneira propositiva. De acordo com as DCNs de Relações Internacionais, o egresso do curso deve ser profissional capaz de exercer atividades com interface internacional público ou privado. Desta forma, o curso deve "possibilitar formação que contemple as competências e as habilidades cognitivas e socioemocionais que permitam ao profissional acompanhar as rápidas transformações e a complexidade dos fenômenos mundiais" (BRASIL, 2017: 16)

Esse profissional deverá ser capaz de interpretar esses fenômenos, sejam eles políticos, econômicos, sociais e/ou culturais, e analisar as suas possíveis consequências para os mais diversos interesses, sejam de governos, empresas públicas ou empresas privadas voltadas para a inserção internacional e organizações da sociedade civil. Assim, o Projeto Pedagógico do Curso integra as diversas áreas de conhecimento no intuito de formar um profissional de Relações Internacionais orientado não só para o mercado de trabalho, mas para a construção de uma efetiva cidadania. Busca-se, também, proporcionar aos nossos estudantes uma sólida formação básica em sua área específica de atuação, de modo que possam atuar destacadamente em seu campo profissional. Com isto, evita-se uma opção unívoca por um dos polos da dicotomia especialista/generalista. Tendo em vista que a especialização e a formação de caráter geral devam caminhar conjuntamente, de modo a complementarem-se. Uma vez que o curso de Relações Internacionais tem o caráter interdisciplinar, ao mesmo tempo em que adquire uma formação que contempla as necessidades específicas da carreira particular, o estudante capacita-se a entender a realidade a partir de perspectivas mais amplas, conjugadas à complexidade da vida social.

Em consonância com esses elementos da Universidade, o Bacharelado em Relações Internacionais objetiva formar profissionais conectados com as transformações e demandas do mundo atual de maneira que estejam aptos a interagir mediante essas mudanças, articulando-se na arena doméstica e no cenário internacional. O bacharel em Relações Internacionais é o profissional apto a entender e agir em vista dos fenômenos interestatais, internacionais e interculturais, jamais perdendo o cenário local de vista, acompanhando as tendências e transformações de forma crítica e analítica, conforme as competências e habilidades adquiridas por meio de sua formação multidisciplinar, sempre de maneira propositiva. De acordo com as DCNs de Relações Internacionais, o egresso do curso deve ser profissional capaz de exercer atividades com interface internacional público ou privado. Desta forma, o curso deve "possibilitar formação que contemple as competências e as habilidades cognitivas e socioemocionais que permitam ao profissional acompanhar as rápidas transformações e a complexidade dos fenômenos mundiais" (BRASIL, 2017: 16)

Esse profissional deverá ser capaz de interpretar esses fenômenos, sejam eles políticos, econômicos, sociais e/ou culturais, e analisar as suas possíveis consequências para os mais diversos interesses, sejam de governos, empresas públicas ou empresas privadas voltadas para a inserção internacional e organizações da sociedade civil. Assim, o Projeto Pedagógico do Curso integra as diversas áreas de conhecimento no intuito de formar um profissional de Relações Internacionais orientado não só para o mercado de trabalho, mas para a construção de uma efetiva cidadania. Busca-se, também, proporcionar aos nossos estudantes uma sólida formação básica em sua área específica de atuação, de modo que possam atuar destacadamente em seu campo profissional. Com isto, evita-se uma opção unívoca por um dos polos da dicotomia especialista/generalista. Tendo em vista que a especialização e a formação de caráter geral devam caminhar conjuntamente, de modo a complementarem-se. Uma vez que o curso de Relações Internacionais tem o caráter interdisciplinar, ao mesmo tempo em que adquire uma formação que contempla as necessidades específicas da carreira particular, o estudante capacita-se a entender a realidade a partir de perspectivas mais amplas, conjugadas à complexidade da vida social.

2.3.1 Campos de Atuação Profissional

Conforme o Art. 3º das DCNs o curso de graduação em Relações Internacionais, na modalidade bacharelado, é um curso cujo objetivo fundamental é formar profissionais que possam exercer atividades com interface internacional nas esferas pública e privadas, tais como governos, universidades, empresas, organizações internacionais, organizações não-governamentais, consultorias, mercado financeiro, entre outras instituições (BRASIL, 2017).

Ademais da atuação profissional, há que se ressaltar, entre os objetivos do curso de bacharelado em Relações Internacionais, a busca pela efetivação dos compromissos estabelecidos pelo Plano de Desenvolvimento Institucional da UNIPAMPA 2019-2023. Em consonância com este documento, o perfil do egresso do curso de graduação em Relações Internacionais da UNIPAMPA busca “contribuir para formar egressos críticos e com autonomia intelectual, reconstruída a partir de uma concepção de conhecimento socialmente referenciada e comprometida com as necessidades contemporâneas locais e globais.” (UNIPAMPA, 2019, p. 27).

Ainda no que concerne ao PDI da Universidade, o curso de Relações Internacionais, como os demais cursos da UNIPAMPA, visa contribuir para os esforços de desenvolvimento da região na qual está inserida, por meio da ação e desenvolvimento de projetos com os atores locais, regionais, nacionais e internacionais, públicos e privados, contribuindo para o desenvolvimento da região. O curso, por se situar na cidade fronteira de Sant’Ana do Livramento, contribui para potencializar a meta de internacionalização da UNIPAMPA, visto que compreende esse processo como sendo transversal às suas ações de ensino, pesquisa, extensão e gestão. (UNIPAMPA, 2019).

2.3.2 Habilidades e Competências

As competências do egresso do curso de Relações Internacionais estão contempladas nos objetivos da UNIPAMPA, os quais visam formar um acadêmico que respeite à diversidade, à solidariedade, à liberdade, à justiça e à democracia como princípios de valores; que possuam autonomia intelectual, postura crítico-reflexiva e transformadora da realidade em que estiver inserido, bem como a nível regional, nacional e internacional. Um acadêmico humanista, consciente das exigências éticas e da relevância pública e social.

Ainda, de acordo com o Artigo 4º das DCN's de Relações Internacionais, o curso deve possibilitar a formação de um profissional com as seguintes habilidades:

I - Capacidade de compreensão de questões internacionais no seu contexto político, econômico, histórico, geográfico, estratégico, jurídico, cultural, ambiental e social, orientada por uma formação geral, humanística e ética; II - Capacidade de solução de problemas numa realidade diversificada e em transformação; III - Capacidade de utilização de novas tecnologias de pesquisa e comunicação; IV - Habilidades interpessoais (consciência social, responsabilidade social e empatia); V - Capacidade de planejar, propor, executar e avaliar ações de promoção do desenvolvimento na escala local, a partir da coerente integração entre teoria e prática; VI - Capacidade de planejar e executar estrategicamente a internacionalização de organizações de diferentes tipos; VII - Domínio na elaboração, avaliação e aplicação de instrumentos normativos internacionais; VIII - Utilização dos métodos quantitativos e qualitativos para análise de fenômenos históricos e contemporâneos de política internacional; IX - Raciocínio lógico e expressão adequada de ideias complexas; X - Utilização adequada de teorias e conceitos próprios do campo de Relações Internacionais e seu uso na análise de situações concretas; XI - Postura crítica com relação a argumentos, evidências, discursos e interpretações, com relação tanto a eventos e processos internacionais, quanto a abordagens, teorias e perspectivas em Relações Internacionais; XII - Domínio das habilidades relativas à efetiva comunicação e expressão oral e escrita em língua portuguesa; XIII - Capacidade de compreensão em língua estrangeira, em especial em língua inglesa; XIV - Capacidade de pesquisa, análise, avaliação e formulação de cenários para atuação na esfera internacional; XV - Capacidade de tomada de decisões; planejamento, condução, análise e avaliação de negociações e de resolução de problemas numa realidade diversificada e em constante transformação; XVI - Capacidade de formular, negociar e executar projetos de cooperação internacional.

Desse modo, o curso de Relações Internacionais pretende formar um profissional que possa atuar como pesquisador, conselheiro, assessor, consultor ou executor nas mais diversas instituições, públicas ou privadas.

2.4 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular considera a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a compatibilidade da carga horária total, a evidência da articulação da teoria com a prática, a oferta do componente curricular complementar de LIBRAS, o tratamento transversal do letramento digital e de práticas remotas mediadas por tecnologias de informação e comunicação, a acessibilidade metodológica, a clara articulação entre os componentes curriculares no percurso de formação e a apresentação de aspectos inovadores na sua estrutura. Além disso, conteúdos como as políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos, de educação para a terceira idade, de educação em políticas de gênero, de educação das relações étnico-raciais e indígenas são tratados de forma transversal ao longo do currículo, independentemente de comportar componentes curriculares específicos. Considerando a legislação, a proposta do curso foi estruturada dentro da distribuição apresentada abaixo:

Tabela 4 - Estrutura do currículo

ESTRUTURA	SIGLA	CARGA HORÁRIA	% TOTAL
Eixo de Formação Estruturante	EFE	1440	45
Eixo de Formação Interdisciplinar	EFI	840	27
Eixo de formação voltado à Atividade Profissional	EAP	300	10
Atividades Complementares de Graduação	ACG	120	3
Componentes Curriculares Complementares de Graduação	CCCG	180	5
Atividades de Extensão	AE	320	10
TOTAL		3.200	100

A estruturação curricular segue os Eixos temáticos, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais de Relações Internacionais 2017 (Anexo II):

- **EFE - Eixo de Formação Estruturante** (obrigatoriamente, os conteúdos de Teorias das Relações Internacionais; Segurança, Estudos Estratégicos e Defesa; Política Externa; História das Relações Internacionais; Economia

Política Internacional; Ciência Política; Direito Internacional e Direitos Humanos; Instituições, Regimes e Organizações Internacionais).

- **EFI - Eixo de Formação Interdisciplinar** (contempla os conteúdos das Ciências Sociais; Economia; Direito; Filosofia; Sociologia; Antropologia; Geografia; Estatística, Metodologia; Ética; e diretrizes e requisitos legais, que constituirão o alicerce da formação geral, humanística e ética do curso).
- **EAP - Eixo de Formação voltado à Atividade Profissional** (organizados em disciplinas ou atividades optativas), de caráter transversal e interdisciplinar, para o enriquecimento do perfil do egresso. Incluem atividades laboratoriais de simulações de negociações, simulações históricas; exercícios de construção de cenários prospectivos; exercícios de análise de conjuntura; conteúdos voltados para a elaboração, acompanhamento e avaliação de projetos de cooperação técnica; conteúdos voltados aos aspectos interculturais e para o aprimoramento de habilidades interpessoais).

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (2019 – 2023), a UNIPAMPA tem compromisso com a atualização permanente das propostas curriculares de seus cursos com vistas a assegurar que o egresso tenha um perfil adequado às exigências atuais do mundo do trabalho, mediante ação pedagógica e gestão acadêmico-administrativa articulada e contextualizada.

2.4.1 Requisitos para integralização curricular

Na Tabela 5, é apresentada a distribuição de carga horária em Componentes Curriculares Obrigatórios, Componentes Curriculares Complementares de Graduação, Atividades Curriculares de Extensão e Atividades Complementares de Graduação, além do Exame Nacional de Avaliação de Desempenho de Estudante (ENADE), que também é componente curricular obrigatório para integralização curricular, conforme a Lei 10.861/2004.

Tabela 5 - Distribuição da carga horária exigida para integralização do curso

Modalidade da Atividade	Carga Horária
1. Componentes Curriculares Obrigatórios de Graduação	2580
1.1 Trabalho de Conclusão de Curso	180
2. Componentes Curriculares Complementares de Graduação	180
3. Atividades Complementares de Graduação	120
4. Atividades Curriculares de Extensão	320
4.2.1 Programa Unipampa Cidadã	60
*Total (soma dos itens 1, 2, 3 e 4)	3200

Cada crédito representa 15 horas-aula. Considera-se cumprido o currículo mínimo quando o aluno tiver obtido o total de horas-aula correspondentes ao somatório dos créditos, aí incluída a elaboração e defesa do TCC, das CCCGs, das ACGs, das ACEEs e da UNIPAMPA Cidadã.

De acordo com o Art. 59, §6, da Resolução nº 29, de 28 de abril de 2011, aprovado é o discente que atender à frequência de 75% (setenta e cinco por cento) na carga horária do componente curricular, e obter nota final igual ou maior do que 6 (seis).

A matriz curricular contempla uma integralização de 8 semestres, com um tempo máximo de 16 semestres.

2.4.2 Matriz curricular

A matriz curricular do curso, contendo os componentes curriculares, cargas horárias e número de créditos, é apresentada na Tabela 6.

Tabela 6 - Matriz Curricular do Curso

Semestre	Código do Componente Curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH - Teórica	CH - Total	Créditos
1º	SL0001	Introdução ao Estudo das Relações Internacionais	--	60	60	4
1º	SL0002	História Econômica, Política e Social Geral	--	60	60	4
1º		CCCG	–	30	30	2
1º		CCCG	–	30	30	2
1º	SL0006	Introdução ao Direito	--	60	60	4
1º	SL4403	Introdução à Economia para	--	60	60	4

Semestre	Código do Componente Curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH - Teórica	CH - Total	Créditos
		Relações Internacionais				
1º	SL4404	Introdução à Sociologia para Relações Internacionais	--	60	60	4
2º	SL0005	História das Relações Internacionais I	História Econômica, Política e Social Geral	60	60	4
2º	SL0004	Geografia Política	--	60	60	4
2º		CCCG	--	60	60	4
2º	SL0006	Teoria Política Clássica	--	60	60	4
2º	30604	Teoria Econômica	Introdução à Economia e	60	60	4

Semestre	Código do Componente Curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH - Teórica	CH - Total	Créditos
			Relações Internacionais			
2º	ADM004	Estatística Aplicada	--	60	60	4
3º	SL0010	História das Relações Internacionais II	História das Relações Internacionais I (SL0005)	60	60	4
3º	SL0011	Teoria das Relações Internacionais I	Introdução ao Estudo das Relações Internacionais	60	60	4
3º	SL4390	Metodologia Científica para Relações Internacionais	--	60	60	4

Semestre	Código do Componente Curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH - Teórica	CH - Total	Créditos
3º	SL0009	Teoria Política Moderna	Teoria Política Clássica	60	60	4
3º	SL0012	Formação Econômica do Brasil	--	60	60	4
3º	SL0008	Direito Internacional Público	Introdução ao Direito	60	60	4
4º	SL0015	Política Externa Brasileira I	Introdução ao Estudo de RI, HEPSG, FEB	60	60	4
4º	SL0017	Teoria das Relações Internacionais II	Teoria das Relações Internacionais I (SL0011)	60	60	4

Semestre	Código do Componente Curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH - Teórica	CH - Total	Créditos
4º	SL0014	Economia Brasileira Contemporânea	Formação Econômica do Brasil (SL0012)	60	60	4
4º	SL4407	Teoria Política Contemporânea	Teoria Política Moderna	60	60	4
4º	SL0026	Organizações Internacionais	--	60	60	4
4º	SL0022	Direito Internacional Privado	Introdução ao Direito	60	60	4
5º	SL0019	Política Externa Brasileira II	Política Externa Brasileira I (SL0015)	60	60	4
5º	SL0024	Teoria das Relações Internacionais III	Teoria das Relações Internacionais II	60	60	4

Semestre	Código do Componente Curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH - Teórica	CH - Total	Créditos
5º	SL0020	Relações Internacionais da América do Sul	História das Relações Internacionais II	60	60	4
5º	SL0024	Economia internacional I	Introdução à Economia para Relações Internacionais	60	60	4
5º	SL4394	Relações Internacionais da América do Norte	História das Relações Internacionais II	60	60	4
5º	SL4395	Introdução aos Estudos Estratégicos e de Defesa	Teoria das Relações Internacionais I (SL0011)	60	60	4
6º	SL4396	Política Externa Brasileira III	Política Externa Brasileira II	60	60	4

Semestre	Código do Componente Curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH - Teórica	CH - Total	Créditos
6º	SL0027	Relações Internacionais da África	História das Relações Internacionais II	60	60	4
6º	SL4398	Relações Internacionais da Ásia	História das Relações Internacionais II	60	60	4
6º	SL0030	Relações Internacionais do Oriente Médio	História das Relações Internacionais II	60	60	4
6º	SL4399	Relações Internacionais da Rússia e Eurásia	História das Relações Internacionais II	60	60	4
6º	SL0029	Economia Internacional II	Economia Internacional I (SL0024)	60	60	4

Semestre	Código do Componente Curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH - Teórica	CH - Total	Créditos
7º	SL4408	Política Externa Uruguiaia	História das Relações Internacionais II	60	60	4
7º	SL0028	Segurança Internacional	Geografia política, Teoria das Relações Internacionais II	60	60	4
7º	SL0031	Religiões e Relações Internacionais	História das Relações Internacionais II	60	60	4
7º	SL0025	Práticas de Comércio Exterior e Legislação Aduaneira	Direito Internacional Privado	60	60	4
7º	SL0032	TCC I	História das Relações	90	90	6

Semestre	Código do Componente Curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH - Teórica	CH - Total	Créditos
			Internacionais II, Metodologia Científica para Relações Internacionais, Economia Brasileira Contemporânea, Teoria das Relações Internacionais III, Política Externa Brasileira III, Teoria Política Contemporânea, Direito Internacional Público, Organizações Internacionais,			

Semestre	Código do Componente Curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH - Teórica	CH - Total	Créditos
			Economia Internacional II			
8º	SL4400	Relações Internacionais da América Central e Caribe	Relações Internacionais da América do Norte, Relações Internacionais da América do Sul	60	60	4
8º	SL4411	Relações Internacionais Contemporâneas	Relações Internacionais da América do Sul, Relações Internacionais da África, Política Externa Brasileira III, Relações Internacionais	60	60	4

Semestre	Código do Componente Curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH - Teórica	CH - Total	Créditos
			da Ásia, Relações Internacionais do Oriente Médio, Relações Internacionais da Rússia e Eurásia, Relações Internacionais da América do Norte, Relações Internacionais da América do Sul			
8º	SL0036	TCC II	TCC I	90	90	6
CARGA HORÁRIA TOTAL DE ATIVIDADES	320					

Semestre	Código do Componente Curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH - Teórica	CH - Total	Créditos
CURRICULARES DE EXTENSÃO						
Carga horária total de Atividades Curriculares de Extensão Específicas	260					
Carga horária total de Unipampa Cidadã	60					
Carga horária total de Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas	0					
CARGA HORÁRIA	120	12				

Semestre	Código do Componente Curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH - Teórica	CH - Total	Créditos
TOTAL DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE GRADUAÇÃO						
CARGA HORÁRIA TOTAL DE COMPONENTES CURRICULARES COMPLEMENTARES DE GRADUAÇÃO	180	12				
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	3.200					

2.4.3 Abordagem dos Temas Transversais

A matriz curricular aborda os conteúdos relacionados às políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais, bem como contempla o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, seja de forma direta ou transversal, nas ementas das componentes curriculares.

Os conteúdos curriculares conduzem ao desenvolvimento profissional desejado para a efetiva formação do perfil do egresso, o ajuste das cargas horárias (em horas-relógio), a atualização das bibliografias utilizadas e indicadas para o aprofundamento teórico e a acessibilidade dos métodos de ensino-aprendizagem, em consonância com os novos enfoques da época presente. Nos componentes curriculares de História: História Econômica Política, Social e Geral, História das Relações Internacionais assim como no componente de Formação Econômica do Brasil e Relações Internacionais da África analisa-se e aprofunda-se tanto a história e a cultura africana e afro-brasileira assim como a cultura indígena.

No que diz respeito aos conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental e de educação em direitos humanos, seja de forma direta ou transversalmente, o curso de Relações Internacionais contempla estas perspectivas e se preocupa na efetiva formação do profissional egresso voltado às questões de direitos humanos, bem como da proteção do direito humano ao meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado por meio dos Grupos de Pesquisas voltados ao Ambiente e Relações Internacionais assim como na oferta de Componentes Curriculares Complementares de Direito Humanos e Relações Internacionais e Meio Ambiente e Relações Internacionais.

O Componente Curricular Obrigatório Religião e Relações Internacionais aborda o estudo do tecido religiosos brasileiro e internacional e sua influência sobre as relações internacionais tendo como tópicos de estudo as principais religiões do mundo assim como as religiões afro-brasileiras e as religiões indígenas. No tocante ao atendimento aos estudantes surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, além do que já é feito, como a oferta de LIBRAS como CCCGs e a existência de intérpretes de LIBRAS no campus para auxiliar esses discentes, o curso, juntamente com a equipe diretiva do campus e a administração superior, buscará formas de aprimorar e viabilizar a oferta de ensino bilíngue e de assistência estudantil, assim como de estimular a pesquisa e o desenvolvimento de

programas especiais, com esta finalidade. Dependendo para isso, não apenas de recursos financeiros, mas máxime de recursos humanos e qualificação, tudo em conformidade com a Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021.

2.4.4 Flexibilização Curricular

A interdisciplinaridade e a flexibilização curricular se desenvolvem no curso a partir de atividades, projetos de ensino-aprendizagem e eixos que integram os componentes curriculares. Nesse aspecto, as Atividades Complementares de Graduação (por meio da oferta de participação dos discentes em projetos de extensão, pesquisa e ensino), atividades semipresenciais (como as desenvolvidas por meio da Ferramenta Moodle, em ambiente virtual de complementação de estudos), projetos de ensino-aprendizagem, estágios não obrigatórios e aproveitamentos de estudos de outras instituições de ensino, além de proporcionarem a relação teoria e prática, apresentam ao currículo a flexibilidade necessária para garantir a formação do perfil do egresso generalista e humanista apontados no Projeto de Desenvolvimento Institucional.

Os conteúdos dos componentes curriculares são profundamente compatíveis com o perfil definido para o egresso e alinhados às recentes necessidades de aprimoramento nas práticas do Curso. Existe forte embasamento teórico permeado por inúmeras iniciativas de capacitação prática complementar à teoria, materializadas por visitas técnicas, eventos de capacitação promovidos intra e extra campus, bem como atividades de pesquisas aplicadas em instituições públicas locais.

A concepção de formação acadêmica indicada no Projeto Pedagógico Institucional (PDI 2019-2023) requer que os cursos, por meio de seus projetos pedagógicos, articulem ensino, pesquisa e extensão e contemplem, dentre outros princípios, a flexibilização curricular, entendida como processo permanente de qualificação dos currículos, de forma a incorporar os desafios impostos pelas mudanças sociais, pelos avanços científico e tecnológico e pela globalização, nas diferentes possibilidades de formação (componentes curriculares obrigatórios, eletivos, atividades curriculares de extensão e atividades complementares).

O Plano de Desenvolvimento Institucional (2019 – 2023) propõe a flexibilização curricular e a oferta diversificada de atividades complementares como princípio

metodológico, com a finalidade de incentivar a autonomia do estudante, através do desenvolvimento de ações que deverão promover o uso de recursos inovadores, na possibilidade de criar diferentes desenhos de matriz curricular, superando a perspectiva disciplinar dos conteúdos.

Também, nos projetos pedagógicos dos cursos, a flexibilização curricular deve prever critérios que deverão permear as áreas curriculares de conhecimento, e estas deverão estar organizadas em atividades e projetos que promovam associação de novas experiências com aquelas estabelecidas na integralização mínima prevista na matriz curricular, promovendo a inserção da extensão como princípio de ensino, propondo assim a progressiva concretude da inserção das ações de extensão nos cursos de graduação, conforme a meta 12.7 do Plano Nacional da Educação e a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 317/2021.

2.4.4.1 Componentes Curriculares Complementares de Graduação

Tabela 7 - Componentes Curriculares Complementares de Graduação do Curso

Semestr e	Códi go	Nome	CH – Teórica	CH - Prática	CH - Extensão	CH - Total	Créditos
-	-	Cinema e Softpower	60	0	0	60	4
-	-	Conflitos internacionais e Direito Humanitário	60	0	0	60	4
-	-	Cooperação Internacional	60	0	0	60	4
-	-	Direitos Humanos e Relações Internacionais	30	0	0	30	2
-	-	Fronteiras brasileiras e Relações Internacionais	60	0	0	60	4
-	-	Geopolítica da Energia	60	0	0	60	2
-	-	Italiano instrumental I	30	0	0	30	2

Semestr e	Códi go	Nome	CH – Teórica	CH - Prática	CH - Extensão	CH - Total	Créditos
-	-	Italiano instrumental II	30	0	0	30	2
-	-	Laboratório I: análise de política internacional	30	0	0	30	2
-	-	Laboratório II: análise de política internacional	30	0	0	30	2
-	-	Libras	60	0	0	60	4
-	-	Meio ambiente e Relações Internacionais	30	0	0	30	2
-	-	Negociações Internacionais	30	0	0	30	2
		Realidade, felicidade e infelicidade	30	0	0	30	2
-	-	Seminário de integração regional I	30	0	0	30	2
-	-	Seminário de relações internacionais da África I	60	0	0	60	4
-	-	Seminário de relações internacionais da Ásia I	30	0	0	30	2
-	-	Seminário de relações internacionais do Brasil I	60	0	0	60	4
-	-	Seminário de relações internacionais do Brasil II	60	0	0	30	2
-	-	Seminário de relações internacionais do Brasil III	60	0	0	60	4
-	-	Sistema financeiro internacional	60	0	0	60	4
-	-	Tópicos de Relações Internacionais I	60	0	0	60	4
-	-	Tópicos de Relações Internacionais II	30	0	0	30	2
-	-	Tópicos de Relações Internacionais III	60	0	0	60	4

2.4.4.2 Atividades Complementares de Graduação

As Atividades Complementares de Graduação (ACG's) são componentes curriculares de caráter acadêmico, científico e cultural que possibilitam o reconhecimento, por avaliação de habilidades e competências do discente, inclusive adquiridas fora do ambiente acadêmico, quando o discente alargará seu currículo com experimentos e vivências acadêmicas. Objetivam estimular a prática de estudos independentes, opcionais, de interdisciplinaridade, de permanente e contextualizada atualização profissional específica, sobretudo nas relações com o mundo do trabalho, integrando-se às diversas peculiaridades regionais e culturais.

Os objetivos das ACG's são:

- a) estimular à prática de estudos independentes, transversais, opcionais e interdisciplinares;
- b) promover, em articulação com as demais atividades acadêmicas, o desenvolvimento intelectual do estudante, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

As normas para a realização de Atividades Complementares de Graduação estão previstas na Resolução CONSUNI/UNIPAMPA Nº 29/2011, Artigos n. 51 (Título IV) e Artigos n. 103-115 (Título IX).

As ACGs classificam-se em quatro grupos, conforme Resolução CONSUNI/UNIPAMPA Nº 29/2011: Atividades de Ensino; Atividades de Pesquisa; Atividades de Extensão; e Atividades Culturais, Artísticas, Sociais e de Gestão.

Para a integralização curricular e para a colação de grau o discente precisa cumprir 120 (cento e vinte) horas de ACGs, considerando uma carga horária mínima de 10% (dez por cento) em cada um dos grupos de ACGs (Grupo I Atividades de Ensino; 76 Grupo II Atividades de Pesquisa; Grupo III Atividades de Extensão; e Grupo IV Atividades Culturais e Artísticas, Sociais e de Gestão).

Vale ressaltar que, com a inserção curricular da extensão e a criação recente, no âmbito da UNIPAMPA, das Atividades Curriculares de Extensão (ACEs) e do programa institucional UNIPAMPA Cidadã, a UNIPAMPA encontra-se na eminência de alterar a Resolução CONSUNI nº 29/11, a fim de suprimir das ACGs o Grupo III - Atividades de Extensão, evitando a sobreposição das ACGs com as ACEs e o UNIPAMPA Cidadã. Caso

isso ocorra, serão mantidas o requisito para integralização de 120 horas, sendo pelo menos 10% em cada grupo, mas distribuídas nos grupos de ACGs que permaneçam regulados pela Resolução CONSUNI nº 29/11 ou outra norma que a substitua.

As Atividades Complementares estão institucionalizadas, no âmbito da UNIPAMPA, por meio da Resolução CONSUNI nº 29, de 28 de abril de 2011, em seus Arts. 103 a 115. As ACGs são validadas academicamente pela Comissão de Curso, a qual, no âmbito da Comissão, criou uma Comissão de ACGs, para a análise e validação das ACGs. As ACGs podem ser validadas mesmo se realizadas em situações de aprendizagem fora da instituição, desde que vinculadas ao mundo do trabalho e à prática social. Os tipos de atividades complementares que podem ser validadas na Comissão de Curso, pela Comissão de ACGs, conforme Resolução CONSUNI nº 29/11, são:

1. Grupo I – Atividades de Ensino: As atividades que incluem, entre outras, as seguintes modalidades:

- I. componente curricular de graduação;
- II. cursos nas áreas de interesse em função do perfil de egresso;
- III. monitorias em componentes curriculares de cursos da UNIPAMPA;
- IV. participação em projetos de ensino;
- V. estágios não obrigatórios ligados a atividades de ensino;
- VI. organização de eventos de ensino;
- VII. participação como ouvinte em eventos de ensino, pesquisa e extensão.

2. Grupo II – Atividades de Pesquisa: As atividades que incluem, entre outras, as seguintes modalidades:

I. participação em projetos de pesquisa desenvolvidos na UNIPAMPA, ou em outra IES, em Grupo de Pesquisa certificado pela UNIPAMPA ou em outro espaço de pesquisa reconhecido legalmente como tal;

II. publicação de pesquisa em evento científico ou publicação em fontes de referência acadêmica, impressa ou de acesso online, na forma de livros, capítulos de livros, periódicos, anais, jornais, revistas, vídeos ou outro material de referência acadêmica;

III. participação na condição de conferencista, ou painalista, ou debatedor, ou com apresentação de trabalho em eventos que tratam de pesquisa, tais como grupos de pesquisa, seminários, congressos, simpósios, semanas acadêmicas, entre outros;

IV. estágios ou práticas não obrigatórias em atividades de pesquisa.

3. Grupo III – Atividades de Extensão: As atividades que incluem, entre outras, as seguintes modalidades:

I. participação em projetos e/ou atividades de extensão desenvolvidos na UNIPAMPA ou outra IES, ou em instituição governamental ou em organizações da sociedade civil com fim educativo, de promoção da saúde, da qualidade de vida ou da cidadania, do desenvolvimento social, cultural ou artístico;

II. estágios e práticas não obrigatórios, em atividades de extensão;

III. organização e/ou participação em eventos de extensão;

IV. publicação de atividade de extensão ou publicação de material pertinente à extensão em fontes de referência acadêmica, impressa ou de acesso online, na forma de livros, capítulos de livros, periódicos, anais, jornais, revistas, vídeos ou outro material de referência acadêmica;

V. participação na condição de conferencista, ou painalista, ou debatedor, ou com apresentação de trabalho em eventos que tratam de extensão, como grupos de estudos, seminários, congressos, simpósios, semana acadêmica, entre outros.

4. Grupo IV - Atividades culturais, artísticas, sociais e de gestão: As atividades que incluem, entre outras, as seguintes modalidades:

I. organização ou participação ou premiação em atividades de cunho cultural, social ou artístico;

II. participação na organização de campanhas beneficentes, educativas, ambientais ou de publicidade e outras atividades de caráter cultural, social ou artístico;

III. premiação referente a trabalho acadêmico de ensino, de pesquisa, de extensão ou de cultura;

IV. representação discente em órgãos colegiados;

V. representação discente em diretórios acadêmicos;

VI. participação, como bolsista, em atividades de iniciação ao trabalho técnico profissional e de gestão acadêmica;

VIII. participação em estágios não obrigatórios com atividades na área cultural, social, artística e de gestão administrativa e acadêmica;

IX. Participação em atividades esportivas ligadas às atléticas da UNIPAMPA;

X. Cursos de Língua Estrangeira;

XI. Participação como ouvinte em bancas de graduação ou pós-graduação;

XII. Estágios não obrigatórios.

A validação das ACGs é requerida pelo(a) discente mediante o preenchimento de um Formulário eletrônico, instruído com a documentação necessária para a comprovação da realização da atividade. Uma vez analisada pela Comissão de ACGs, o resultado é disponibilizado para a Secretaria Acadêmica, que realiza o lançamento no histórico escolar dos discentes.

Tabela 8 - Atividades e pontuação por grupo

Atividade	Discriminação	Carga horária máxima por certificado	Carga horária máxima total	Documentos comprobatórios
GRUPO I - ATIVIDADES DE ENSINO				
Disciplina de Ensino Superior	Áreas afins ao curso	30	60	Comprovante de aprovação na disciplina
	Outras áreas	15		
Formação Complementar	Cursos de língua estrangeira, informática, redação e outros cursos em áreas afins	50	150	Comprovante de aprovação
Ministração de cursos e mini-cursos	Curso de ensino ministrado em atividades afins ao Curso	40	80	Certificado
Monitorias	Monitorias	20	80	Declaração do Orientador
Projetos de ensino	Participação na equipe de trabalho	30	60	Certificado
	Participação como público-alvo	20	60	Certificado
Visitas técnicas	Visitas em organizações guiadas por professor	10	50	Declaração do professor responsável
Participação como		Conforme	80	Certificado

Atividade	Discriminação	Carga horária máxima por certificado	Carga horária máxima total	Documentos comprobatórios
ouvintes em atividades de ensino, pesquisa e extensão		horas dos projetos		
Estágios não obrigatórios ligados a atividades de ensino		60	120	Certificado de aprovação assinado pelo orientador
GRUPO II - ATIVIDADES DE PESQUISA				
Projeto de Pesquisa da Unipampa ou em outras IES ou instituições de pesquisa reconhecidas	Projeto de pesquisa institucionalizado	20	120	declaração do professor responsável; certificado.
Publicação de livro	Publicação de livro com ISBN	20hs/livro	60	Cópia de ficha catalográfica com ISBN. Em caso de publicação On line informar o endereço eletrônico
Publicação de capítulo de livro	Publicação de capítulo de livro com ISBN	15hs/livro	60	Cópia do sumário e da ficha catalográfica com ISBN. Em caso de publicação On line informar o endereço eletrônico
Publicação de artigo em periódico qualificado	Publicação de artigo em revista científica com Qualis ou Fator de Impacto (FI)	20hs/artigo	60	Cópia do artigo ou do aceite da publicação. Em caso de publicação online informar endereço eletrônico ou o D.O.I.
Publicação de artigo em periódico não qualificado	Publicação de artigo em revista científica sem Qualis ou Fator de Impacto (FI)	10hs/artigo	60	Cópia do artigo ou do aceite da publicação. Em caso de publicação online informar endereço eletrônico ou o D.O.I.
Publicação de artigo em Anais do Evento	Publicação de artigo completo em Anais do Evento	15hs/artigo	60	Cópia da capa dos Anais, do sumário e da primeira página do artigo. Em caso de publicação online informar endereço eletrônico
Publicação de resumo em Anais	Publicação de resumo em Anais do Evento	10hs/artigo	60	Cópia da capa dos Anais, do sumário e

Atividade	Discriminação	Carga horária máxima por certificado	Carga horária máxima total	Documentos comprobatórios
do Evento				da primeira página do resumo. Em caso de publicação online informar endereço eletrônico
Apresentação de trabalho científico em evento		10hs/apresentação	60	Certificado de apresentação
Debatedor em evento	Participação como Debatedor em evento	05hs/evento	15	Certificado
Produção de material audiovisual	Produção de material audiovisual de caráter científico, no âmbito de Projeto registrado na Unipampa	10hs/projeto	30	Cópia do material. Em caso de material online informar o endereço eletrônico
Participação em Grupo de Pesquisa	Grupo de Pesquisa cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa da Plataforma Lattes certificado pela Unipampa	Carga horária atribuída pelo líder do Grupo de Pesquisa	60	Declaração do Líder do Grupo de Pesquisa
GRUPO III - ATIVIDADES DE EXTENSÃO				
Projetos de Extensão	Participação (bolsista/voluntário) em Projetos de Extensão registrado junto à Unipampa	90	180	declaração do professor responsável; certificado.
Estágio não obrigatório em atividades de extensão		60	120	Relatório do aluno com parecer do orientador e comprovação do vínculo de estágio
Publicação de atividade de extensão	Publicação de atividade de extensão ou de material pertinente à extensão	10hs por publicação	60	Cópia do material. Se estiver on line informar endereço eletrônico
Evento de extensão	Organização e/ou participação em eventos de extensão	10hs/projeto	80	Certificado com carga horária
GRUPO IV - ATIVIDADES CULTURAIS E ARTÍSTICAS, SOCIAIS E DE GESTÃO				
Projeto de atividade Cultural, Artística ou Social	Participação na organização e ou execução (bolsista ou voluntário) em Projeto de Atividade Cultural, Artística ou Social registrado junto à UNIPAMPA.	20	60	declaração do professor responsável; certificado.
Representação estudantil	Exercício de atividade de representação estudantil no Diretório Acadêmico	Carga horária comprovada	20	Comprovante de nomeação ou declaração

Atividade	Discriminação	Carga horária máxima por certificado	Carga horária máxima total	Documentos comprobatórios
	do Curso e de Órgãos Colegiados do Curso, do Campus e da Universidade.			
Premiação	Premiação referente a trabalho acadêmico de ensino, de pesquisa, de extensão ou de cultura	20hs/prêmio Sem limites	São cumuláveis as cargas horárias de premiação e de publicação do trabalho de um mesmo certificado	Diploma, certificado, declaração ou outro comprovante emitido pela instituição promotora do prêmio
Organização de campanhas de caráter cultural, social ou artístico	Participação na organização de campanhas beneficentes, educativas, ambientais ou de outras atividades de caráter cultural, social ou artístico	10	60	Declaração da instituição organizadora da campanha
Bolsista/voluntário em atividades de iniciação ao trabalho técnico-profissional e/ou de gestão acadêmica	Participação, como bolsista ou voluntário, em atividades de iniciação ao trabalho técnico-profissional e/ou de gestão acadêmica	20	60	Certificado ou declaração do orientador.
Estágio não obrigatório	Estágios não obrigatórios com atividades na área cultural, social, artística e de gestão administrativa e acadêmica.	20	60	Certificado ou declaração do orientador
Atividades esportivas institucionais	Participação em atividades esportivas ligadas às atléticas da UNIPAMPA	10	60	Certificado ou declaração assinado pelo representante máximo da Atlético.
Mesário	Mesário em Eleições	10	60	Comprovante da Justiça Eleitoral
Proficiência em línguas	Aprovação em exame de proficiência em línguas estrangeiras por entidade certificadora ou qualquer Instituição pública de ensino superior.	10	60	Certificado de proficiência
Curso de língua estrangeira		15	60	Certificado

2.4.4.3 Mobilidade Acadêmica

A mobilidade acadêmica nacional e internacional permite aos alunos de graduação cursar componentes curriculares em outras IES do País e do exterior. Ao aluno em mobilidade é garantido o vínculo com a instituição e curso de origem assim como o aproveitamento do(s) componente(s) curricular(es) registrados em seu histórico acadêmico (carga horária, frequência e nota).

A mobilidade acadêmica internacional é regulamentada pela Instrução Normativa da Unipampa n. 33 de 23 de dezembro de 2021 a qual estabelece os procedimentos internos para a mobilidade acadêmica internacional: outgoing em que os discentes regularmente matriculados na UNIPAMPA se vinculam temporariamente à IES internacional, incoming em que os discentes regularmente matriculados em IES internacional parceira se vincula temporariamente à UNIPAMPA e nas modalidades acadêmicas internacionais virtual e em cidades de fronteira, ambos de forma remota (de acordo com o artigo 1º da Instrução Normativa mencionada).

Entre os programas de mobilidade da instituição, estão: BRACOL, BRAMEX, CAPES-BRAFITEC e Andifes/Santander.

Os programas BRACOL (Brasil-Colômbia) e BRAMEX (Brasil-México) têm como principais objetivos fortalecer a internacionalização da atividade acadêmica, criar frentes de colaboração e reciprocidade, com o objetivo de abrir a Universidade para o mundo. Busca-se como resultado aproximar as pessoas da ciência, fortalecer o intercâmbio bilateral e propiciar aos estudantes indicados a oportunidade de acesso às culturas estrangeiras bem como contrastar com a experiência própria, adquirir uma visão mais rica e universalista da realidade e promover uma maior integração entre Brasil, Colômbia e México.

O programa CAPES - BRAFITEC consiste em projetos de parcerias universitárias em todas as especialidades de engenharia, exclusivamente em nível de graduação, para fomentar o intercâmbio em ambos os países participantes e estimular a aproximação das estruturas curriculares, inclusive à equivalência e o reconhecimento mútuo de créditos obtidos nas instituições participantes.

O Programa Andifes/Santander de Mobilidade Acadêmica foi instituído mediante convênio assinado pelos respectivos representantes e permite que alunos de uma instituição

cursem componentes curriculares em outra instituição, de acordo com requisitos estabelecidos no convênio. O edital é voltado para mobilidade realizada em Instituições Federais de Educação Superior (IFES) em unidade federativa diferente da instituição de origem.

2.4.4.4 Aproveitamento de Estudos

Conforme o art. 62 da Resolução 29, de 28 de abril de 2011, que aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas, “o aproveitamento de estudos é o resultado do reconhecimento da equivalência de componente curricular de curso de graduação da UNIPAMPA, com um ou mais componentes curriculares cursados em curso superior de graduação” (UNIPAMPA, 2011, p. 12). O aproveitamento de estudos deve ser solicitado à Comissão de Curso e deferido pelo Coordenador de Curso.

Os procedimentos e regras para aproveitamento de estudos seguem a Resolução 29, de 28 de abril de 2011. Em seu Art. 62, § 1º: “a equivalência de estudos, para fins de aproveitamento do componente curricular cursado, só é concedida quando corresponder a no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária e a 60% (sessenta por cento) de identidade do conteúdo do componente curricular de curso da UNIPAMPA” (UNIPAMPA, 2011, p. 12).

Além disso, Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Art. 47, §2º, bem como o art. 64 da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA Nº 29/2011: “Os alunos dos cursos de graduação com extraordinário aproveitamento nos estudos, quer pelas experiências acumuladas, quer pelo desempenho intelectual acima da média demonstrado por meio de provas e/ou outros instrumentos de avaliação específicos, podem ter abreviada a duração de seus cursos, de acordo com normas elaboradas pela Comissão Superior de Ensino”.

2.4.4.5 Migração curricular

Não haverá migração curricular ou transição de matriz porque as duas matrizes curriculares vão se manter até que todos os discentes ingressados na matriz curricular anterior a essa versão concluem o curso.

2.4.5 Estágios Obrigatórios ou Não Obrigatórios

A Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 329, de 04 de novembro de 2021 dispõe sobre as normas para os Estágios destinados a discentes de cursos de graduação, presenciais ou a distância, vinculados à Universidade Federal do Pampa e para estágios cuja unidade concedente é a Unipampa. De acordo com o seu Art. 1º:

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em Instituições de Educação Superior, seguindo os preceitos estabelecidos pela Lei nº11.788/2008 em sua integralidade.

Conforme o Art. 4º, da Resolução 329, "O estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso":

§ 1º Estágio Curricular Obrigatório é um componente da matriz curricular previsto no Projeto Pedagógico do Curso, com regulamentação específica aprovada pela Comissão de Curso, em consonância com as normas da UNIPAMPA, com a Lei nº 11.788/2008 e com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

§ 2º Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, fora da carga horária regular e obrigatória, podendo ou não ser aproveitado como parte da integralização curricular.

§ 3º É de responsabilidade da UNIPAMPA assegurar a oportunidade do estágio curricular obrigatório aos discentes.

Cabe destacar ainda a possibilidade de realização de estágios internacionais, na forma da Instrução Normativa UNIPAMPA Nº 34, de 23 de dezembro de 2021, a qual estabelece os procedimentos internos para os acordos de cooperação para estágio internacional de discentes de graduação, no âmbito da Universidade Federal do Pampa.

O estágio objetiva a contextualização curricular, o aprendizado técnico e o desenvolvimento de competências próprias à futura atividade profissional do educando, visando o seu desenvolvimento para a vida cidadã e para o trabalho.

Contudo, conforme as DCNs do curso de graduação em Relações Internacionais, não é obrigatório a oferta de estágio curricular para o curso. Desta forma esse PPC não prevê

a obrigatoriedade de estágio, seja curricular ou extracurricular. Contudo, o discente, caso deseje, pode aproveitar horas de estágio extracurricular como ACGs.

2.4.6 Trabalho de Conclusão de Curso

Os componentes curriculares Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I, referente à elaboração do projeto de TCC) e Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II) são regidas por normas próprias, discutidas e aprovadas no âmbito do Núcleo Docente Estruturante e da Comissão do Curso de Relações Internacionais (ver Anexo I).

Conforme Art. 116 da Resolução n. 29, de 28 de abril de 2011, que aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas, “o Trabalho de Conclusão de Curso, doravante denominado TCC, também entendido como Trabalho de Curso, é um componente curricular dos cursos de graduação da Universidade, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos”. (UNIPAMPA, 2011, p. 20).

Destaca-se que, em conformidade com os artigos 19 e 20 da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA n. 328/2021, a qual aprovou as Diretrizes para Acessibilidade no âmbito do Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação e para a instituição de Percursos Formativos Flexíveis para discentes com deficiência no âmbito da UNIPAMPA, o(a) discente surdo(a) poderá entregar a versão final do seu trabalho de conclusão de curso de graduação em língua portuguesa (enquanto segunda língua) com inserção de notas [particularmente de rodapé] oriundas de tradutor(a) de Língua Brasileira de Sinais. O(A) discente surdo(a) também terá a possibilidade de entregar a versão final do trabalho de conclusão em Língua Brasileira de Sinais, no formato de vídeo, com apoio do NInA.

2.4.7 Inserção da extensão no currículo do curso

O Parecer CNE/CES no. 608/2018 estabeleceu as políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira. Conforme tal documento, o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão reafirma a extensão universitária como processo acadêmico. A extensão universitária possui de acordo com o parecer “Uma função potencializadora na formação dos estudantes e na capacidade de intervir em benefício da sociedade, aspecto essencial para que a universidade se realize como instrumento emancipatório do ponto de vista histórico”.

Ainda segundo o documento, “no que se refere à relação entre extensão e ensino, a diretriz de indissociabilidade coloca o estudante como protagonista de sua formação técnica – processo de obtenção de competências necessária à atuação profissional e à formação cidadã, o qual lhe permite se reconhecer como agente de garantia de direitos, deveres e transformação social”. A inserção da extensão no currículo do curso de Relações Internacionais está fundamentada na Resolução CONSUNI/UNIPAMPA Nº 317/2021, que detalha a organização e desenvolvimento das Atividades Curriculares de Extensão na Universidade e no respectivo curso. A Resolução referida acima está inserida no “Apêndice C” ao final deste PPC.

Este PPC contempla a inserção da extensão no currículo do curso de Relações Internacionais com a inclusão na matriz curricular do curso de 320 (trezentas e vinte horas) horas de Atividades Curriculares de Extensão (ACEs), o que corresponde a 10% da carga horária total do curso, que é de 3200 (três mil oitocentas e setenta) horas. As ações de extensão foram inseridas neste PPC por meio de Atividades Curriculares de Extensão (ACEs) ofertadas como Atividades Curriculares de Extensão Específicas (ACEE) que, de acordo com o artigo 6ª da Resolução 317/2021 caracteriza as ACEE como atividades “constituídas por programas, projetos, eventos ou cursos de extensão”.

Assim, a totalidade das 320 horas das Atividades Curriculares de Extensão do curso, devem ser cumpridas com ACEE. Vale ressaltar que o programa institucional “UNIPAMPA Cidadã” também é uma ACEE, com algumas características específicas.

A Resolução 317/2021 acima mencionada, nos § 1º, 2º e 3º e 4º do artigo 7, traz a descrição, objetivos e caracterização da “UNIPAMPA Cidadã”. A “UNIPAMPA Cidadã” é definida como um programa institucional que será ofertado como atividade curricular de extensão específica (ACEE). A “UNIPAMPA Cidadã” visa fortalecer a formação humanística e cidadã dos(as) discentes e contribuir na integração da Universidade com a comunidade. Nesta atividade curricular de extensão os(as) discentes devem realizar ações comunitárias junto à sociedade civil organizada, organizações não governamentais (ONGs) e entes públicos. As ações devem, preferencialmente, priorizar o atendimento da população em situação de vulnerabilidade social.

Quanto à duração da “UNIPAMPA Cidadã”, a Resolução 317/2021 normatiza que deverá ser ofertada por todos os cursos de graduação como atividade obrigatória com carga horária total de, no mínimo, 60 horas e no máximo 120 horas.

Assim, das 320 horas de ACEEs ofertadas no curso, no mínimo 60 horas, obrigatoriamente, devem ser cumpridas com a participação no programa UNIPAMPA Cidadã, de acordo com a Instrução Normativa n.18 de 2021. Para isso o discente participará de programas, projetos, eventos ou cursos de extensão, registradas na Pró-reitoria de Extensão e Cultura, independentemente de serem oriundos ou não do curso de Relações Internacionais, e, após concluírem, solicitarão ao(s) supervisor(es) de extensão, mediante requerimento instruído com documentação comprobatória, a validação da carga horária de ACEE. Da decisão do(s) supervisor(es) de extensão caberá recurso à Comissão do Curso, no prazo de 5 dias da ciência.

Quanto à caracterização e funções do(s) Supervisor(es) de extensão cabe a ele(s) (art. 8 da Resolução 317/2021):

- Avaliar o caráter formativo das ações de extensão realizadas pelos(as) discentes de acordo com o PPC;
- Acompanhar, avaliar e validar a atividade curricular de extensão denominada “UNIPAMPA Cidadã”;
- Validar o aproveitamento das Atividades Curriculares Extensão Específicas;
- Construir informe semestral sobre as atividades de extensão realizadas no curso.

O detalhamento do desenvolvimento das Atividades Curriculares de Extensão encontra-se em Regimento (ver Apêndice C).

2.5 METODOLOGIAS DE ENSINO

A ação pedagógica do professor será mediadora da aprendizagem, estimulando a reflexão crítica e o livre pensar, como elementos constituidores da autonomia intelectual dos estudantes. Assim, o discente deve ser o centro do processo educativo. Exigindo uma prática pedagógica inovadora, centrada na realidade: do aluno, do contexto social, econômico, educacional e político da região onde a Universidade está inserida.

Para tanto, faz-se necessária uma pedagogia que conceba a construção do conhecimento como o resultado interativo da mobilização de diferentes saberes, que não se esgotam nos espaços e tempos delimitados pela sala de aula convencional; uma prática que articule o ensino, a pesquisa e a extensão, como base da formação acadêmica, desafiando os sujeitos envolvidos a compreender a realidade e a buscar diferentes possibilidades de transformá-la. Na tentativa de buscar tal proposta, torna-se importante ter estruturas curriculares flexíveis, que ultrapassem os domínios dos componentes curriculares, superando a dicotomia entre a teoria e a prática, reconhecendo e buscando construir a interdisciplinaridade. Serão utilizadas estratégias de ensino e aprendizagem, como: aulas expositivo/dialogadas, seminários, debates, resolução de exercícios, estudos dirigidos, simulações computacionais, investigações científicas, resolução de problemas, projetos de trabalho, visitas técnicas. O peso e a periodicidade das avaliações serão definidos pelos professores, individualmente, conforme as necessidades de cada componente curricular ministrado estabelecendo critérios claros e objetivos de acordo com a avaliação a ser realizada.

Ainda, como metodologias de ensino, são propostos pelos docentes do curso seminários com leituras prévias de textos, debates, aulas expositivas dialogadas e atividades de ensino em ambiente virtual de aprendizagem (por meio do uso da Plataforma Moodle). Essas metodologias, em contínuo processo de evolução e avaliação, complementam a formação do discente, pois instigam-no a uma análise crítica dos conteúdos e da realidade. Nesse sentido, o curso entende que a avaliação do discente deve ser processual, cumulativa e contínua, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

2.5.1 Interdisciplinaridade

O Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do INEP concebe a interdisciplinaridade como “Concepção epistemológica do saber na qual as disciplinas são colocadas em relação, com o objetivo de proporcionar olhares distintos sobre o mesmo problema, visando a criar soluções que integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento.” (p. 47).

De acordo com o PDI 2019-2023, a interdisciplinaridade é um dos princípios que pautam a Política de Extensão e Cultura da UNIPAMPA, em que “as ações devem buscar a

interação entre componentes curriculares, cursos, áreas de conhecimento, entre os campi e os diferentes órgãos da Instituição;” (p. 32)

No mesmo documento, consta que, na organização didático-pedagógica dos cursos de graduação, a interdisciplinaridade e a flexibilização curricular sejam desenvolvidas “a partir de atividades em projetos de ensino e de aprendizagem ou eixos que integram os componentes curriculares. Nesse aspecto, as atividades complementares de graduação, projetos, estágios, aproveitamentos de estudo, atividades de extensão, de pesquisa, atividades práticas, além de proporcionarem a relação teoria e prática, apresentam flexibilidade ao currículo, buscando garantir a formação do perfil do egresso generalista e humanista.” (p. 47)

Portanto, é necessário garantir a presença da interdisciplinaridade na estrutura curricular e nas práticas propostas no PPC. Requisito a que o curso de Relações Internacionais da UNIPAMPA corresponde de maneira natural, já que a própria área de estudos de Relações Internacionais desenvolveu-se, ao longo do Século XX, a partir da convergência interdisciplinar de várias outras disciplinas do campo das ciências humanas e do campo das ciências sociais aplicadas, tais como a História, a Ciência Política, o Direito, a Economia, entre várias outras. E isso se reflete na matriz curricular do curso.

Conseqüentemente, objetiva-se apresentar metodologias comprometidas com a interdisciplinaridade, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, a relação teórico-prática, o desenvolvimento do espírito crítico-científico e a formação de sujeitos autônomos e cidadãos, considerando as diferenças de desenvolvimento e de aprendizagem dos estudantes.

2.5.2 Práticas Inovadoras

Segundo o PDI 2019-2023, um dos objetivos da organização acadêmica na Instituição é “investir na inovação pedagógica que reconhece formas alternativas de saberes e experiências, objetividade e subjetividade, teoria e prática, cultura e natureza, gerando novos conhecimentos, usando novas práticas” (p. 39-40)

Também, o documento indica, como princípio metodológico da organização didático-pedagógica da graduação, “promover práticas pedagógicas inovadoras e

metodologias ativas, a fim de favorecer a aprendizagem com foco no aluno, suas vivências, experiências, dificuldades e potencialidades” (p. 44). Ainda, consta que “Os PPCs de muitos cursos mencionam, de forma explícita, tecnologias de ensino inovadoras, com caráter interdisciplinar, como fóruns eletrônicos, salas de bate-papo, blogs, correspondências eletrônicas, softwares específicos, entre outros elementos”, bem como o PDI menciona “a proposição da internacionalização do currículo para qualificação da educação em uma instituição de fronteira” (p. 48) como uma política inovadora de ensino.

Na esteira do que foi mencionado acima, o curso de Relações Internacionais da UNIPAMPA tem promovido práticas inovadoras nas suas atividades de extensão, pesquisa e, sobretudo, de ensino. Exemplos dessas práticas têm sido as simulações de relações internacionais em diversos dos componentes curriculares do curso, onde os discentes aliam o conhecimento teórico adquirido em sala de aula para, neste mesmo ambiente, pô-lo à prova em situações simuladas inspiradas no cotidiano das interações entre os atores do sistema internacional. Ainda, outras práticas têm sido implementadas, como os projetos de ensino de idiomas, a oportunização de estágios extracurriculares e a articulação de projetos de ensino, pesquisa e extensão envolvendo docentes e discentes do curso com instituições estrangeiras, por exemplo, do Uruguai.

2.5.3 Acessibilidade Metodológica

Conforme o Documento Orientador das Comissões de Avaliação *in loco* para Instituições de Educação Superior com enfoque em Acessibilidade, acessibilidade metodológica (também conhecida como pedagógica) caracteriza-se pela ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional irá determinar, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas.

É possível notar a acessibilidade metodológica nas salas de aula quando os professores promovem processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência, como por exemplo: pranchas de comunicação, texto impresso e ampliado, softwares ampliadores de comunicação alternativa, leitores de tela, entre outros recursos.

Nesse sentido, os recursos (textos físicos e digitais, slides, vídeos, filmes, etc.), bem como as técnicas e procedimentos (dinâmicas interativas, instrumentos avaliativos, apresentação de trabalhos, etc.) devem ser concebidos em formatos acessíveis, tendo ou não estudantes com deficiência, seguindo os princípios do Desenho Universal para Aprendizagem (DUA).

Os princípios do DUA são: Proporcionar múltiplos meios de envolvimento - estimular o interesse dos alunos e motivá-los para a aprendizagem recorrendo a formas diversificadas; Proporcionar múltiplos meios de representação - apresentar a informação e o conteúdo em diferentes formatos para que todos tenham acesso; Proporcionar diversos meios de ação e expressão - permitir formas alternativas de expressão e de demonstração das aprendizagens, por parte dos alunos.

No âmbito institucional, a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA n. 328/2021 orienta os procedimentos referentes à acessibilidade no âmbito das atividades acadêmicas, científicas e culturais da UNIPAMPA, a instituição de percursos formativos flexíveis para discentes com deficiência e discentes com altas habilidades/superdotação.

A acessibilidade pedagógica de que trata esta resolução, conforme o capítulo II, refere-se à eliminação de barreiras vislumbradas no processo de ensino e aprendizagem, especialmente por meio de:

I - adaptações razoáveis: são consideradas, na perspectiva do aluno, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que pessoa com deficiência possam gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais;

II - garantia de recursos de tecnologia assistiva ou ajuda técnica compreendidos como: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

III - reconhecimento da LIBRAS como língua oficial das pessoas pertencentes à comunidades surdas.

IV - o Braille como sistema de escrita utilizado por pessoas com deficiência visual.

Ainda, com base na acima referida Resolução, o curso de Relações Internacionais garante ao discente com deficiência a flexibilidade do percurso formativo, no que diz respeito à escolha de componentes curriculares a serem cursados e a certificação destas escolhas ao final do percurso formativo trilhado. As orientações sobre o percurso formativo flexível deverão ser registradas na pasta do discente.

No curso também são realizadas ações que visam promover a acessibilidade metodológica, tais como: adaptações no plano de ensino; adaptações nas avaliações; atuação do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA), como órgão suplementar, vinculado à Reitoria, responsável pela articulação de ações visando contribuir com a definição, desenvolvimento e implantação de políticas de inclusão e acessibilidade na UNIPAMPA. O NInA é também responsável pelas ações de Atendimento Educacional Especializado (AEE), sendo tal atuação indispensável para a formação do aluno com deficiência, pois é uma forma complementar de educação e está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional desde o ano de 1996. No Câmpus de Santana do Livramento, a interface do NInA é a servidora Taise Gomes dos Santos Cá.

O discente com altas habilidades/superdotação poderá ter abreviada a duração dos seus cursos, conforme o artigo 64 da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 29/2011. Também poderá cursar componentes curriculares para aprofundamento, no próprio curso ou outro curso de graduação (através de mobilidade acadêmica), incluindo componentes que estejam fora do semestre seriado. A escolha de componentes curriculares deverá considerar, prioritariamente, as habilidades do(a) discente. O discente que optar pelo percurso formativo flexível terá garantida a quebra de pré-requisito.

Para os discentes com déficit cognitivo e discentes com deficiência múltipla poderá ser conferida certificação específica, a partir das habilidades desenvolvidas e aprendizagens construídas com base na avaliação dos pareceres do percurso formativo flexível.

2.5.4 Tecnologias de informação e comunicação (TICs) no processo de ensino e aprendizagem

Segundo o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação, as TICs são “Recursos didáticos constituídos por diferentes mídias e tecnologias, síncronas e assíncronas, tais como: ambientes virtuais e suas ferramentas; redes sociais e suas ferramentas; fóruns

eletrônicos; blogs; chats; tecnologias de telefonia; teleconferências; videoconferências; TV; rádio; programas específicos de computadores (softwares); objetos de aprendizagem; conteúdos disponibilizados em suportes tradicionais ou em suportes eletrônicos” (BRASIL, p. 51).

As tecnologias de informação e comunicação adotadas no processo de ensino e aprendizagem possibilitam a execução do projeto pedagógico do curso, garantem a acessibilidade digital e comunicacional (conforme Resolução CONSUNI/UNIPAMPA Nº 328/2021), promovem a interatividade entre docentes e discentes, asseguram o acesso a materiais ou recursos didáticos a qualquer hora e lugar, bem como possibilitam experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seu uso.

No curso de Relações Internacionais, é incentivado o uso de tecnologias de informação e comunicação enquanto recursos didáticos que contribuem no desenvolvimento das atividades do curso como, por exemplo, a plataforma Moodle e o Google Classroom, que favorece o desenvolvimento das atividades do curso, o acesso à informação e a aprendizagem de todos os alunos.

2.6 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O Plano de Desenvolvimento Institucional apresenta que “A avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem é entendida como um trabalho pedagógico contínuo e cumulativo, com prevalência de aspectos qualitativos sobre quantitativos. O conceito de avaliação como reflexão crítica sobre a prática, necessária à formação de novas estratégias de planejamento, é percebido como interativo, crítico, reflexivo e democrático. A concepção de avaliação acompanha os princípios metodológicos, portanto a avaliação considera que o aluno é partícipe do processo de aprendizagem, de modo a ser uma estratégia que possibilite o diagnóstico das dificuldades e a construção das aprendizagens.” (p. 45)

Quanto à verificação da aprendizagem, conforme a metodologia proposta, acredita-se na avaliação como um processo contínuo, sendo assim, a aprovação nas atividades do curso dependerá do resultado das avaliações efetuadas ao longo do seu período de realização, na forma prevista nos planos de ensino dos professores. Conforme as Normas da Graduação na Universidade Federal do Pampa, em seu art. 59, parágrafo 6º, estará aprovado o discente que alcançar a nota mínima final de 6,0 (seis) nas atividades de ensino, incluídas as

atividades de recuperação, além de frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular.

Além disso, em consonância com o perfil do egresso, serão realizadas também avaliações de cunho prático, como estudos de caso, debates e negociações simuladas, com o intuito de desenvolver no discente as habilidades profissionais pertinentes.

Então, como citado, na UNIPAMPA, conforme redação do art. 61, das Normas Básicas da Graduação, a todo discente é assegurada a realização de atividades de recuperação e promovidas ao longo do desenvolvimento do componente curricular, em perspectiva de superação de aprendizagem insuficiente. As atividades de recuperação são descritas nos respectivos Planos de Ensino, resguardado ao docente o direito e o dever de planejamento dessas atividades, como exemplo: aulas de reposição, correção de avaliações em conjunto, questionários e exercícios complementares, além de leituras e realização de seminários adicionais sobre o conteúdo em questão.

Na perspectiva proposta a avaliação será realizada com as seguintes finalidades:

- Avaliação Diagnóstica: utilizada no início da aprendizagem para determinar a presença ou ausência de habilidades e/ou pré-requisitos, identificando as causas de dificuldades na aprendizagem e conhecimento dos acadêmicos;

- Avaliação Formativa: empregada durante o processo de aprendizagem para promover desempenho mais eficiente, identificando o progresso do acadêmico quanto aos seus conhecimentos e habilidades, permitindo a continuidade ou o redimensionamento do processo de ensino. Dessa forma a avaliação possibilita ao professor o planejamento de atividades corretivas, de enriquecimento, de complementação, evolução e aperfeiçoamento dos objetivos estabelecidos e oportuniza aos discentes a possibilidade de novas construções, recuperando conhecimentos antes não atingidos.

- Avaliação Somativa: tem por objetivo quantificar o desempenho apresentado pelos acadêmicos expressando-o de acordo com as normas estabelecidas pela Instituição.

Tais instrumentos atendem à concepção do curso, permitindo o desenvolvimento e a autonomia do discente de forma contínua e efetiva e resultam em informações sistematizadas e disponibilizadas aos estudantes, com mecanismos que garantem sua natureza formativa,

sendo adotadas ações concretas para a melhoria da aprendizagem em função das avaliações realizadas.

Cabe ainda ressaltar, com base na legislação e orientações institucionais (conforme Resolução CONSUNI/UNIPAMPA Nº 328/2021), que o curso de Relações Internacionais prevê a oferta de instrumentos avaliativos inclusivos, que considerem as adaptações metodológicas e de conteúdo estabelecidas no currículo dos alunos com deficiência, considerando as diferenças de desenvolvimento e aprendizagem.

2.7 APOIO AO DISCENTE

No Plano de Desenvolvimento Institucional é descrita a Política de Assistência Estudantil e Comunitária, considerada de extrema importância por viabilizar o acesso ao Ensino Superior Público Federal por promover a permanência e a conclusão de curso pelos acadêmicos, a formação ampla e qualificada, bem como por combater as desigualdades sociais e regionais e a retenção. As políticas desenvolvidas na UNIPAMPA são baseadas no que foi estabelecido pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil do MEC (PNAES - Decreto nº 7.234/2010), pelo Plano de Desenvolvimento Institucional e pelas demais legislações pertinentes, materializadas pelos programas gerenciados pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC).

Entre os programas e ações de assistência estudantil, estão: Plano de Permanência (PP), composto pelo Programa de Alimentação Subsidiada, Programa de Moradia Estudantil, Programa de Apoio ao Transporte e Programa de Auxílio Creche; Programa de Apoio ao Ingressante; Programa de Apoio Social e Pedagógico (PASP); Programa de Apoio à Participação Discente em Eventos (PAPE); e Programa de Ações Afirmativas.

De acordo com o Art. 3º da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 239, de 25 de abril de 2019, o Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE) contempla uma equipe multiprofissional constituída por Pedagogo, Psicólogo, Assistente Social e Técnico em Assuntos Educacionais, sendo que o número de servidores e a composição podem variar de acordo com as especificidades e demandas do campus, a fim de garantir a execução e articulação das ações de acessibilidade e inclusão, das atividades de cultura, lazer e esporte, das ações de acompanhamento aos cotistas, das políticas de ações afirmativas e dos demais projetos. Quanto à Política de Acessibilidade e Inclusão da Universidade, esta é fomentada

e articulada institucionalmente, de forma transversal, por meio do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA), vinculado à Assessoria de Diversidade, Ações Afirmativas e Inclusão (ADAFI). É papel do NInA, em articulação com as demais unidades da universidade, “eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência” (Decreto nº 7.691/2011).

Em relação ao apoio a discentes com deficiência, a instituição tem como documento norteador as Diretrizes para Acessibilidade no âmbito do Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação e para a instituição de Formativos Flexíveis (Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 328/2021) e a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 240/2019, que, no art. 5º prevê a dilatação do tempo máximo de integralização curricular para alunos com deficiência.

Ressalta-se, ainda, dentre as formas de apoio aos discentes na UNIPAMPA, a possibilidade de usufruir dos serviços de tradução e interpretação entre a língua portuguesa e outros idiomas, conforme a Instrução Normativa UNIPAMPA Nº 35, 23 de dezembro de 2021, que estabelece os fluxos e procedimentos internos dos referidos processos. Outra ação relevante consta na Resolução CONSUNI/UNIPAMPA Nº 300/2020, que estabelece o Programa Institucional de acompanhamento e enfrentamento dos índices de retenção e evasão, para contribuir para a permanência e o sucesso dos discentes na integralização dos cursos.

2.8 GESTÃO DO CURSO A PARTIR DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

A gestão do curso é realizada considerando a autoavaliação institucional, promovida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado permanente que tem como atribuição o planejamento e a condução dos processos de avaliação interna. A Comissão organiza-se em Comitês Locais de Avaliação (CLA), sediados nos *campi* e compostos pelos segmentos da comunidade acadêmica – um docente, um técnico-administrativo em educação, um discente e um representante da comunidade externa –, e em uma Comissão Central de Avaliação (CCA) que, além de reunir de forma paritária os membros dos CLAs, agrega os representantes das Comissões Superiores de Ensino, Pesquisa e Extensão. São avaliadas as seguintes dimensões: a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional

(PDI); a política de ensino, pesquisa, extensão, pós-graduação; a responsabilidade social; a comunicação com a sociedade; políticas de pessoal (carreira, remuneração, desenvolvimento e condições); organização e gestão; infraestrutura física, de ensino, de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação; planejamento e avaliação: especialmente os processos e resultados da autoavaliação institucional; políticas de atendimento aos estudantes; sustentabilidade financeira (BRASIL, 2017a). As temáticas da EaD e da inclusão de alunos com necessidades especiais perpassam transversalmente essas áreas.

Inclui-se, ainda, o Programa de Acompanhamento de Egressos (PAE), regulamentado pela Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 294, de 30 de novembro de 2020. Este programa, em atividade desde 2016, tem por objetivo avaliar o desempenho dos cursos de graduação e de pós; estabelecer políticas institucionais de formação continuada no âmbito da pós-graduação, contribuindo para o planejamento e a melhoria dos cursos; orientar a oferta de novos cursos; e divulgar ações institucionais para os egressos da UNIPAMPA. Cabe aos docentes da Comissão de Curso divulgar a política de acompanhamento de egressos aos alunos, principalmente aos formandos, conscientizando-os sobre a importância de contribuírem com a avaliação do curso, enquanto cidadãos diplomados pela Instituição.

Através da comunicação com os egressos, metas poderão ser traçadas para resolver problemas relativos à formação oferecida; isso, conseqüentemente, refletirá na comunidade acadêmica, na organização do curso e na atividade dos servidores. Após o recebimento dos relatórios, cabe ao NDE utilizar os resultados para análise e reflexão acerca das condições e percepções dos egressos, como um importante instrumento de debate sobre os indicadores de sucesso ou fragilidades no curso e quais novas ações poderão ser planejadas, com registro dos encaminhamentos, as ações e tomadas de decisões. Também, os docentes deverão refletir sobre o currículo, analisando se o perfil do egresso exposto no PPC condiz com a prática que os ex-alunos vivenciaram.

O resultado das avaliações externas é utilizado para o aprimoramento contínuo do planejamento do curso, com evidências da divulgação dos resultados à comunidade acadêmica e registro do processo de autoavaliação periódica do curso através de reuniões periódicas, questionários, ouvidorias e utilização dos resultados obtidos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e de relatórios de avaliação da CPA, MEC e outros.

O papel do docente é fundamental, ainda, para que se estabeleça um processo de sensibilização dos alunos sobre a importância de contribuírem com a avaliação da instituição. É importante que eles compreendam a importância de suas constatações e opiniões, não somente enquanto estudantes, mas que saibam, previamente, da importância que terão também enquanto cidadãos formados pela Instituição. Logo, é preciso sensibilizá-los desde o início de seu percurso na Universidade para que contribuam na vida institucional, sejam participativos e críticos com a sua autoavaliação, de modo que esta sirva de base para questionamentos e reflexões sobre o processo.

Ainda, em relação ao processo de autoavaliação, os cursos devem considerar os resultados da avaliação do desempenho didático realizada pelo discente (conforme a Resolução CONSUNI 80/2014), tendo em vista a qualificação da prática docente.

3 EMENTÁRIO

1º SEMESTRE

Componente Curricular: Introdução ao Estudo das Relações Internacionais

Carga horária total: 60h

EMENTA

Introdução ao estudo e conceito de Relações Internacionais. Sociologia das Relações Internacionais: Sistema internacional; Atores internacionais; Meio internacional e seus fatores. Introdução às teorias das Relações Internacionais. Introdução à Política Externa Brasileira. Introdução à Ciência Política.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Abordar os temas principais das Relações Internacionais: conceitos básicos, características do sistema internacional e seus atores: Estados, organizações internacionais e outros agentes internacionais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Compreender os principais conceitos das Relações Internacionais; Desenvolver habilidades gerais para utilização ao longo das demais disciplinas do curso; Desenvolver a capacidade de reflexão crítica; Estimular a busca de conhecimentos por meio de fontes de consulta diferenciadas; Adquirir capacidade de análise dos fenômenos internacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

CARVALHO, Leonardo Arquimimo de (org.) Política internacional, política externa & relações internacionais. 1 ed. Curitiba: Juruá, 2009.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. Introdução às Relações internacionais: teoria e abordagens. Zahar, 2007.

PECEQUILO, Cristina. Introdução às Relações Internacionais. 6ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Brasília: Ed. UnB, 1998.

JATOBÁ, Daniel. Teoria das Relações Internacionais. São Paulo: Saraiva, 2013.

SARAIVA, José S. (org.) O crescimento das Relações Internacionais no Brasil. Brasília: IBRI, 2005.

HALLIDAY, Fred. Repensando as Relações Internacionais. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 1999. SAFARTI, Gilberto. Teoria das Relações Internacionais. São Paulo: Saraiva, 2005.

Componente Curricular: História Econômica, Política e Social Geral

Carga horária total: 60h

EMENTA

Pré-História e a transição da Barbárie para a Civilização. História Antiga e a transição do Escravismo para o Feudalismo. Idade Média e a transição do Feudalismo para o Capitalismo. Idade Moderna e a formação/expansão do capitalismo. Idade Contemporânea e as transformações sócio-políticas e econômicas do capitalismo. Século XX, Capitalismo e Socialismo. Pós-Guerra Fria e a Nova (des)ordem mundial no século XXI

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Compreender o processo histórico da humanidade, analisando as principais mudanças e transformações econômicas, políticas e sociais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Adquirir capacidade de interpretação crítica sobre a história da humanidade. Compreender as estruturas políticas, econômicas e sociais históricas (Modos de Produção). Identificar os atores sociais que participam da construção e transformação das estruturas políticas e econômicas. Estimular a busca de conhecimentos e pesquisa histórica para compreensão dos fenômenos atuais

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

KENNEDY, Paul. Ascensão e queda das grandes potências. São Paulo: Campus, 1989 (reimpressão de 2010).

HOBSBAWM, Eric J. A era das Revoluções: 1789-1848. 25ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2010.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes & PEREIRA, Analúcia Danilevicz. História do Mundo Contemporâneo: da Pax Britannica do século XVIII ao choque de civilizações do século XXI. Petrópolis: Vozes, 2008.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ARRIGHI, Giovanni. O Longo século XX. Rio de Janeiro: Contraponto, São Paulo: Ed. Unesp, 1996. ARRUDA, José J. Nova História Moderna e Contemporânea. São Paulo: Ed. Edusc, 2005.

BEAUD, Michel. História do capitalismo: de 1500 aos nossos dias. 4ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LESSA, Antônio Carlos. História das Relações Internacionais: a Pax Britânica e o mundo do século XX. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2008.

SARAIVA, José Flávio Sombra. História das Relações Internacionais Contemporâneas. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

Componente Curricular: Introdução ao Direito

Carga horária total: 60h

EMENTA

Noções do direito. Origem e definições. Direito natural e positivo. Direito Objetivo e Direito Subjetivo. Fontes do direito. Aplicação das normas jurídicas. Ordenamento Jurídico e Direito Comunitário. Ramos do Direito: direito público, direito privado e misto.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Discutir, de forma sistêmica, os conteúdos imprescindíveis à compreensão dos principais conceitos que envolvem a Introdução ao Direito, proporcionando a assimilação estruturada, através de método reflexivo e prático, indispensável ao exercício profissional. Introduzir, de modo interdisciplinar, os estudantes aos principais debates teóricos do Direito focando nas relações Internacionais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Definir o objeto de estudo do Direito e seu campo de atuação; Familiarizar os estudantes com os conceitos básicos usados no Direito; Compreender as fontes de surgimento do Direito; Verificar as formas de aplicação das Normas Jurídicas; Introduzir à teoria do ordenamento jurídico; Iniciar o estudo dos ramos do Direito público e privado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

DOWER, Nelson Godoy Bassil. Instituições de direito público e direito privado. São Paulo: Saraiva, 2005.

GUSMÃO, Paulo Dourado de. Introdução ao estudo do Direito. 40ª ed. Rio de Janeiro: Forense Jurídica, 2013.

PINHO, Ruy Rebello; NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Instituições de direito público e privado. 24ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

- ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, G. E. do Nascimento e; CASELLA, Paulo Borba. Manual de Direito Internacional Público. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do. 42ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- DINIZ, Maria Helena. Compêndio de introdução à ciência do direito. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- MELLO, Celso D. de Albuquerque. Curso de Direito Internacional Público. 15. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.
- PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. Direito Internacional Público e Privado. 5 Ed. Salvador: Juspodivm, 2013.

Componente Curricular: Introdução à Economia para Relações Internacionais

Carga horária total: 60h

EMENTA

Elementos que fundamentam a ciência econômica. Notas sobre o pensamento econômico. Conceito de economia e o problema econômico. Papel dos diversos agentes que intervêm na atividade econômica. Sistemas econômicos. Funcionamento do mercado. Oferta, demanda e elasticidades. Tecnologia e custos de produção. Estruturas de mercado. Teoria macroeconômica: evolução e situação atual. Medidas da atividade econômica.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Introduzir aos graduandos conceitos fundamentais de economia, levando-os a conhecer a evolução do pensamento econômico. Compreender as formulações teóricas estudadas na microeconomia e criar competências para aplicá-las.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Compreender os principais conceitos da Economia aplicados às Relações Internacionais; Desenvolver habilidades gerais para utilização ao longo das demais disciplinas do curso; Desenvolver a capacidade de reflexão crítica; Estimular a busca de conhecimentos por meio de fontes de consulta diferenciadas; Adquirir capacidade de análise dos fenômenos internacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

- CARNEIRO, Ricardo. (Org.) Os clássicos da economia. São Paulo: Ática, 2003. (Vol. 1)

PASSOS, Roberto M.; NOGAMI, Otto. Princípios de economia. 5ª Ed. São Paulo: Thompson, 2006. VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; GARCIA, Manuel Enriquez. Fundamentos de Economia. 2ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

MANKIWI, N. G. Introdução à Economia: Princípios de micro e macroeconomia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001

PEREIRA, Luis Carlos Bresser (Org.). Economia brasileira na encruzilhada. Rio de Janeiro: FGV, 2006. PINHO, Diva Benevides;

ROSSETI, José Paschoal. Introdução à economia. 17ª. Ed. São Paulo, Atlas, 2005.

PASSOS, Roberto Martins; NOGAMI, Otto. Princípios de Economia. 5ª edição São Paulo: Ed. Thompson, 2006. WESSELS, Walter J. Economia. 3ª edição. São Paulo: Ed. Saraiva 2010.

PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. de (Orgs.). Manual de Economia: equipe de professores da USP. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

Componente Curricular: Introdução à Sociologia para as Relações Internacionais

Carga horária total: 60h

EMENTA

Contexto histórico de surgimento da Sociologia. Diferenças de método entre filosofia social e sociologia. Pensamento sociológico de Augusto Comte, Émile Durkheim, Karl Marx, Max Weber e sua relevância metodológica e temática para o estudo das Relações Internacionais.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Estudar os paradigmas fundamentais da Sociologia relacionando-os às exigências do campus e do curso específicos como instrumento de exercício da interpretação dos fatos sociais, aplicados às Relações Internacionais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Compreender os principais conceitos da Sociologia; Desenvolver habilidades gerais para utilização ao longo das demais disciplinas do curso; Desenvolver a capacidade de reflexão crítica; Estimular a busca de conhecimentos por meio de fontes de consulta diferenciadas; Adquirir capacidade de análise dos fenômenos internacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. 7ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

WEBER, Max. Ensaio de Sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

BITTAR, Eduardo C. B. Curso de filosofia política. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

DEMO, Pedro. Introdução à sociologia: complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social. São Paulo: Atlas, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Sociologia geral. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MAUSS, Marcel. Ensaio de Sociologia. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2005.

QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira, MONTEIRO, Márcia G. Um Toque de Clássicos - Marx - Durkheim - Weber. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

WEBER, Max. Economia e Sociedade, volume 1. Brasília: Ed. UnB, 1999.

BOURDIER, Pierre. Ofício de Sociólogo. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2010

2º SEMESTRE

Componente Curricular: História das Relações Internacionais I

Carga horária total: 60h

EMENTA

A formação do sistema mundial. Os sistemas regionais do mundo pré-capitalista. O capitalismo mercantil e a ascensão da Europa. A Europa mercantil e colonial dos séculos XIV a XVIII. O equilíbrio europeu. A fase ibérica e a expansão colonial. A Pax Britânica (1776-1890). A hegemonia mundial britânica e a Europa conservadora. O Congresso de Viena e a reorganização da Europa.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Analisar e compreender o desenvolvimento do sistema internacional contemporâneo a partir da evolução histórica das estruturas do passado.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Identificar e analisar os principais eventos históricos que modificaram a estrutura do sistema internacional; Compreender a evolução das relações internacionais a partir dos sistemas regionais do mundo pré-capitalista até a reorganização

da Europa no Congresso de Viena; Desenvolver a capacidade de reflexão crítica; Estimular a busca de conhecimentos por meio de consultas diferenciadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

KENNEDY, Paul. Ascensão e Queda das Grandes Potências. Rio de Janeiro: Campus, 1991. LESSA, Antônio Carlos. História das Relações Internacionais: A Pax Britânica e o mundo do século XIX. Petrópolis: Vozes, 2005.

VISENTINI, Paulo G. F.; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. História do Mundo Contemporâneo: da Pax Britânica do século XVIII ao Choque das Civilizações do século XXI. Petrópolis: Vozes, 2008.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX. São Paulo: UNESP, 1996.

HOBSBAWM, Eric. A era dos extremos: o breve século XX. 1914–1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. A era das revoluções. São Paulo: Paz e Terra, 1989

LESSA, Antônio Carlos. História das relações internacionais: a pax britânica e o mundo do século XIX. Petrópolis, Vozes, 2008.

WATSON, Adam. A evolução da sociedade internacional: uma análise histórica comparativa. Brasília: Editora UnB: 2004.

Componente Curricular: Geografia Política

Carga horária total: 60h

EMENTA

A criação e significado dos conceitos de Geografia Política e Geopolítica. Declínio do discurso geopolítico. O debate sobre o Imperialismo. Poder espacial no mundo contemporâneo. Aspectos da globalização relacionados com as Relações Internacionais.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Construir, com os acadêmicos, conhecimento introdutório acerca da Geografia Política e Geopolítica. Estudar teorias que deem suporte a análises específicas na área e em outros segmentos de Segurança e/ou Relações Internacionais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Conhecer a história da Geografia Política e Geopolítica; Conhecer as contribuições dos principais teóricos dessa área das Ciências; Entender como os chefes de Estados se apropriam(ram) do conhecimento dessas áreas das Ciências no intuito de promoverem as guerras; e, Entender o processo de utilização de teorias de Geopolítica na elaboração das Políticas Externas das Grandes Potências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

COSTA, Wanderley Messias da. Geografia Política e Geopolítica. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2013. MELLO, Leonel Itaussu Almeida. Quem tem medo da Geopolítica? São Paulo: EDUSP/HUCITEC, 1999.

SANTOS, Milton. Por uma outra Globalização do Pensamento Único à Consciência Universal. São Paulo: Editora Record, 2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CASTRO, Iná Elias de. Geografia e Política Território, Escalas de Ação e Instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

COHEN, Saul Bernard. Geopolitics: The Geography of International Relations. Lanhan USA: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2008.

LACOSTE Yves. A geografia Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 17^a ed. Campinas/SP: Papyrus, 2010.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Editora Ática, 1993.
 RATZEL, Fredrich. Géographie Politique. Paris: Economica, 1988.

Componente Curricular: Teoria Política Clássica

Carga horária total: 60h

EMENTA

Conceitos de política e poder. Estudo de textos clássicos de Platão, Aristóteles, Cícero, Santo Agostinho, São Tomás de Aquino e Marsílio de Pádua. Conceitos de sociedade, justiça, educação, cristianismo, livre arbítrio e predestinação.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Apresentar aos alunos noções de Filosofia Política e de Teoria Política Clássica, para que possam apreender e compreender os conceitos básicos da política, presentes nas ações de líderes e cidadãos desde a Antiguidade até os dias de hoje. Assim, poderão perceber a Teoria Política Clássica como a origem dos fundamentos estudados pela Ciência Política e pelas principais teorias de Relações Internacionais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Adquirir noções de Filosofia Política e de Teoria Política Clássica. Compreender os conceitos básicos da política. Identificar a origem dos fundamentos estudados pela Ciência Política e pelas principais teorias de Relações Internacionais. Problematizar e discutir questões éticas e morais da atividade política e entender como a correta compreensão e análise da teoria e da prática política são essenciais para o bom profissional de Relações Internacionais em âmbito público e privado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. 16ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2009.
 DALLARI, Dalmo de A. Elementos de Teoria Geral do Estado. 30ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.
 MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. Porto Alegre: Editora L&M, 2008.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BOBBIO, Norberto. Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política. 16ª reimpressão. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2010.
 WEFFORT, Francisco (Org). Os clássicos da política (vol 1). 14ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2006. BITTAR, Eduardo. Curso de Filosofia Política. 3ª Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.
 HOBBS, Thomas. Leviatã. 2ª edição, São Paulo, Martins Fontes, 2008.
 ARISTÓTELES. Política. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2001.

Componente Curricular: Teoria Econômica

Carga horária total: 60h

EMENTA

Contabilidade social. Política fiscal e Setor Público. Moeda, mercado financeiro e taxa de juros. Setor externo (Política cambial, Política Comercial e Balanço de Pagamentos). Inflação (demanda, custos e inercial) e Curva de Phillips. Crescimento e Desenvolvimento Econômico. Estudo das crises recentes.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL:

Conhecer e interpretar a aplicabilidade da macroeconomia. Oferecer instrumentos de análise que servirão para compreender as mudanças que vem ocorrendo na economia mundial.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Aprofundar as discussões sobre justiça a partir dos autores apresentados
2. Estudar os Fundamentos da teoria macroeconômica
3. Adquirir capacidade de análise dos fenômenos internacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

KRUGMAN, Paul, WELLS, Robin. Introdução à Economia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

MANKIW, N. G. Introdução à Economia: Princípios de micro e macroeconomia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

VASCONCELLOS, Marco A. Economia: Micro e Macro. São Paulo: Atlas, 2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

VASCONCELLOS, Marco A. e PINHO, Manual de Economia da USP. São Paulo: Saraiva, 2011. LOPES, L. M. e VASCONCELLOS, M. A . S. de. Macroeconomia: nível básico e nível intermediário. São Paulo: Atlas. 1998.

MANKIW, N. G. Macroeconomia. Rio de Janeiro: LTC. 1995.

PASSOS, Roberto Martins; NOGAMI, Otto. Princípios de economia. 5. ed. São Paulo: Thompson, 2006.

ROSSETI, José Paschoal. Introdução à economia. 17. Ed. São Paulo, Atlas, 2005.

Componente Curricular: Estatística Aplicada

Carga horária total: 60h

EMENTA

Introdução à Estatística; Estatística Descritiva; Probabilidade e Distribuições de Probabilidade; Amostragem e Inferência Estatística.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Capacitar os acadêmicos na temática estatística por meio da apresentação e discussão de conceitos básicos, bem como pela aplicação de métodos estatísticos em fenômenos das ciências sociais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: 1. Compreender as bases da Estatística, a partir dos conceitos básicos. 2. Articular as noções de Estatística aplicadas às Ciências Sociais Aplicadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BARBETTA, Pedro A. Estatística aplicada às Ciências Sociais. 7ª Ed. Florianópolis: UFSC, 2008. BARROW, Michael. Estatística para economia, contabilidade e administração. São Paulo: Ática, 2007.

DOWNING, D.; CLARK, J. Estatística aplicada. São Paulo: Saraiva, 2009.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

FREUND, J. Estatística aplicada. Porto Alegre: Bookman, 2007.

LEVINE, D. M. ; STEPHAN D. F.; KREHBIEL, T. C.; BERENSON, M. L. Estatística: teoria e aplicações. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

ANDERSON, Davir R. (Org.) Estatística Aplicada à Administração e Economia. 2ª ed. São Paulo: Ed. Cengage 53 Learning, 2011.

BRUNI, Adriano Leal. Estatística Aplicada à Gestão Empresarial. 2ª ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2010.

LARSON, Ron. Estatística Aplicada. 4ª ed. São Paulo: Ed. Pearson Prentice Hall, 2010.

3º SEMESTRE

Componente Curricular: História das Relações Internacionais II

Carga horária total: 60h

EMENTA

Antecedentes e eclosão da primeira Guerra Mundial. Período Entre Guerras. Segunda Guerra Mundial. Direitos Humanos. O mundo pós-Segunda Guerra Mundial: O mundo bipolar e a Guerra Fria. Descolonização. Surgimento do Movimento dos Não alinhados. Fim da Guerra Fria. Entre a unipolaridade e a multipolaridade: a construção de uma nova ordem internacional.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Analisar a evolução das Relações Internacionais a partir do período antecedente ao Primeiro Conflito Mundial até o atual período pós-Guerra Fria, visando compreender as matrizes da nova ordem mundial que está se compondo no início do século XXI.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Identificar e analisar os principais eventos históricos que modificaram a estrutura do sistema internacional; Compreender a evolução das relações internacionais a partir do período antecedente ao Primeiro Conflito Mundial até os nossos dias; Desenvolver a capacidade de reflexão crítica; Estimular a busca de conhecimentos por meio de fontes de consulta diferenciadas; Adquirir capacidade de análise dos fenômenos internacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

KENNEDY, Paul. Ascensão e declínio das grandes potências. Rio de Janeiro, Campus, 1993. SARAIVA, José Flavio S. História das Relações Internacionais Contemporâneas, da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva, 2008.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analúcia D. História do Mundo Contemporâneo: da 62 Pax Britânica do século XVIII ao Choque das Civilizações do século XXI. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX. São Paulo: UNESP, 1996.

Henig, RUTH. As origens da Segunda Guerra Mundial, São Paulo: Ática, 1991

HOBSBAWM, Eric. A era dos extremos. O breve século XX (1914-1991). São Paulo: Cia das Letras, 1994.

JUDT, Tony. Pós-Guerra. Uma história da Europa desde 1945. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Os dez anos que balaram o século XX: a política internacional de 1989 a 1999. Porto Alegre: Novo Século, 1999.

Componente Curricular: Teoria das Relações Internacionais I

Carga horária total: 60h

EMENTA

O sistema internacional: os atores, o funcionamento, as forças profundas. Antecedentes e evolução da área de Relações Internacionais. A evolução das Relações Internacionais e os primeiros grandes debates. Teoria liberal e teoria realista das Relações Internacionais.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Compreender as principais correntes teóricas das Relações Internacionais entre o começo do século XX e o início dos anos 1970 a partir do estudo do pensamento clássico e do 1º grande debate entre realistas e idealistas, propiciando ao aluno a aplicação desses conceitos teóricos na análise da atual conjuntura internacional.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Identificar os principais atores do sistema internacional, de acordo com as teorias realista e liberal; Analisar as dinâmicas ator-ator e ator-sistema de acordo com as teorias realista e liberal; Compreender noções como equilíbrio de poder, sistema internacional, cooperação/competição internacional e o papel das organizações internacionais de acordo com as teorias supracitadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

SAFARTI, Gilberto. Teoria das Relações Internacionais. São Paulo: Saraiva, 2005.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates. São Paulo: Elsevier, 2005.

OLIVEIRA, Odete Maria de. Relações Internacionais: estudos de introdução. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2004.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CASTRO, Thales. Teoria das Relações Internacionais. FUNAG, Brasília, 2012.

DIAS, Reinaldo. Relações Internacionais. São Paulo: Ed. Atlas, 2010.

OLSSON, Giovanni. Relações Internacionais e seus atores na era da globalização. Curitiba: Juruá, 2009.

HALLIDAY, Fred. Repensando as relações internacionais. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.

Componente Curricular: Metodologia Científica para Relações Internacionais

Carga horária total: 60h

EMENTA

História da Ciência. Tipos de conhecimento. A pesquisa e a construção do conhecimento em Relações Internacionais. Componentes e etapas da produção científica. Tipos de trabalhos científicos. Pesquisa quantitativa: finalidade, características. Pesquisa qualitativa: finalidade, características; relação entre qualitativo e quantitativo; métodos quantitativos e qualitativos de análise; técnicas e instrumentos de coleta de dados.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Desenvolver nos discentes uma visão crítico-analítico da finalidade da pesquisa científica, suas características, campos e tipos de pesquisas e atividades práticas, dando ênfase para a produção acadêmica na área de Relações Internacionais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Identificar e analisar os princípios da evolução da Ciência, enfatizando o campo de Ciências Sociais e Aplicadas (Ciência Política e Relações

Internacionais); Identificar os componentes e etapas da produção científica, tipos de trabalhos científicos, métodos, objetivos, procedimentos da pesquisa científica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. Referências bibliográficas: BR 6023, Rio de Janeiro: 2000.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: 2009. CERVO, Amado L. Metodologia científica. 6ª ed. São Paulo Ed. Pearson Prentice Hall, 2007.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ECO, Umberto. Como se faz uma tese. 23ª ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2010.

GIL, A. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2010.

GERHARDT, Tatiana Engel & SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf Acesso em: 01 ago 2016.

AQUINO, Italo de Souza. Como ler artigos científicos. 2ª ed. São Paulo Ed. Saraiva, 2010. WERTHEIN, Jorge; CUNHA, Sérgio da (org.). Educação científica e desenvolvimento: o que pensam os cientistas. Brasília: UNESCO/ INSTITUTO SANGARI, 2005.

Componente Curricular: Teoria Política Moderna

Carga horária total: 60h

EMENTA

Introdução à Teoria Política Medieval; bases do pensamento político da modernidade; Maquiavel; Hobbes; Locke; Montesquieu; Rousseau; Kant; Hamilton, Jay e Madison; Tocqueville; Mill; Hegel; Engels; Marx

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Compreender as principais ideias do pensamento político do período moderno.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Compreender, de forma introdutória, o pensamento político do medievo. Entender as bases do pensamento político da modernidade. Articular as noções de política e poder de acordo com os autores apresentados. Interpretar a ligação entre o republicanismo contemporâneo e os autores modernos Aliar os conhecimentos de Teoria Política Moderna ao estudo e à prática das Relações Internacionais

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

HAMILTON, Alexander. MADISON, James. O Federalista n. 51. A estrutura do governo deve fornecer os freios e contrapesos (Checks and Balances) adequados entre os diversos departamentos. Disponível em . Acessado em 17/02/2016.

HEGEL, G. W. F. Princípios da Filosofia do Direito. Martins Fontes. São Paulo, 1997. Disponível em . Acessado em 17/02/2016.

HOBBS, Thomas. Leviatã. Disponível em . Acessado em 17/02/2016.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

D'AGOSTINO, Fred; GAUS, Gerald. The Routledge Companion to Social and Political Philosophy. Routledge, 2012.

MILL, John Stuart. Sobre la libertad. Disponível em . Acessado em 17/02/2016.

MONTESQUIEU (Charles-Louis de Secondat, Barão de). O Espírito das Leis. Acessado em 17/02/2016.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do Contrato Social. Acessado em 17/02/2016.
TOCQUEVILLE, Alexis de. A Democracia na América. Martins Editora. São Paulo. 2005.

Componente Curricular: Formação Econômica do Brasil

Carga horária total: 60h

EMENTA

Formação do povo brasileiro. Sentido da colonização. Economia colonial: ocupação do território, economia do açúcar, economia pecuária e economia da mineração. Economia cafeeira, trabalho livre e a política de valorização do café. A cafeicultura e sua relação com a industrialização do Brasil. Mudança do centro dinâmico. Dinâmica regional até 1930 e suas relações com a industrialização do país.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Proporcionar ao estudante de Relações Internacionais a oportunidade de refletir criticamente sobre o movimento de formação da socioeconomia brasileira e alguns dos debates existentes na literatura econômica brasileira.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Estudar o povoamento e a ocupação do Brasil. Discutir o ciclo do açúcar. Analisar a economia da mineração. Compreender a economia cafeeira e sua relação com a industrialização do Brasil. Compreender o sentido da colonização e da formação econômica do Brasil

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. REGO, J. M.; MARQUES, R. M. (Orgs.). Formação econômica do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2003.

RIBEIRO, D. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das 65 Letras, 1995 (Reimpressão de 2010).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BIELSCHOWSKY, R. Formação econômica do Brasil: uma obra-prima do estruturalismo cepalino. Revista de Economia Política, v.9, n.4, p. 38-55, out./dez. 1989.

MELLO, J. M. C. O capitalismo tardio. 11. ed. Campinas: Editora UNESP e Edições FACAMP, 2009.

PRADO JR., C. Formação do Brasil contemporâneo: Colônia. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004 (Reimpressão de 2008).

SAMPAIO JR., P. S. A. Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Petrópolis: Vozes, 1999.

GALEANO, E. As veias abertas da América Latina. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 197

Componente Curricular: Direito Internacional Público

Carga horária total: 60h

EMENTA

DIP: conceito, objeto e características. Fundamentos do direito internacional. Relação entre direito internacional e direito interno. Personalidade jurídica internacional:

Estado, Organizações internacionais e Indivíduo. Relações diplomáticas e consulares. Solução pacífica de controvérsias internacionais. Guerra. Espaços internacionais.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Discutir, de forma sistêmica, os conteúdos imprescindíveis à compreensão das principais temáticas que envolvem o Direito Internacional Público, proporcionando a assimilação estruturada, através de método reflexivo e prático, indispensável ao exercício profissional. Introduzir, de modo interdisciplinar, os estudantes aos principais debates teóricos do Direito Internacional contemporâneo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Analisar a teoria geral do direito internacional (conceito, características, fundamentos, relações entre direito internacional e direito interno e fontes); Analisar o instituto da personalidade jurídica internacional (Estado, organizações internacionais e indivíduo); Analisar os órgãos representativos dos Estados em âmbito internacional; Analisar as formas de resolução dos conflitos no âmbito internacional (solução pacífica e exceção à proibição do uso da força); Analisar os espaços internacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

HUSEK, Carlos Roberto. Curso de Direito Internacional Público. 9. ed. São Paulo: LTR, 2012. PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. Direito Internacional Público e Privado. 5 Ed. Salvador: Juspodivm, 2013.

REZEK, José Francisco. Direito Internacional Público: curso elementar. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, G. E. do Nascimento; CASELLA, Paulo Borba. Manual de Direito Internacional Público. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. Curso de Direito Internacional Público. 15. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

SEITEINFUS, Ricardo; VENTURA, Deisy. Introdução ao Direito Internacional Público. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

REZEK, José Francisco. Direito Internacional Público: curso elementar. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

SILVA, Roberto Luiz. Direito Internacional Público. 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

4º SEMESTRE

Componente Curricular: Política Externa Brasileira

Carga horária total: 60h

EMENTA

A Análise de Política Externa (APE) como ferramenta teórica. O Brasil Colônia e sua inserção Sistema Mundial (1500-1822). A política externa do Brasil Império (I Reinado, Período Regencial e II Reinado). A política externa brasileira durante a República Velha (1889-1930). A política externa brasileira na Era Vargas (Governo Provisório, Governo Constitucional e Estado Novo).

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Compreender a evolução da inserção internacional do Brasil, do período colonial até a primeira metade do século XX, considerando o perfil agroexportador e o processo de industrialização.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Identificar e analisar os princípios teóricos para a análise de política externa brasileira; Identificar e analisar a inserção internacional do Brasil e sua política externa durante o período de 1500 a 1945.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil. 2ª. Brasília: Ed. UnB, 2002.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Política externa brasileira. São Paulo: Ed. Saraiva, 2005. WERNECK DA SILVA, José Luiz; GONÇALVES, Williams. Relações Exteriores do Brasil I (1808-1930). Petrópolis: Ed. Vozes, 2009.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

GARCIA, Eugenio Vargas. Cronologia das Relações Internacionais do Brasil. Brasília: Ed. Contraponto, 2011.

CERVO, Amado L. Inserção internacional: a formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Ed. Saraiva, 2008.

LAFER, Celso. A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira. 2ª ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2009.

RODER, Ariane. Introdução à Análise de Política Externa – vol. 1. São Paulo: Ed. Saraiva, 2012. RODRIGUES, José Honório;

SEITENFUS, Ricardo. Uma História Diplomática do Brasil (1531- 1945). Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1995.

POMER, Leon. Os conflitos da Bacia do Prata. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1979.

Componente Curricular: Teoria das Relações Internacionais II

Carga horária total: 60h

EMENTA

Grandes debates e debates interparadigmáticos; Realismo Estrutural (Neorealismo) e Realismo Neoclássico; Liberalismo Sociológico, Institucional e Republicano; Neofuncionalismo; Teoria dos Regimes; Economia Política; Análise de Política Externa; Teoria dos Jogos em Relações Internacionais; Realismo Liberal (Escola Inglesa).

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Compreender as principais correntes teóricas das Relações Internacionais pós-Primeiro Debate

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Identificar os principais atores do sistema internacional, de acordo com as teorias em ascensão após o Primeiro Grande Debate; ampliar e aprofundar as dinâmicas ator-ator e ator-sistema de acordo com as teorias apresentadas; aplicar as teorias apresentada em análises de conjuntura internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

CASTRO, Thales. Teoria das Relações Internacionais. FUNAG, Brasília, 2012.

GILL, Stephen (org.). Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais. Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

FERNANDES, José Pedro Teixeira. Teorias das Relações Internacionais: da abordagem clássica ao debate pós-positivista. Almedina, Coimbra, 2009.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

HALLIDAY, Fred. Repensando as relações internacionais. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.

HEGRE, Håvard; ONEAL, John R.; RUSSETT, Bruce. Trade does promote peace: new simultaneous estimates of the reciprocal effects of trade and conflict. Disponível em . Acessado em 20/11/2013.

ROSE, Gideon. World Politics 51.1: Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy. . The Johns Hopkins University Press, 1998.

SANDHOLTZ, Wayne; SWEET, Alec Stone. Neo-functionalism and Supranational Governance. Disponível em . Acessado em 23/11/2013.

WALTZ, Kenneth. O homem, o estado e a guerra: uma análise teórica. São Paulo, Martins Fontes, 2004.

Componente Curricular: Economia Brasileira Contemporânea

Carga horária total: 60h

EMENTA

O processo de industrialização e suas interpretações. O avanço da industrialização sob Getúlio e Juscelino. O PAEG e o milagre econômico. O II PND. A crise da década de 1980 e a aceleração inflacionária. Planos de estabilização econômica. A abertura econômica e a inserção brasileira na globalização. Questões do Brasil atual.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Desenvolver competências que permitam ao discente compreender a dinâmica da economia brasileira contemporânea e suas transformações (1880 – 2015).

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Analisar a transição da economia de base primário-exportadora para a economia de base industrial. Diferenciar os momentos da industrialização brasileira. Caracterizar as influências do comportamento de economias centrais sobre economias periféricas, como a do Brasil. Expor os obstáculos ao desenvolvimento brasileiro. Relacionar os fatos políticos e sociais com o comportamento da economia brasileira. Expor as influências do comportamento de economias centrais sobre economias periféricas, como a do Brasil. Analisar a inserção do Brasil na globalização a partir do fim do Processo de Industrialização por Substituição de Importações (ISI). Analisar os desdobramentos da implantação do Plano Real. Expor os obstáculos ao desenvolvimento brasileiro. Relacionar os fatos políticos e sociais com o comportamento da economia brasileira contemporânea. Abordar questões do Brasil atual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A.; CASTRO, L.B.; HERMANN, J. (Orgs.). Economia brasileira contemporânea: 1945/2015. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2015.

FERREIRA, J. M. R.; MARQUES, R. M. (Orgs.). O Brasil sob a nova ordem: a economia brasileira contemporânea - uma análise dos governos Collor a Lula. São Paulo: Saraiva, 2010.

LACERDA, Antônio Corrêa de [et al.]; organizadores José Márcio Rego, Rosa Maria Marques; colaboração especial Rodrigo Antônio Moreno Serra. Economia brasileira. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CARNEIRO, R. Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BATISTA Jr., Paulo Nogueira. Da crise internacional à moratória brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

BELLUZZO, L. G. M., Almeida, J. S. G. Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARCANHOLO, M. D. Neoliberalismo e o Consenso de Washington: a verdadeira concepção de desenvolvimento do governo FHC. In Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo, São Paulo: Cortez, 1998.

GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André; CASTRO, Lavínia Barros de; HERMANN, Jennifer (Orgs.). Economia brasileira contemporânea: 1945-2010. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

LACERDA, Antônio C. Globalização e Investimento Estrangeiro no Brasil. São Paulo: Saraiva, 2004.

Componente Curricular: Teoria Política Contemporânea

Carga horária total: 60h

EMENTA

Embasamento político contemporâneo; Weber; Lênin; Gramsci; Arendt; Rawls; Popper; Hayek; Strauss; Sartre; Beauvoir; Althusser; Voegelin; Escola de Frankfurt; Foucault; Taylor

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Compreender as principais ideias do pensamento político do período contemporâneo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Compreender as bases do pensamento político da contemporaneidade a partir dos teóricos modernos. Articular as noções de política e poder de acordo com os autores apresentados. Compreender a ligação entre os movimentos políticos revolucionários do século XX e as teorias apresentadas. Aprofundar as discussões sobre justiça a partir dos autores apresentados. Compreender noções de Economia Política a partir dos autores apresentados. Aliar os conhecimentos de Teoria Política Contemporânea ao estudo e à prática das Relações

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ALTHUSSER, Louis; BALIBAR, Étienne; ESTABLET, Roger; RANCIÈRE, Jacques;

MACHEREY, Pierre. Ler o Capital. Zahar, 1979.

ARENDR, Hannah. Origens do Totalitarismo. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

BEAUVOIR, Simone. O Segundo Sexo. Nova Fronteira, 2016.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

POPPER, Karl. A sociedade aberta e os seus inimigos (primeiro volume): o sortilégio de Platão. Lisboa: Edições 70, 2012.

WIGGERSHAUS, Rolf. A Escola de Frankfurt: história, desenvolvimento teórico, significação política. São Paulo: Difel, 2002.

- SARTRE, Jean-Paul. *Crítica da Razão Dialética*. São Paulo: DP&A Editora, 2002.
- STRAUSS, Leo. *Uma introdução à Filosofia Política*. São Paulo: É Realizações, 2016.
- TAYLOR, Charles. *Uma era secular*. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2010.

Componente Curricular: Organizações Internacionais

Carga horária total: 60h

EMENTA

Definição e evolução histórica. Conceito. Principais características: multilateralidade, permanência e institucionalização. Criação, personalidade jurídica, participação dos membros e modos de sucessão. Estrutura institucional, funcionamento e financiamento. Principais organizações internacionais. Organizações não governamentais de alcance transnacional.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Possibilitar ao discente a análise dos temas principais relativos às Organizações Internacionais: conceitos básicos, evolução e origem; características e classificação; competências e instrumentos de ação; estrutura, introduzindo-os ao estudo das principais Organizações Internacionais da atualidade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Definir o que são as organizações internacionais e seu papel nas relações internacionais; Compreender a evolução da sociedade internacional e o surgimento das organizações internacionais; Analisar características, classificação, competências e estrutura institucional das organizações internacionais; Introduzir ao estudo de algumas das principais organizações internacionais da atualidade; Discutir criticamente os temas mais importantes relativos às organizações internacionais contemporâneas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

- CRETELLA NETO, José. *Teoria Geral das Organizações Internacionais*. São Paulo: Saraiva, 2007. HERZ, Mônica;
- HOFFMANN, Andrea Ribeiro. *Organizações Internacionais*. São Paulo: Ed. 70 Campus, 2005.
- SEITEINFUS, Ricardo. *Manual das Organizações Internacionais*. 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

- GUERRA, Sidney. *Organizações Internacionais*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
- MELLO, Celso D. de Albuquerque. *Curso de Direito Internacional Público*. 15. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.
- REZEK, José Francisco. *Direito Internacional Público: curso elementar*. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- SEITEINFUS, Ricardo; VENTURA, Deisy. *Introdução ao Direito Internacional Público*. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.
- SILVA, Roberto Luiz. *Direito Internacional Público*. 4ª. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

Componente Curricular: Direito Internacional Privado

Carga horária total: 60h

EMENTA

Questões jurídicas suscitadas nas relações internacionais privadas e as implicações que tem a diversidade de ordenamentos. Resolução de conflitos de leis, de jurisdições, e de sistemas de cooperação judiciária e administrativa internacional.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Desenvolver um estudo crítico e reflexivo acerca dos modos de solução de conflitos de leis e de jurisdição, assim como das possibilidades de cooperação internacional diante da diversidade de ordenamentos jurídicos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Analisar o sistema conflitual brasileiro na perspectiva comparada, enfatizando-a com países próximos ao Brasil. Observar as problemáticas mais comuns relativas aos conflitos de leis, de jurisdição bem como de cooperação internacional na região em que se insere o curso, e verificar a sua correspondência com as abordagens teóricas da disciplina. Propiciar um espaço de debate acerca de formas de solucionar conflitos conectados a mais de uma ordem jurídica por meio de diversas técnicas, tanto tradicionais quanto alternativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ARAUJO, Nadia de, Direito internacional privado: teoria e pratica brasileira / 5. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

BAPTISTA, Luiz Olavo, Contratos internacionais. São Paulo: Lex Editora, 2011.

DOLINGER, Jacob, Direito internacional privado: parte geral / 10. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BRASIL, Legislação de direito internacional / 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DEL'OLMO, Florisbal de Souza, Curso de direito internacional privado / 8. ed. Rio de Janeiro : Forense, 2010.

FERREIRA, Lier Pires; CHAPARRO, Veronica Zarate; Curso de direito internacional privado / 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: F. Bastos, 2013. 380 p.

GASPARETTI, Marco Vanin, Competência internacional. São Paulo: Saraiva, 2011. 170 p.

LIMA, Joao Andre, A harmonização do direito privado. Brasília, DF: FUNAG, 2008. 262p.

MARTINS, Juliano Cardoso Schaefer, Contratos internacionais: a autonomia da vontade na definição do direito material aplicável. São Paulo, SP: LTr, 2008. 149p.

RECHSTEINER, Beat Walter, Direito internacional privado: teoria e prática / 12. ed. São Paulo: 71 Saraiva, 2009. xxi, 436 p.

5º SEMESTRE**Componente Curricular: Política Externa Brasileira II**

Carga horária total: 60h

EMENTA

Análise da política externa brasileira do período Populista e do Regime Militar (1946-1985), com ênfase no processo de industrialização, no nacionalismo, na Política Externa Independente e no multilateralismo. A política externa brasileira durante a Redemocratização (1946-1964): governo Dutra, governo Vargas, governo JK, governo Jânio e governo Jango. Política externa brasileira do Regime Militar (1964-1985): governo Castelo Branco, governo Costa e Silva, governo Médici, governo Geisel e governo Figueiredo.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Compreender a evolução da inserção internacional do Brasil, do pós-II Guerra Mundial até a metade da década de 1980, considerando o cenário internacional de Guerra Fria.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Propiciar oportunidades de interpretação crítica sobre a política externa brasileira. Oferecer instrumentos teóricos e práticos para alicerçar bases dos debates sobre a política externa brasileira. Compreender as estruturas políticas, econômicas e sociais brasileiras, que afetam a formulação da política externa. Estimular a busca de conhecimentos e a pesquisa sobre a política externa brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BERCARD RAMOS, Danielly S. *Relações Exteriores do Brasil Contemporâneo*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2009.

CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 2ª Ed. Brasília: Ed. UnB, 2002.

VIZENTINI, Paulo G. F. *A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

GARCIA, Eugenio Vargas. *Diplomacia brasileira e política externa*. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2008.

OLIVEIRA, Henrique Altemani; LESSA, Antônio Carlos. *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*. vol. 1 e 2. São Paulo: Ed. Saraiva, 2006.

SENNES, Ricardo. *As mudanças da política externa brasileira nos anos 80: uma potência média recém industrializada*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2003.

SOUTO, Cíntia Vieira. *Diplomacia do Interesse Nacional: a política externa do Governo Médici*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2003.

VIZENTINI, Paulo. *Relações Internacionais do Brasil: de Vargas à Lula*. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2003

Componente Curricular: Teoria das Relações Internacionais III

Carga horária total: 60h

EMENTA

Teoria Crítica: Materialismo Histórico e Realismo de Esquerda; Teoria Crítica: Neogramscianismo; Construtivismo; Escola de Copenhague; Sociologia Histórica; Pós-Colonialismo e Orientalismo; Feminismo liberal; Feminismo construtivista e feminismo pós-colonial; Pós-Modernismo

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Compreender as principais correntes críticas ao mainstream da Relações Internacionais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Identificar os principais atores do sistema internacional, de acordo com as teorias que não se alinham às tradicionais escolas liberal e realista. Analisar as dinâmicas ator-ator e ator-sistema de acordo com as teorias apresentadas. Avaliar os questionamentos e as contribuições das escolas não mainstream para a análise do sistema internacional. Aplicar o novo instrumental teórico de tais escolas à análise de conjuntura internacional

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ADLER, Emanuel. O construtivismo no estudo das Relações Internacionais. Lua Nova: vol. 99, nº 47, pgs. 201 a 251, 1999.

FERNANDES, José Pedro Teixeira. Teorias das Relações Internacionais: da abordagem clássica ao debate pós-positivista. Almedina, Coimbra, 2009.

HALLIDAY, Fred. Teoria das Relações Internacionais. FUNAG, Brasília, 201, pg. 336 a 359

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BAYLIS, John; OWENS, Patricia; SMITH, Steve. The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations. Oxford University Press, 2011.

WENDT, Alexander. A anarquia é o que os estados fazem dela: a construção social da política de poder. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Vol. 2, No 3 (2).

HALLIDAY, Fred. Repensando as relações internacionais. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.

HALLIDAY, Fred. Teoria das Relações Internacionais. FUNAG, Brasília, 2012.

SAID, Edward W. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

Componente Curricular: Relações Internacionais da América do Sul

Carga horária total: 60h

EMENTA

As relações internacionais da América do Sul: do Estado oligárquico ao populismo (1820-1945). As relações internacionais da América do Sul durante a Guerra Fria (1945-1989). As relações internacionais da América do Sul na virada do século: de 1989 aos dias atuais.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Abordar o desenvolvimento das relações Internacionais da América do Sul, sua história, política e instituições, proporcionando aos discentes o conhecimento e a capacidade de análise crítica das relações intra e intercontinentais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Abordar os desdobramentos dos principais períodos históricos das relações internacionais da América do Sul, possibilitando a compreensão das raízes da inserção internacional contemporânea da região; Familiarizar os discentes com os principais conceitos usados no estudo das Relações Internacionais da América do Sul, auxiliando na adoção de instrumentos teóricos adequados ao estudo dos atores inseridos no subcontinente. - Compreender as principais forças que agem na geopolítica sul-americana, facilitando a percepção dos atores políticos, sociais e econômicos que compõem o seu cenário internacional; Discutir novos enfoques a partir dos debates teóricos clássicos das relações internacionais na América do Sul, apresentando aos acadêmicos as diferentes

possibilidades de abordagem de temas recorrentes; novas concepções teóricas; e temas emergentes das relações internacionais regionais; Desenvolver a capacidade de reflexão crítica, contribuindo para que os discentes dialoguem com a realidade que se lhes apresenta, questionando-a e discutindo a possibilidade de sua transformação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

CERVO, Amado. Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas. Brasília: IBRI, 2007.

DEL POZO, Jose. História da América Latina e do Caribe: dos processos de independência aos dias atuais.

MOREIRA, Luiz Felipe Viel; QUINTEROS, Marcela Cristina; REIS DA SILVA, André Luiz. As Relações Internacionais da América Latina. Petrópolis: Vozes, 2010.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Brasil, Argentina e estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul). 3. Ed. Civilização Brasileira, 2010.

CEPIK, Marco (Org.). América do Sul: economia e política da integração regional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. Porto Alegre: L&PM, 2010.

GINESTA, Jacques. El Mercosur y su contexto regional e internacional. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

WASSERMAN, Claudia (Org.). História da América Latina: cinco séculos. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

Componente Curricular: Economia internacional I

Carga horária total: 60h

EMENTA

Teorias e modelos de comércio internacional; Política comercial e desenvolvimento econômico; Movimentos Internacionais de fatores; Regimes Cambiais; Teoria do Balanço de Pagamentos.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Desenvolver nos alunos a compreensão da dinâmica da economia mundial através do conhecimento dos principais modelos de comércio internacional, das políticas de comércio exterior e seus impactos no crescimento e desenvolvimento de uma nação.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Apresentar as teorias de comércio internacional. Discutir os efeitos das políticas comerciais e cambiais no desenvolvimento econômico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BAUMANN, R., CANUTO, O., GONÇALVES, R. Economia Internacional, Rio de Janeiro, Elsevier, 2004.

CARVALHO, M. A.; SILVA, C. R. L. Economia internacional. 4ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2007. 74

KRUGMAN, P.; OBSTEFELD, M. Economia Internacional: Teoria e política. São Paulo: Pearson Education, 2010.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

APPLEYARD, D.; FIELD Jr., A.; COOB, S.; LIMA, A. *Economia Internacional*. São Paulo: McGraw-Hill, 2010.

CARMO, E. C.; MARIANO, J. *Economia Internacional*. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

GILPIN, Robert. *A Economia Política das Relações Internacionais*. Brasília: Ed. UnB, 2002

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. *Economia Política Internacional: teorias clássicas*. In: *Introdução às Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007, cap. 6. p. 241-265.

SALVATORE, D. *Introdução à Economia Internacional*. São Paulo: LTC, 2007.

Componente Curricular: Relações Internacionais da América do Norte

Carga horária total: 60h

EMENTA

Analisar a política externa dos países da América do Norte, Canadá, Estados Unidos e México. Compreender as interações comerciais e políticas desses Estados entre si e com os demais atores do sistema internacional. Compreender a preponderância dos Estados Unidos sobre seus contrapartes da América do Norte e os efeitos da "potência hegemônica" como parâmetro nessas relações.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Propiciar aos acadêmicos condições para que, com base em elementos históricos, políticos e econômicos, possam desenvolver análises acerca da atuação dos atores norte-americanos junto ao sistema internacional.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Conhecer a história dos países norte-americanos; Analisar a política externa desses países; Analisar a política externa estadunidense como possível parâmetro para dos demais países da região e do mundo; e, Analisar as relações dos países da América do Norte com os demais atores do continente americano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BOW, B.; LENNOX, P. *An Independent Foreign Policy for Canada?: Challenges and Choices for the Future*. Toronto: University of Toronto, 2008.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A Política Externa dos Estados Unidos*. 3ª. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011.

RICO, Carlos. *México y el Mundo: Historia de sus Relaciones Exteriores*. Tomo VIII - *Hacia La Globalización*. Cidade do México: El Colegio del México, 1991.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

JAMES, P.; MICHAUD, N.; O'REILLY, M. (Org.). *Handbook of Canadian Foreign Policy*. Lanham: Lexington Books, 2006.

GONZÁLEZ, Guadalupe; PELLICER, Olga. *La política exterior de México*. Guadalajara: Siglo XXI Editores, 2013.

NOSSA, Kim Richard; ROUSSEL, Stéphane; PAQUIN, Stéphane. *The Politics of Canadian Foreign Policy*. Ontario: Queen's Policy Studies/Sch Policy Stud, 2015.

NASSER, Reginaldo Mattar. *Os Arquitetos da Política Externa Norte Americana*. São Paulo: EDUC, 2010.

TEIXEIRA, Tatiana. *Os Think Tanks e a sua Influência Na Política Externa dos EUA*. Rio de Janeiro: REVAN, 2007.

Componente Curricular: Introdução aos Estudos Estratégicos e de Defesa

Carga horária total: 60h

EMENTA

Estudos Estratégicos; Estudos e Pesquisa da Paz; Estudos de Segurança Internacional
Inserção Internacional de Segurança e Defesa do Brasil.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Compreender a base histórica, teórica e empírica dos estudos estratégicos e de defesa no Brasil e no mundo, aplicando seus conceitos à realidade geopolítica regional e global e seu impacto nas demais temáticas da área de Relações Internacionais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Apresentar o estado da arte dos estudos de segurança internacional e defesa históricos e atuais; Propiciar ao aluno uma visão metodológica com base em pesquisa empírica (sociológica, política, cultural), permitindo comparar casos e exemplos do Brasil com outros países e regiões. Elaborar análises, condensações e projeções permitindo acesso a METODOLOGIA para o Balanço Estratégico de Defesa Brasileira, dos anos 90 até os dias atuais, tendo em vista o ano de 2022 (Bicentenário da Independência do Brasil)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BRIGAGÃO, Clóvis e PROENÇA JR., Domício. Brasil e o Mundo, novas visões. Rio de Janeiro, Francisco Alves/FKA, 2002.

BUZAN, B., HANSEN, L. A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

SOARES DE LIMA, Maria Regina et al. Atlas da política brasileira de Defesa. Buenos Aires/CLACSO; Rio de Janeiro/Latitude Sul, 2017.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

PROENÇA JÚNIOR, DOMÍCIO; DUARTE, ÉRICO ESTEVES. Os estudos estratégicos como base reflexiva da defesa nacional, Revista Brasileira de Política Internacional, 50 (1), pág. 29-46, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292007000100002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt Acesso em: 18 jan. 2019.

CARDOSO, Arthur Macdowell. A IMPORTÂNCIA DA INTELIGÊNCIA COMO OBJETO DE ESTUDO PARA O CAMPO DA DEFESA NO BRASIL, Revista Brasileira de Inteligência, Brasília, nº. 12, pág.51-63, dezembro 2017

VISENTINI, Paulo Fagundes; MIGON, Eduardo Glaser; PEREIRA, Analúcia Danilevicz (org). A (in)segurança da África e sua importância para a defesa do Brasil. Porto Alegre: NERINT/UFRGS, LED, ECEME, 2016.

PROENÇA FILHO, D. DINIZ, E. Política de Defesa no Brasil: uma análise crítica. Humanidades, 1998.

UGARTE. J. M. Los conceptos de defensa y seguridad en América Latina: sus peculiaridades respecto de los vigentes en otras regiones, y las consecuencias políticas de tales peculiaridades. Latin American Studies Association.

6º SEMESTRE**Componente Curricular: Política Externa Brasileira III**

Carga horária total: 60h

EMENTA

A política externa brasileira da Nova República (1985-hoje), com ênfase na Redemocratização, no Neoliberalismo, no Estado logístico e na cooperação Sul-Sul. Política externa brasileira durante o governo Sarney, governo Collor, governo Itamar, governo FHC, governo Lula, governo Dilma, governo Temer e até os dias atuais. A reorientação neoliberal. A retomada desenvolvimentista no século XXI.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Compreender a evolução da inserção internacional do Brasil da segunda metade da década de 1980 até os dias atuais, considerando o paradigma de Estado normal (1990-2002) e de Estado Logístico a partir de 2003, bem como o papel da Cooperação Sul-Sul como estratégia da política externa brasileira do século XXI.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Identificar e analisar a política externa brasileira durante o Estado Normal (1990-2002); Identificar e analisar a política externa brasileira durante o Estado Logístico (2003-hoje); Analisar o papel da Cooperação Sul-Sul na política externa brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

CERVO, Amado L. Inserção internacional: a formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Ed. Saraiva, 2008.

CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil. 2ª Ed. Brasília: Ed. UnB, 2002.

VISENTINI, Paulo Gilberto F. A projeção internacional do Brasil (1930-2012). São Paulo: Ed. Elsevier, 2013.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CANANI, Ney. Política externa no governo Itamar (1992-1994): continuidade e renovação de paradigma no anos 90. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2003.

CERVO, Amado L. (Org.) O Desafio Internacional: a política exterior brasileira de 1930 aos nossos dias. Ed. UnB, 1994.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. A política externa do governo Sarney: a Nova República diante do reordenamento internacional (1985-1990). Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2003.

SENNES, Ricardo. As mudanças da política externa brasileira nos anos 80: uma potência média recém industrializada. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2003.

VIZENTINI, Paulo. Relações Internacionais do Brasil: de Vargas à Lula. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2003.

Componente Curricular: Relações Internacionais da África

Carga horária total: 60h

EMENTA

A África pré-colonial. A África negra e as relações interafricanas no sistema mundial mercantil e imperialista. O surgimento do sistema de Estados africanos independentes. Reorientação e crise no pós-Guerra Fria. A retomada da inserção internacional da África no século XXI e as novas parcerias Sul-Sul. Relações intra-africanas: lideranças regionais, conflitos e processos de integração.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Introduzir as relações da África em suas dimensões histórica e política, identificando os principais conflitos e analisando a evolução do processo de integração entre as diferentes regiões africanas e os principais atores do contexto mundial.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Identificar e analisar os principais eventos históricos que modificaram a estrutura política da região africana; Compreender a evolução das relações endógenas da África; Desenvolver a capacidade de reflexão crítica; Aprender o uso de fontes de consulta diferenciadas; - Adquirir capacidade de análise dos fenômenos internacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

COLEÇÃO HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA. UNESCO/MEC, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16146.

SANTOS, Luiz Ivaldo Villafane Gomes. A arquitetura de paz e segurança africana, Brasília: FUNAG, 2011.

VIZENTINI, Paulo. A África na política internacional: o sistema interafricano e sua inserção mundial. Curitiba: Juruá, 2010.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BISWARO, Joram Mukama. The role of regional integration in conflict prevention, management, and resolution in Africa: the case of African Union Brasília: FUNAG, 2013

CARDOSO, Pedro Escosteguy. A nova arquitetura africana de paz e segurança: implicações para o multilateralismo e as relações do Brasil com a África. Brasília: FUNAG, 2011.

KORNEGAY, Francis & DADA, Jabulani (orgs.). A África do Sul e o IBAS: desafios da segurança humana. Porto Alegre: Editora da Universidade/CESUL/FUANG, 2007.

RIBEIRO, Luis Dario T.; Visentini, Paulo G. F; PEREIRA, Analúcia. Uma breve história da África. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

VIZENTINI, Paulo. As relações internacionais da África e Ásia. Petrópolis: Vozes, 2007

Componente Curricular: Relações Internacionais da Ásia

Carga horária total: 60h

EMENTA

Relações internacionais do Império Chinês no período dinástico. Relações internacionais da República Popular da China no período maoista. Política da Porta Aberta e inserção da China no sistema mundial. Relações dos estados do Sudeste asiático e a Austral Ásia. A China e a cooperação Sul-Sul.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Introduzir as relações da Ásia em suas dimensões históricas e políticas, identificando os principais conflitos e analisando a evolução do processo de integração entre as diferentes regiões asiáticas e africanas e os principais atores do contexto mundial.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Identificar e analisar os principais eventos históricos que modificaram a estrutura política da região asiática; Compreender a evolução das relações endógenas da Ásia; Desenvolver a capacidade de reflexão crítica;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

FAIRBANK, John King; GOLDMAN, Merle. China – Uma nova História. L&PM. Ed. 2. 2007.

LYRIO, Maurio de Carvalho. A ascensão chinesa como potência: fundamentos políticos internos. 78 Brasília: FUNAG, 2008.

VIZENTINI, Paulo. O Dragão chinês e o elefante indiano. Porto Alegre: Século XXI, 2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ALTEMANI, Henrique de Oliveira. China e Índia na América Latina. Curitiba: Juruá Ed. 2010.

BARRIO, Cesar de Oliveira Lima. Japão, China e a integração econômica do Leste Asiático e o papel de Estados Nacionais e Redes produtivas. Brasília: FUNAG, 2008

KISSINGER, Henry. Sobre China. Rio De Janeiro: Objetiva, 2011.

PINTO, Paulo Antônio Pereira. A China e o Sudeste Asiático. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

POMAR, Wladimir. A Revolução chinesa. São Paulo: UNESP, 2003.

Componente Curricular: Relações Internacionais do Oriente Médio

Carga horária total: 60h

EMENTA

Análise do Oriente Médio como uma região de importância político-econômica e estratégica para os atores internacionais. Utilização de parâmetros históricos e políticos, haja vista a região ser considerada o epicentro de uma vasta zona de instabilidade provocada por conflitos étnicos, políticos, religiosos e territoriais. Análise pontual de eventos vinculados aos estados da região.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Proporcionar aos acadêmicos condições para a compreensão de como atores nacionais ou internacionais, públicos ou privado, agem na região do Oriente Médio e a consequente instabilidade política e econômica resultante.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Ter noções básicas dos preceitos islâmicos; Compreender os processos históricos que formaram os países da região; Compreender a importância econômica da região; Ter condições para analisar a influência externa nos países da região; e, Compreender o conceito de Orientalismo, proposto por Edward Said.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

- ARMSTRONG, Karen. O Islã. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.
- HOURANI, Albert. Uma História dos Povos Árabes. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SAID, Edward W. Orientalismo. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.
- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**
- ARMSTRONG, Karen. Em Nome de Deus O Fundamentalismo no Judaísmo, no Cristianismo e no islamismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- BRADLEY, John R. After The Arab Spring. New York: Palgrave Macmillan, 2012.
- FISK, Robert. A Grande Guerra pela Civilização A Conquista do Oriente Médio. São Paulo: Editora Planeta, 2007.
- HALLIDAY, Fred. The Middle East in International Relations Power, Politics and Ideology. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- SHLAIM, Avi. A Muralha de Ferro Israel e o Mundo Árabe. Rio de Janeiro: Fissus Editora, 2004.

Componente Curricular: Relações Internacionais da Rússia e da Eurásia

Carga horária total: 60h

EMENTA

Política interna da União Soviética. Política externa da União Soviética no exterior próximo. Política externa da União Soviética no exterior estendido. Política externa dos estados da Europa 79 Centro-Oriental durante a União Soviética. Política externa dos estados balcânicos durante a União Soviética. Transição político-econômica na URSS: glasnost e perestróika. A Federação Russa e seus novos preceitos de política externa. A independência da Ucrânia, de Belarus e dos Países Bálticos e suas linhas de política externa. A independência de Armênia, Geórgia, Azerbaijão e Moldávia e suas linhas de política externa. A independência de Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão e suas linhas de política externa. O embate ideológico entre ocidentalistas e eurasianistas. Os dilemas de segurança no antigo espaço soviético e no seu entorno. Política externa da Federação Russa para o exterior próximo. Política externa da Federação Russa para a Europa Ocidental e os EUA. Política externa da Federação Russa para América Latina, África e Leste Asiático. Federação Russa e os BRICS.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Ampliar a compreensão dos discentes acerca das relações internacionais do ex-espaço soviético e de seu entorno através de aulas expositivas com enfoque em história, estudos políticos e análise de política externa dos estados eurasiáticos, aplicando (e observando as limitações das) teorias de Relações Internacionais para explicar o comportamento internacional dos estados da região.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Compreender, introdutoriamente, as particularidades sociais e políticas dos países do ex espaço soviético e arredores; Compreender a lógica de política interna russa; Entender as tendências ocidentalistas e eurasianistas no espaço pós-soviético e arredores; Analisar criticamente as tensões Rússia-Occidente; Entender as singularidades de política externa dos estados da Ásia Central, dos Balcãs, do Cáucaso, da Europa Centro-Oriental e da Federação Russa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ALVES, André Gustavo de Miranda Pineli. Uma longa transição: Vinte Anos de Transformações na Rússia. IPEA, 2011.

COPPIETERS, Bruno, A Regional Security System for the Caucasus in Caucasian Regional Studies, Vol. 5, Nos. 1 & 2, (2000).

ENGLISH, Robert. Russia and the Idea of the West New York: Columbia University Press, 2000. (Chapter 6, pgs. 193-228).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

MANKOFF, Jeffrey. Russian Foreign Policy: the return of Great Power Politics. Rowman & Littlefield Publishers, 2009.

TRENIN, Dmitri. The End of Eurasia. Washington: The Carnegie Endowment for International Peace, 2002, in entirety.

LEGVOLD, Robert, "The Three Russias: Decline, Revolution, and Reconstruction," in Robert Pastor, ed., A Century's Journey, (New York: Basic Books, 1999), pgs. 139-91.

KUZIO, Taras; MOLCHANOV, Mikhail; MORONEY, Jennifer D. P. (ed 's Ukrainian Foreign and Security Policy: Theoretical and Comparative Perspectives. Westport: Praeger, 2002.

ALLISON, Roy; JONSON, Lena. Central Asian Security: The New International Context. Washington DC: RIIA/Brookings, 2001.

Componente Curricular: Economia Internacional II

Carga horária total: 60h

EMENTA

Arranjo internacional sob o padrão-ouro; Economia internacional no período entre-guerras; A grande depressão; Reorganização internacional e o regime de Bretton-Woods; Choque do petróleo e estagflação; A crise da dívida.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Possibilitar ao aluno a análise crítica do sistema econômico mundial pós-Segunda Guerra Mundial, suas dinâmicas e transformações, especialmente a partir do pós-Guerra Fria.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Apresentar a transição do padrão ouro para o padrão ouro-dólar; Discutir as causas e consequências da Grande Depressão da década de 1930; Analisar a reestruturação da economia internacional a partir do acordo de Bretton Woods; Analisar e discutir o sistema econômico internacional a partir da quebra do acordo de Bretton Woods até os dias atuais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BELLUZZO, L. G. M. Ensaios sobre o Capitalismo no Século XX, São Paulo, Editora da UNESP, 2004.

BATISTA JR., Paulo N. Da crise internacional à moratória brasileira, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

EICHENGREEN, B. A Globalização do Capital. Uma história do Sistema Monetário Internacional, São Paulo: Editora 34, 2000. 360p.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CHESNAIS, F. A Mundialização do Capital, Rio de Janeiro: Xamã, 1996. 338p.

MAZZUCHELLI, F. Os anos de chumbo: política e economia no entre-guerras. São Paulo: UNESP, 2009.

TAVARES, M. C., FIORI, J. L. (orgs.) Poder e dinheiro: uma economia política da globalização, Petrópolis, Editora Vozes, 1997.

CARVALHO, Maria Auxiliadora & SILVA, César R. L. Economia Internacional. 4ª ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2007. CAVES, Richard; FRANKEL, Jeffrey; JONES, R. Economia internacional: economia e transações globais. São Paulo: Saraiva, 2001.

KRUGMAN, P.; OBSTEFELD, M. Economia Internacional: Teoria e política. São Paulo: Pearson Education, 2010.

_____. Crises Monetárias. São Paulo: MAKRON, 2001

7º SEMESTRE

Componente Curricular: Política externa uruguaia

Carga horária total: 60h

EMENTA

A política externa uruguaia: formação histórica, tendências e perspectivas. Discussões teóricas e doutrinárias. Inserção internacional do Uruguai no século XXI.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Compreender as principais características da política externa uruguaia.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Oferecer uma aproximação histórica à política externa uruguaia; Expor as principais discussões teóricas e doutrinárias de política externa uruguaia; Abordar as problemáticas atuais da inserção internacional do Uruguai.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

CLEMENTE BATALLA, Isabel. La política exterior de Uruguay, 1830-1985: tendencias, problemas, actores y agenda. Documentos de trabajo, vol. 69. Universidad dela República. Facultad de Ciencias Sociales. 2005, 35 p.

HERNÁNDEZ NILSON, Diego. A política externa da esquerda uruguaia: os governos de Vázquez e Mujica. In: Lais Forti Thomaz, Suzeley Kalil Mathias, Marcelo Fernandes de Oliveira (orgs.). Dialogos sul-americanos. 10 anos da política exterior. 2015, p.: 269 – 291.

REAL DE AZUA, Carlos “Política Internacional e Ideologías en el Uruguay” MARCHA, Nº 966, Montevideo, 3 de julio de 1959, pp. 7-B a 14-B. http://www.autoresdeluruguay.uy/biblioteca/Carlos_Real_De_Azua/lib/exe/fetch.php?media=politi_cainternacional.pdf

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CLEMENTE, Isabel. La región de frontera Uruguay-Brasil y la relación binacional: pasado y perspectivas. Revista Uruguaya de Ciencia Política, 19. 2010, p. 165-184.

LOPEZ BURIAN, Camilo; SILVA, Rodinei Tarciano. El discurso político partidario sobre la política exterior en Brasil y Uruguay (2003-2014). Rev. Urug. Cienc. Polít., Montevideo , v. 24, n. spe, p. 67-84, jul. 2015.

LÓPEZ BURIAN, Camilo. “Partidos políticos, ideología y política exterior en Uruguay (2010- 2014)”. Colombia Internacional 83. 2015, p. 135-169.

LUJÁN, Carlos. “Escenarios prospectivos de la política internacional del país”. En Rodrigo Arocena y Gerardo Caetano (coords.) La aventura uruguaya. El país y el mundo. Montevideo, Debate. 2011, p. 205-216.

METHOL FERRÉ, Alberto. El Uruguay como problema. Montevideo, EBO, 1971.

Componente Curricular: Segurança Internacional

Carga horária total: 60h

EMENTA

Conceitos e problemas de Segurança Nacional, Internacional, Coletiva e Humana. Teorias das Relações Internacionais aplicadas ao problema da Segurança Internacional. Atuação dos atores estatais e não-estatais no sistema internacional e sua relevância na construção de modelos de segurança. Estudos Estratégicos e a inserção da guerra como medida de solução de impasses.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Tendo em vista as novas temáticas agregadas ao estudo tradicional da Segurança Internacional 82 (baseada no poder e no interesse do Estado), busca-se trazer enfoques que contemplem outros aspectos, quais sejam, de natureza sociológica, de direitos humanos ou de ordem metodológico e ontológico. Esta disciplina propõe discutir as continuidades e pressões que se operaram na noção de segurança internacional e como esse campo se problematizou com a introdução de novos temas, novos atores e novos enfoques teórico-metodológicos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Propiciar o conhecimento da abordagem tradicional de Segurança Internacional; Analisar a atuação dos atores internacionais a partir de sua estratégia de segurança; Analisar a atuação dos Atores não-estatais e a tática terrorista; e, Analisar o sistema de Segurança e Defesa na América Latina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

DAVID, Charles Philippe. A Guerra e a Paz Abordagens Contemporâneas da Segurança e da Estratégia. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

NYE JR., Joseph S. Cooperação e Conflito nas Relações Internacionais. São Paulo: Gente Editora, 2009.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BALZACQ, Thierry (edt.). Securitization Theory: How Security Problems Emerge and Dissolve (PRIO New Security Studies). Abington: Routledge, 2010.

NYE JR., Joseph S. Compreender os Conflitos Internacionais Uma Introdução à Teoria e à História. Lisboa: Gradiva, 2011.

PARET, Peter (Org.). Construtores da Estratégia Moderna. Tomo 1. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001.

_____. Construtores da Estratégia Moderna. Tomo 2. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001.

RODRIGUES, Thiago. Guerra e Política nas Relações Internacionais. São Paulo: EDUC, 2010.

Componente Curricular: Religiões e Relações Internacionais

Carga horária total: 60h

EMENTA

A influência das religiões nas Relações Internacionais. Atores religiosos nacionais e transnacionais.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Compreender a influência das religiões e de seus atores no Sistema Internacional.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Identificar a influência do fator religioso em âmbito internacional; Desenvolver a capacidade de reflexão crítica; Aprender o uso de fontes de consulta diferenciadas; Adquirir capacidade de análise dos fenômenos internacionais a partir da perspectiva das religiões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BENTO, Fábio Régio. Marxismo e Religião - Revolução e Religião na América Central. Jundiaí (SP): Paco Editorial: 2016.

CARLETTI, Anna; FERREIRA, Marcos Alan S. V. Religião e Relações Internacionais: dos debates teóricos ao papel do Cristianismo e do Islã. Curitiba: Juruá Ed., 2016.

_____, NOBRE, Fábio. A Religião Global no contexto da pandemia de Covid-19 e as implicações político-religiosas no Brasil. Revista Brasileira de História das Religiões. v. 13, n. 39 (13). Maringá, 2021

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CAMPOS, Rodrigo Duque Estrada. Filosofia da ciência e religiosidade: problemas do sagrado na teoria de relações internacionais. Santana do Livramento, RS, 2014.

CARLETTI, Anna. O Internacionalismo Vaticano e a Nova Ordem Internacional. A Diplomacia Pontifícia da Guerra Fria aos nossos dias. Brasília: FUNAG, 2012. 83

_____. Diplomacia e Religião. Encontros e Desencontros nas Relações Internacionais entre a Santa Sé e a República Popular da China de 1949 a 2005. Brasília: FUNAG, 2008.

_____, Anna; NOBRE, Fábio; FERREIRA, Marcos Alan S.V. Relações Internacionais e religião: reflexões rumo a um contexto pós-laicista. João Pessoa: Editora UFPB, 2020.

Componente Curricular: Práticas de Comércio Exterior e Legislação Aduaneira

Carga horária total: 60h

EMENTA

Políticas de Comércio, livre comércio e medidas de defesa comercial; Sistemas e Acordos Multilaterais (GATT/OMC/BANCO MUNDIAL/FMI); O Brasil e o MERCOSUL

no Comércio Internacional; Rotinas e Procedimentos Administrativos na Exportação e Importação; Instituições Intervenientes no comércio exterior brasileiro; Valoração Aduaneira; Nomenclatura Comum do MERCOSUL; Regras de Origem; Termos Internacionais de Comércio (Incoterms); Contratos internacionais e modalidades de pagamento utilizadas no comércio internacional; Legislação Aduaneira: Livro I: da jurisdição aduaneira e do controle aduaneiro de veículos; Livro II: dos impostos de importação e de exportação; Livro III: dos demais impostos, e das taxas e contribuições devidos na importação; Livro IV: dos regimes aduaneiros especiais e dos aplicados em áreas especiais; Livro V: do controle aduaneiro de mercadorias; Livro VI: das infrações e das penalidades; Livro VII: do crédito tributário, do processo fiscal e do controle administrativo específico; Livro VIII: das disposições finais e transitórias.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Proporcionar ao aluno a análise de conteúdos, sistemáticas e ferramentas referentes às políticas e acordos de comércio (bi- e multilaterais), incluindo as rotinas e procedimentos brasileiros de comércio exterior. Localizar a dinâmica de comércio exterior brasileiro na dinâmica maior de comércio internacional.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Revisitar noções de Economia Internacional e Comércio Internacional; Entender os principais fluxos do comércio internacional; Familiarizar-se com a história do comércio exterior brasileiro; Familiarizar-se com a pauta exportadora e importadora brasileira; Analisar a balança comercial brasileira e os fluxos de comércio internacional do Brasil; Compreender as leis principais que regem o comércio exterior brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

DAINEZ, Valdir Iusif; MORINI, Cristiano; SIMÕES, Regina Célia Faria. Manual de Comércio Exterior. Campinas: Alínea, 2006.

Resolução 21 de 7 de abril de 2011 (CAMEX). Disponível em: http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1311715093.pdf. Acessado em 20/11/2013.

ROCHOLL, Nataly Evelyn Konno. A história da valoração aduaneira no GATT/OMC. Disponível em: www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5419. Acessado em 16 de julho de 2013.

SARQUIS, José Buainain Sarquis. Comércio Internacional e o Crescimento Econômico no Brasil. Pg. 87 a 116. Disponível em www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/comerciointernacional.pdf. Acessado em 20/11/2013.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

AMARAL JUNIOR, Alberto (coord.) OMC e o Comércio Internacional. São Paulo: Aduaneiras. 2002.

BIZELLI, João dos Santos. Importação. Sistemática administrativa, cambial e fiscal. São Paulo Aduaneiras: 2006

BRASIL. Regulamento Aduaneiro Brasileiro. Disponível em 84 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6759.htm. Acessado em 04/08/2016.

CORTIÑAS LOPEZ, José Manoel. GAMA, Marilza. Comércio Exterior Competitivo. São Paulo: Aduaneiras, 2002.

GERMAN, Serge. Manual pratico de comercio exterior / 2. ed. Sao Paulo : Atlas, 2007.

LUDOVICO, Nelson, Logística internacional:um enfoque em comércio exterior / 2. ed. Sao Paulo : Saraiva, 2007.

MAIA, Jayme de Mariz, Economia internacional e comércio exterior / 15. ed. Sao Paulo : Atlas, 2013.

MESQUITA, Paulo Estivallet de, Organização mundial do comércio / Brasilia, DF : Fundacao Alexandre de Gusmao, 2013. 105 p.

OMC. Manual sobre el Sistema de Solución de Diferencias de la OMC. 2 ed. Genebra: Disponível em:

https://www.wto.org/spanish/res_s/publications_s/dispuhandbook17_s.htm PATRIOTA, Erika Almeida Watanabe, Bens ambientais, OMC e o Brasil / Brasilia, DF : Fundacao Alexandre Gusmao, 2013. 452 p.

RODRIGUES, Paulo Roberto Ambrosio, Introdução aos sistemas de transporte no Brasil e a logística internacional / 4.ed. rev. ampl. Sao Paulo : Aduaneiras, 2011. VIEIRA, Aquiles. Importação: práticas, rotinas e procedimentos. 2. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2007.

SARQUIS, José Buainain, Comércio internacional e crescimento econômico no Brasil / Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 2011.

Componente Curricular: Trabalho de Conclusão de Curso I

Carga horária total: 90h

EMENTA

Construção do projeto de trabalho de conclusão de curso (TCC I) e de um capítulo. Normativas sobre projeto e trabalho de curso. Normas ABNT.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Proporcionar aos discentes a revisão dos aspectos metodológicos da pesquisa científica em Relações Internacionais, apresentando as regras formais para confecção do projeto de conclusão de curso.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Sistematizar a metodologia científica; Produzir textos científicos; Organizar a pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: 1996.

CERVO, Amado I; BERVIAN, Pedro A.; DA SILVA. Metodologia científica. 6ª Ed. São Paulo: Pearson, 2007.

DENZIN, N.; LINCON, Y. et al. Planejamento da pesquisa qualitativa. 2ª Ed. Porto Alegre: ArtMed, 2006.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

GIL, A. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1996.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. DE A. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 1996.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. Referências bibliográficas: BR 6023, Rio de Janeiro: 2000.

MINAYO, M. DE S. et al. Pesquisa social: teoria, métodos e criatividade. 29ª. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

AQUINO, Italo de Souza. Como ler artigos científicos. 2ª ed. São Paulo Ed. Saraiva, 2010.

8º SEMESTRE

Componente Curricular: Relações Internacionais da América Central e Caribe
Carga horária total: 60h

EMENTA

Características geográficas e históricas dos Estados da América Central e Caribe. Construção da identidade nacional dos Estados da América Central e Caribe a partir dos seus processos de descolonização. O papel da América Central e Caribe no sistema internacional e seus instrumentos 85 de integração regional.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Compreender as características principais dos Estados da América Central e Caribe a partir dos seus processos de descolonização.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Descrever as características de identidade política e cultural dos Estados da América Central e Caribe; Identificar e descrever os modelos de integração e os instrumentos de integração regional dos Estados da América Central e Caribe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

AVILA, Carlos Federico Domínguez. As relações entre o Brasil e a América Central. Curitiba: Juruá, 2009.

BENTO, Fábio Régio. Marxismo e religião - Revolução e religião na América Central. Jundiaí (SP): Paco Editorial: 2016.

DEL POZO, José. História da América Latina e do Caribe. Petrópolis: Vozes, 2009.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

AYERBE, Luis Fernando. A Revolução Cubana. São Paulo: Unesp, 2004

BOMFIM, Manoel. A América Latina – Males de origem. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

GRANDIN, Greg. A Revolução guatemalteca. São Paulo: Unesp, 2002.

PALICER, Raony. O Centro Periférico: a América Central e a Política Internacional. Dissertação do PPG em Ciências Sociais da UEM (Universidade Estadual de Maringá). Maringá, 2017.

ZIMMERMANN, Matilde. A Revolução Nicaraguense. São Paulo: Unesp, 2002.

Componente Curricular: Relações Internacionais Contemporâneas

Carga horária total: 60h

EMENTA

A Guerra Fria como conflito intersistêmico. Definição do sistema internacional pós-Guerra Fria: aportes teóricos e conjunturais. O declínio dos EUA e do Ocidente, a Integração da Europa. A ascensão da Ásia. O Renascimento da África. A Questão do Oriente Médio. A Eurásia e a Rússia. A Política Externa Brasileira: o Brasil e a América Latina, a Cooperação Sul-Sul, o Multilateralismo.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Desenvolver no discente a capacidade analítica referente à configuração do sistema internacional pós-Guerra Fria, conjugando os conteúdos aprendidos nas demais disciplinas do curso.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Desenvolver a capacidade de reflexão crítica; Estimular a busca de conhecimentos por meio de fontes de consulta diferenciadas; Adquirir capacidade de análise dos fenômenos internacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BAILEYS, John & SMITH, Steven (ed.) *The globalization of world politics*. 3ª ed. Oxford: Oxford University Press, 2005.

HALLIDAY, Fred. *Repensando as Relações Internacionais*. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 1999.

TODD, Emmanuel. *Depois do Império: a decomposição do sistema americano*. São Paulo: Record, 2003.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

VISENTINI, Paulo Fagundes. *O caótico século XXI*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.

LANG, Kai-Olaf. *A orientalização do Ocidente 20 anos após a troca de sistema: desafios para a Europa em processo de unificação* In *CADERNOS Adenauer X*, 2009, nº2. *O mundo 20 anos após a queda do Muro*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2009.

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. São Paulo: Unesp, 1996.

NYE JR., Joseph S. *Cooperação e conflito nas relações internacionais: uma leitura essencial para entender as principais questões da política mundial*. São Paulo: Editora Gente, 2009.

PECEQUILO, Cristina S; CARMO, Corival Alves do. *O BRASIL E O VÁCUO DE LIDERANÇA REGIONAL: O AVANÇO SINO-AMERICANO (2011/2016)*. Austral: *Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*. v.5, n.9, Jan./Jun. 2016 | p.54-75 Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/65281/38995>

Componente Curricular: Trabalho de Conclusão de Curso II

Carga horária total: 90h

EMENTA

Execução da pesquisa elaborada em Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I). Coleta, tabulação e análise de resultados. Redação e formatação.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Proporcionar aos discentes a pesquisa aplicada em Relações Internacionais, com coleta de dados, documentos e bibliografias, orientação, redação e entrega de Trabalho de Conclusão de Curso.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Desenvolver a capacidade de reflexão crítica; Estimular a busca de conhecimentos por meio de fontes de consulta diferenciadas;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

CERVO, Amado I; BERVIAN, Pedro A.; DA SILVA. Metodologia científica. 6ª Ed. São Paulo: Pearson, 2007.

GERHARDT, Tatiana Engel & SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf> Acesso em: 01 ago 2016.

GIL, A. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2010.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

AQUINO, Italo de Souza. Como ler artigos científicos. 2ª ed. São Paulo Ed. Saraiva, 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. Referências bibliográficas: BR 6023, Rio de Janeiro: 2000.

BAQUERO, Marcello. Pesquisa quantitativa nas Ciências Sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. DE A. Técnicas de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2007.

MINAYO, M. DE S. et al. Pesquisa social: teoria, métodos e criatividade. 29ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

3.1. EMENTÁRIO COMPONENTES CURRICULARES DE GRADUAÇÃO COMPLEMENTARES

Componente Curricular: Cinema e Soft Power

Carga horária total: 60h

EMENTA

Conceitos de Potência, Superpotência e Hegemonia; Modelos de Dominação; O debate sobre o Imperialismo; Poder Político, Econômico e “Cultural”; “Soft Power” Estadunidense; O cinema estadunidense engajado no processo de aculturação. Cinema como prática política. Cinema como propaganda e diplomacia. Cinema e a construção da realidade social.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: A partir da apresentação de filmes estadunidenses produzidos no pós-Segunda Guerra, pretende-se analisar o conceito de “soft power” e sua efetiva empregabilidade no sistema internacional. O poder da linguagem cinematográfica na divulgação do “american way of life”.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Analisar um filme a partir de sua proposta política; Analisar um filme inserido no momento histórico e a utilização de Agências especializadas para esse fim; Compreender as técnicas utilizadas (cenas, imagens, construções visuais, roteiro, etc.) para os filmes difundirem suas propostas; Analisar o reflexo da estratégia estadunidense no sistema internacional a partir da utilização da cultura cinematográfica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

- FERRO, Marc. Cinema e História. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2010.
- FERRO, Marc. O filme: Uma contra-análise da sociedade? In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. História: novos objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, pp. 199-204.
- HUNTINGTON, Samuel. O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial. São Paulo: Editora Objetiva, 1997.
- LOPES, Denilson; FRANÇA, Andrea. Cinema, Globalização e Interculturalidade. Chapecó/SC: Editora Argos, 2010.
- MOLL, Robert. Construção da Hegemonia: metodologia para análise de conjuntura internacional por meio das narrativas de filmes e séries de ficção. In: AYERBE, Luís Fernando (org.). Análise de Conjuntura em Relações Internacionais. Abordagens e Processos. (e-book) São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.
- MOURA, Gerson. Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana. São Paulo: Brasiliense, 1985, pp. 8-52 e pp. 82-89.
- NIGRI, Antônio; e HARDT, Michael. Multidão – Guerra e Democracia na Era do Império. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.
- NYE JR. Joseph S. O Futuro do Poder. São Paulo: Benvirá, 2012.
- NYE JR. Joseph S. O Paradoxo do Poder Americano. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- PEREIRA, Wagner Pinheiro. O Poder das Imagens – Cinema e Política nos Governos de Adolf Hitler e de Franklin D. Roosevelt (1933-1945). São Paulo: Alameda, 2012.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Formação do Império Americano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- KEMP, Philip (edt.). Tudo Sobre o Cinema. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2011.
- LÓPEZ, Ana. Hollywood, Nuestra América y los Latinos. Ciudad de la Habana: Ediciones Unión, 2012.
- NÓVOA, Jorge; FRESSATO, Soleni Biscouto; FEIGELSON, Kristian (orgs.). Cinematógrafo: Um Olhar Sobre a História. São Paulo: Editora Unesp/EDUFBA, 2009.
- SARRIS, Andrew. The American Cinema. Tennessee: Da Capo Press, 1996.
- SCORSESE, Martin. Uma Viagem Pessoal Pelo Cinema Americano. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

Componente Curricular: Conflitos Internacionais E Direito Humanitário

Carga horária total: 60h

EMENTA

Introdução à Guerra, à Defesa e à Estratégia. Histórico dos principais conflitos inter e intraestatais deste o século XIX. Evolução do conceito de autodeterminação sociopolítica e nacional. Surgimento e desenvolvimento do Direito Humanitário. Jus ad bellum e jus in bello. Direito Internacional Humanitário e responsabilidade.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Desenvolver a capacidade analítica dos discentes em relação à dinâmica dos conflitos internacionais e o desenvolvimento e funcionamento do direito internacional humanitário.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Apresentar aos alunos noções de Guerra, Defesa e Estratégia; Compreender as dinâmicas dos conflitos em uma perspectiva histórica; Detectar

o que muda e o que se mantém nos conflitos internacionais; Compreender o Direito Humanitário como intrinsecamente ligado à evolução dos conflitos; Avaliar o âmbito de aplicação do Direito Humanitário; Ao fim do curso, o aluno deverá estar apto a analisar os conflitos internacionais e o direito humanitário internacional de maneira crítica, entendendo seus processos e atores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BERGHAHN, Volker Rolf. Europe in the era of two World Wars : from militarism and genocide to civil society, 1900–1950. Princeton University Press, 2006.

CLAUSEWITZ, Carl Von. Da Guerra. Livro I e II, capítulos I e II. Europa-América, 1997.

COLLEY, Alexander e MITCHELL, Lincoln. Abkhazia on Three Wheels. World Policy Journal, MIT Press, v. 27, nº 2, verão de 2010, pgs. 73-81.

DURNAN, Michael e PECENY, Mark. The FARC's Best Friend: U.S. Antidrug Policies and the Deepening of Colombia's Civil War in the 1990s. Latin American Politics & Society, Universidade de Miami, v. Volume 48, nº 2, verão de 2006, pgs. 95-116.

GRIFFITHS, Ieuan Ll. The African Inheritance. Routledge, 1995.

KOLEV, Valery e KOLOURI, Christina. The Balkan Wars (WB 3). CDRSEE, 2009.

KRAMER, Mark. The Perils of Counterinsurgency: Russia's War in Chechnya. International Security, MIT Press, v. 29, nº 3, inverno de 2004/05, pgs. 5-62.

LAKE, David A. Two Cheers for Bargaining Theory Assessing Rationalist Explanations of the Iraq War. International Security, MIT Press, v. 35, nº 3, inverno de 2010/2011, pgs. 7-52.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BEAUFRE, A., Gral. Introducción a la Estrategia, Bs. As., Ed. Struhart & Cia., 1982.

MISHALI-RAM, Meirav. Afghanistan: A Legacy of Violence? Internal and External Factors of the Enduring Violent Conflict. Comparative Studies of South Asia, Africa and the Middle East, Duke university Press, v. 28, nº 3, 2008, pgs. 473-486.

POTTER, Lawrence G e SICK, Gary G (ed.). Iran, Iraq, and the legacies of war. Palgrave Macmillan, 2004.

SCHOLTZ, Leopold. Why the Boers lost the War. Palgrave Macmillan, 2005.

SAINT-PIERRE, H. A Política armada. Fundamentos da Guerra revolucionária. SP, Edunesp, 2000.

Componente Curricular: Cooperação Internacional

Carga horária total: 60h

EMENTA

Aspectos teóricos, formas e atores da cooperação internacional. A Organização das Nações Unidas e a cooperação internacional. Cooperação para o desenvolvimento. O Brasil e a cooperação Sul-Sul. Desenvolvimento de projetos de cooperação técnica internacional. Financiamento de cooperação internacional.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: A disciplina analisará a evolução do sistema de cooperação internacional.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Serão apresentados os aspectos teóricos, as formas e os atores da cooperação internacional. Ademais, discorrer-se-á sobre a cooperação para o desenvolvimento e a cooperação Sul-Sul, bem como sobre outras modalidades de cooperação, como a Norte-Sul, a Triangular e a Sul-Norte, elencando exemplos envolvendo o Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

MORTON, Bill. An overview of international NGOs in development cooperation. UNDP, p.325–352.

PENNISI, Elizabeth. On the Origin of Cooperation. *Science*. v.25, 4 September 2009, p. 1196-1199.

PINO, Bruno. A. A cooperação triangular e as transformações da cooperação internacional para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: IPEA, 2013.

KEOHANE, Robert O. Cooperation and International regimes. In: *After hegemony: Cooperation and discord in the world political economy*. New Jersey: Princeton University Press, 1984. Cap 4, p. 49-64.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CEZÁRIO, Gustavo; ANDRADE, Mariana. A cooperação descentralizada no Brasil. Belo Horizonte: CEDIN/CNM, 2008

COOPERAÇÃO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL: 2014 - 2016. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Agência Brasileira de Cooperação. – Brasília: IPEA: ABC.

DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO DA COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL MULTILATERAL E BILATERAL. Ministério das Relações Exteriores, 4ª ed. Brasília: Agência Brasileira de Cooperação, 2014.

EUROPEAN COMMISSION. 2017 Annual report on the implementation of the European Union's instruments for financing external actions in 2016. European Union, March 2018

INOUE, Cristina Y. A.; VAZ, Alcides C. Brazil as ‘Southern donor’: beyond hierarchy and national in development cooperation? *Cambridge Review of International Affairs*, vol. 25, n.4, December 2012, p. 507 – 534.

MILANI, Carlos R.; CARVALHO, Tassia C. O. Cooperação Sul-Sul e Política Externa: Brasil e China no continente africano. *Estudos Internacionais*, vol. 1, n.1, Jan-Jun 2013, p. 11-35.

ROWLANDS, Dane. Individual BRICS or a collective bloc? Convergence and divergence among ‘emerging donor’ nations. *Cambridge Review of International Affairs*, vol. 25, n.4, December 2012, p. 629 – 649.

Componente Curricular: Direitos Humanos e Relações Internacionais

Carga horária total: 60h

EMENTA

Evolução histórica dos Direitos Humanos. As teorias de direitos humanos. A internacionalização da defesa e proteção dos direitos humanos. Declarações e convenções

na ordem internacional. Organizações internacionais e defesa de direitos humanos. Comissão e Corte interamericana de Direitos Humanos.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Introduzir ao estudo dos direitos humanos no contexto das relações internacionais, analisando seu conceito, desenvolvimento histórico, teorias, dimensões, normas e instituições internacionais de promoção e proteção.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Compreender criticamente o conceito e o desenvolvimento histórico dos direitos humanos; Debater a interrelação entre os aspectos, jurídicos, econômicos, sociais e culturais dos direitos humanos no contexto das relações internacionais; Analisar os marcos normativos e institucionais dos sistemas de proteção internacional aos direitos humanos, com ênfase no Sistema Interamericano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. E-book.

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. E-book.

RAMOS, André de Carvalho. Teoria dos direitos humanos na ordem internacional. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2016. E-book.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

DALLARI, Dalmo de Abreu. Direitos humanos e cidadania. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2008.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves, Direitos humanos e relações internacionais: 1a parte: direitos humanos. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

GUERRA, Sidney. Direitos humanos: curso elementar. São Paulo: Saraiva, 2013.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Manual de Direitos Humanos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

HUNT, Lynn. A invenção dos direitos humanos: uma história. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2009.

PIOVESAN, Flávia. Comentários à Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Rio de Janeiro: Forense, 2019. E-book.

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e justiça internacional. Um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. E-book.

Componente Curricular: Fronteiras e Relações Internacionais

Carga horária total: 60h

EMENTA

História da formação e consolidação das fronteiras brasileiras. Fronteira como espaço de distinção e de encontro entre sujeitos coletivos. Tipologia dos atores coletivos das relações fronteiriças brasileiras.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Conhecer o fenômeno fronteiras físicas, nacionais e seus principais atores coletivos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Compreender o significado, função e desafios das fronteiras nacionais nos processos de afirmação da identidade local e integração regional de base.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BENTO, Fábio Régio. O papel das cidades-gêmeas de fronteira na integração regional sul- americana. In: Revista Conjuntura Austral, ISSN: 2178-8839, Vol. 6, nº. 2728, Dez. 2014/Mar. 2015, p.40-53.

JORGE, Arthur Guimarães de Araújo. Rio Branco e as fronteiras do Brasil. Brasília: Editorial do Senado federal, 1999.

PRADO, Henrique Sartori de Almeida; NETO, Tomaz Espósito. Fronteiras e Relações Internacionais. Curitiba: Íthala, 2015.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BENTO, Fábio Régio. Fronteiras, significado e valor. In: Revista Conjuntura Austral, ISSN: 2178- 8839, vol. 3, nº. 12, Jun..Jul 2012, p.43-60.

BOMFIM, Manoel. A América Latina - males de origem. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

BRIGAGÃO. Clóvis (org.). A América Latina e os conflitos fronteiriços. Rio de Janeiro: Educam, 2010.

DÍAZ, Oscar Rodríguez. Fronteras del mundo. Havana: Editorial Gente Nueva, 2011.

GARCIA, Fernando Cacciatore de. Fronteira iluminada história do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Sulina, 2010.

Componente Curricular: GEOPOLÍTICA DA ENERGIA

Carga horária total: 60h

EMENTA

Utilização de energia/Fontes de energia; Geopolítica do petróleo; Geopolítica do gás natural; Geopolítica da energia nuclear; Energia e meio-ambiente; Geopolítica das energias renováveis; Segurança energética e eficiência energética; Acesso à energia/Energia e desenvolvimento; Energia e policymaking.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Espera-se que os discentes compreendam a energia como elemento fundamental para a dinâmica de poder no mundo contemporâneo e o papel que cada modal energético desempenha na geopolítica global.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Identificar os atores, movimentos de controle e governança energética no mundo contemporâneo; Analisar geopoliticamente as questões energéticas no cenário internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

FUSER, I. A geopolítica global do petróleo in Fuser, I. Energia e Relações Internacionais. São Paulo: Saraiva, 2014.

KLARE, T. La geopolítica del gas natural (tradução de Leandro Nagore). Disponível em http://biblioteca.hegoa.ehu.es/downloads/15469/%2Fsystem%2Fpdf%2F347%2FGeopolitica_gas.pdf. Acessado em 14 de agosto de 2019

DELGADO, F; WEISS, M; SILVA, T.B. 2017. A Geopolítica das energias renováveis: considerações iniciais. FGV Energia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

NUNES, C.C. 2013 O conceito de segurança energética. CEPES.

World Energy Council. 2017. Cenários Mundiais de Energia.

BERCOVICI, G. 2011. Direito econômico do petróleo e dos recursos minerais. Editora Quartier Latin do Brasil.

OLIVEIRA, L.D. 2012. A geopolítica do desenvolvimento sustentável: reflexões sobre o encontro entre economia e ecologia. Carta Internacional.

PRÄSS, A. R. 2007. A energia nuclear hoje: uma análise exploratória. Monografia de especialização. Escola de Engenharia. UFRGS

Componente Curricular: Italiano Instrumental I

Carga horária total: 30h

EMENTA

Desenvolvimento da habilidade de compreensão e leitura da língua italiana, a partir de textos escolhidos segundo os objetivos da disciplina e o interesse acadêmico dos estudantes.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Adquirir estruturas gramáticas básicas da língua italiana.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Reconhecer as principais formas gramaticais da língua italiana; Adquirir a habilidade de compreensão básica da língua italiana;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BUDINI, Paola. Verbi italiani/Verbos italianos: Manual Bilíngue de verbos regulares e irregulares. São Paulo: Martins Fontes, 1995. Textos e documentos autênticos

LIZZANDRO, Carmen; MARINELLI, Elvira; PELOSO, Annalisa. Parlo Italiano. Manuale per l'apprendimento dell'italiano di base. Firenze: Giunti Editore, 2002.

Minidicionário Português-Italiano. Editora Porto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BALBONI, paolo E.; MEZZADRI, Marco. RETE 1. Roma: Guerra Edizioni, 2001.

BALLARIN, Elena; BEGOTTI, Paola. Destinazione Italia. Roma: Bonacci Editore, 1999.

DARDANO, Maurizio; TRIFONE, Pietro. Grammatica Italiana com nozioni di linguística. Milão: Zanichelli Editore, 1995.

DI NATALE, Francesco. Andare oltre, dubbi e problemi di grammatica italiana per stranieri. Perugia: Guerra Edizione, 1997.

GABRIELLI, Aldo. Come parlare e scrivere meglio. Guida pratica all'uso della lingua italiana. Milão: Selezione del Reader's Digest S.p.A., 1986.

Componente Curricular: Italiano Instrumental II

Carga horária total: 30h

EMENTA

Desenvolvimento da habilidade de compreensão e leitura da língua italiana, a partir de textos escolhidos segundo os objetivos da disciplina e o interesse acadêmico dos estudantes.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Adquirir estruturas gramáticas básicas e sintáticas da língua italiana além da terminologia específica de textos de relações internacionais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Reconhecer as principais formas gramaticais da língua italiana; Adquirir a habilidade de compreensão básica da língua italiana; Apropriar-se da terminologia técnica de relações internacionais na língua italiana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BUDINI, Paola. Verbi italiani/Verbos italianos: Manual Bilíngue de verbos regulares e irregulares. São Paulo: Martins Fontes, 1995. Textos e documentos autênticos
 DI FRANCESCO, Anna Maria; NADDEO, Ciro Massimo. Bar Italia. Articoli sulla vita italiana per leggere, parlare e scrivere. Firenze, Alma Edizioni.
 Minidicionário Português-Italiano. Editora Porto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BALBONI, paolo E.; MEZZADRI, Marco. RETE 2. Roma: Guerra Edizioni, 2001.
 BALLARIN, Elena; BEGOTTI, Paola. Destinazione Italia. Roma: Bonacci Editore, 1999.
 DARDANO, Maurizio; TRIFONE, Pietro. Grammatica Italiana com nozioni di linguística. Milão: Zanichelli Editore, 1995.
 DI NATALE, Francesco. Andare oltre, dubbi e problemi di grammatica italiana per stranieri. Perugia: Guerra Edizioni, 1997.
 GABRIELLI, Aldo. Come parlare e scrivere meglio. Guida pratica all'uso della lingua italiana. Milão: Selezione del Reader's Digest S.p.A., 1986.

Componente Curricular: Laboratório I: Análise de política internacional

Carga horária total: 30h

EMENTA

Análise de conjuntura internacional: teoria, método e dinâmica dos fenômenos internacionais. Monitoramento e análise da conjuntura e do meio internacional. Seleção de atores, fontes e eventos. Redação, estrutura e apresentação da análise de política internacional.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Analisar os fenômenos do sistema internacional de modo a propiciar aos alunos um espaço de discussão e debates acerca das questões internacionais contemporâneas, por meio da elaboração de análises de conjuntura.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Oportunizar aos graduandos a aplicação prática das referências teórico-conceituais desenvolvidas nas diferentes disciplinas relacionadas; Fornecer instrumentos teóricos e práticos para compreensão dos fenômenos internacionais; Desenvolver a capacidade de reflexão crítica; Estimular a busca de conhecimentos por meio de fontes de consulta diferenciadas; Adquirir capacidade de análise dos fenômenos internacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ALTEMANI DE OLIVEIRA, Henrique (org.). Política internacional contemporânea: mundo em transformação. São Paulo: Saraiva, 2006. (vol. 1 e 2).
 CERVO, Amado Luis & BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia científica. 6a Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
 SOUZA, Herbert José de. Como se faz análise de conjuntura. 11a Ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analúcia D. História do Mundo Contemporâneo: da Pax Britânica do século XVIII ao Choque das Civilizações do século XXI. Petrópolis: Vozes, 2008.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ALVES, José Eustáquio Diniz. Análise de Conjuntura: teoria e método. 01/jul/2008. Disponível em http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/analiseconjuntura_teoriametodo_01jul08.pdf

BUARQUE, Sérgio C. Metodologia e Técnicas de Cenários Globais e Regionais. IPEA, Texto para Discussão no939. Brasília, fevereiro de 2003.

CASTRO, Thales. Teoria das relações internacionais. Brasília: FUNAG: 2012.

DIAS, Reinaldo. Relações Internacionais: introdução ao estudo da sociedade internacional global. São Paulo: Editora Atlas SA., 2010.

GRIFFITHS, Martin. 50 grandes estrategistas de Relações Internacionais. São Paulo: Contexto, 2004.

MERIDIANO 47: Boletim de análise de conjuntura das Relações Internacionais. Disponível em: <http://meridiano47.info/>

SANTOS, Theotônio dos & MARTINS, Carlos Eduardo. Diretrizes Para a Análise da Conjuntura Contemporânea: Uma Agenda de Investigação. Textos de Economia, vol. 10, Florianópolis, julho-dezembro 2007, pág. 119-133.

VELASCO E CRUZ, Sebastião Carlos. O Brasil no mundo: análise de política e prospectiva. São Paulo: UNESP, 2010.

Componente Curricular: Laboratório II: Análise de política internacional

Carga horária total: 60h

EMENTA

Análise de eventos relevantes que tenham impacto no sistema internacional. Contextualização dos eventos e análise a partir de diversas perspectivas epistemológicas

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Analisar eventos que ocorram no Sistema Internacional a partir de perspectivas teóricas distintas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Compreender os processos que levam a rupturas políticas, econômicas e sociais; Analisar eventos contemporâneos que tenham a capacidade de afetar o sistema internacional de modo global ou em âmbito regional; Análise de cenários e conjunturas; e, Discutir o papel da mídia na difusão dos eventos analisados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

FAWCETT, Louise. International Relations of the Middle East. Oxford: Oxford University Press, 2009.

FIORI, José Luis. História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2015.

NYE JR. Joseph S. O Futuro do Poder. São Paulo: Benvirá, 2012.

OLIVEIRA, Flávio Rocha de; MARQUES, Moises da Silva. Introdução ao Risco Político: Conflitos, Análises e Problemas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

SZANTO, Balazs. War and International Relations: a crytical analysis. London: Routledge, 2021.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

AMORIM, Celso. Teerã, Ramalá e Doha: memórias da Política Externa Ativa e Altiva. São Paulo: Benvirá, 2018.

CALLAHAN, William A. *Sensible Politic: Visualizing International Relations*. Oxford: Oxford University Press, 2020.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de; Lessa, Antônia Carlos (Org.). *Política internacional contemporânea: mundo em transformação*. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

WENDT, Alexander. *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

Componente Curricular: Libras

Carga horária total: 60h

EMENTA

Fundamentos linguísticos e culturais da Língua Brasileira de Sinais. Desenvolvimento de habilidades básicas expressivas e receptivas em Libras para promover comunicação entre seus usuários. Introdução aos Estudos Surdos.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: desenvolver as habilidades de recepção e de produção sinalizada, visando às competências linguística, discursiva e sociolinguística na Língua Brasileira de Sinais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Propor uma reflexão sobre o conceito e a experiência visual dos surdos a partir de uma perspectiva sociocultural e linguística; 238 Propor uma reflexão sobre o papel da Língua de Sinais na vida dos surdos e nos espaços de interação entre surdos e ouvintes, particularmente nos ambientes educacionais; Fornecer estratégias para uma comunicação básica de Libras e adequá-las, sempre que possível, às especificidades concretas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

FELIPE, Tanya; MONTEIRO, Myrna. *LIBRAS em contexto: curso básico: livro do aluno*. 8. ed. Rio de Janeiro: WalPrint, 2007.

GESSER, Audrei. *LIBRAS: que língua é essa?* 1. ed. Parábola. 2009.

QUADROS, Ronice; KARNOPP, Lodenir. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. 1. ed. São Paulo: Artmed, 2004.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CAPOVILLA, Fernando César, Raphael, Walkiria Duarte, Mauricio, Aline Cristina L. *Novo Deit-Libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira*. vol. 1. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

CAPOVILLA, Fernando César, Raphael, Walkiria Duarte, Mauricio, Aline Cristina L. *Novo Deit-Libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira*. vol. 2. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

FLÁVIA, Brandão. *Dicionário ilustrado de LIBRAS: Língua Brasileira de Sinais*. 1. ed. São Paulo: Global Editora, 2011.

MOURA, Maria Cecília de. *O surdo, caminhos para uma nova identidade*. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

STROBEL, Karin. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Florianópolis: Editora UFSC, 2008.

Componente Curricular: Meio Ambiente e Relações Internacionais

Carga horária total: 30h

EMENTA

Interdependência, governança e governança global; Regimes Ambientais; Governança Ambiental Global; Rio+20 e Economia Verde; Objetivos do Desenvolvimento Sustentável; Limites Planetários; O papel do Brasil na agenda ambiental internacional.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Discutir e aprofundar a compreensão dos conceitos: interdependência, governança, governança global, governança ambiental, regimes e regimes ambientais; Aprofundar a compreensão dos regimes ambientais e sua relação com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis; Realizar estudos acerca de temáticas relacionadas à agenda ambiental global.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Iniciar o manuseio de bases e bancos de dados sobre os temas específicos da agenda ambiental, considerando: os problemas ambientais centrais; as estruturas institucionais existentes; principais atores; relação meio ambiente e direitos humanos; meio ambiente e desenvolvimento; Ampliar o conhecimento acerca das temáticas específicas, considerando: Antártida, clima, biodiversidade, lixo perigoso, florestas, proteção da camada de ozônio; recursos hídricos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BARROS-PLATIAU, A. F.; VARELLA, M. D.; SCHLEICHER, R. T. Meio ambiente e relações internacionais: perspectivas teóricas, respostas institucionais e novas dimensões de debate. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 47, n. 2, p. 2-32, 2004.

CORREIA DO LAGO, André Aranha. Estocolmo, Rio, Johannesburgo: O Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas. Brasília: FUNAG, 2006. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0356.pdf>

ESTY, Daniel C.; IVANOVA, Maria H. Governança ambiental global. São Paulo: Editora Senac, 2005.

GALAZ, Victor et all. Global environmental governance and planetary boundaries: An introduction. In *Ecological Economics*. Nº 81, 2010. Disponível na Base de Dados Elsevier: www.elsevier.com/locate/ecocon

VIOLA, Eduardo. "O regime internacional de mudança climática e o Brasil." *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 17.50 (2002): 25-46.

VIOLA, Eduardo J.; LEIS, Héctor R. "Desordem global da biosfera e a nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo". In *Ecologia e política mundial*. Hector R. Leis (org.). Rio de Janeiro: FASE; AIRI/PUC-Rio. Petrópolis: Vozes, 1991.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ANDRADE, José Célio Silveira. A participação do setor privado na governança ambiental global: evolução, contribuições e obstáculos. In *Contexto Internacional*. Vol 31, nº2, maio/agosto, 2009. Páginas 215-250

MENDES, CRISTIANO; SANTOS, LETÍCIA BRITTO DOS ; SOUZA, MATILDE DE . Climate change, vulnerability and securitization. *REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL (ONLINE)*, v. 63, p. 1-26, 2020.

PORTER, G. et alli. *Global environmental politics*. 3 Ed. Oxford: Westview Press, 2000. (especialmente o capítulo 1, The emergence of global environmental politics, página 01-34)

SANTOS, L. B.. Climate Change as Environmental International Security Issue: The Threat of Global Warming in Small Island States. *CONJUNTURA INTERNACIONAL (BELO HORIZONTE. ONLINE)*, v. 12, p. 28-35, 2015.

SOUZA, MATILDE DE ; VELOSO, FRANCIELY TORRENTE ; SANTOS, LETÍCIA BRITTO DOS ; CAEIRO, REBECA BERNARDO DA SILVA . Governança de recursos comuns: bacias hidrográficas transfronteiriças. *Revista Brasileira de Política Internacional (Impresso)* , v. 57, p. 152-175, 2014. -.

VIOLA, E.; FRANCHINI, M.; RIBEIRO, T. L. Climate Change governance in an international system under conservative hegemony: the role of major powers. In: *RBPI*, 2012.

VIOLA Eduardo. FRANCHINI, Matias. Os limiares planetários, a Rio+20 e o papel do Brasil. In *Cadernos EBAPE.BR*, v. 10, nº 3, artigo 1, Rio de Janeiro, Set. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-39512012000300002&script=sci_arttext

Componente Curricular: Negociações Internacionais

Carga horária total: 60h

EMENTA

Introdução ao modelo do sistema internacional e seus atores. Processos e métodos aplicados pelos atores para a obtenção de seus objetivos em demandas internacionais, sem a utilização da violência. Abordagem sobre os processos negociais que impliquem questões políticas, econômicas e sociais que tenham repercussão no sistema internacional.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Possibilitar ao discente o entendimento acerca do sistema internacional e as possibilidades de abordagens que os atores utilizam para a obtenção de seus objetivos através do processo de negociação direta ou por meio de organizações internacionais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Conhecer as estratégias de negociação internacional; Construir análises de cenários como subsídio para a negociação; 3. Participar de um processo negocial; e, Conhecer a estrutura de situações de negociação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ANDRADE, Rui Otávio B. de; ALYRIO, Rovigati Danilo; VILAS BOAS, Ana Alice. *Cultura e Ética na Negociação Internacional*. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

DEAMON, Dalton. *Negociações em mercados internacionais: análises e casos de operações comerciais na Europa Oriental, África, Oriente Médio, Ásia e Oceania*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

FISCHER, Roger; PATTON, Bruce. *Como Chegar ao Sim: a Negociação de Acordos sem Concessões*. Rio de Janeiro: Editora Imago, 2005.

FULLER, George. *Estratégias do Negociador*. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Ed., 1993.

MARTINELLI, Dante. P. *Negociação: Como transformar confronto em cooperação*. São Paulo: Atlas, 1997.

MARTINELLI, Dante. *Negociação Internacional*. São Paulo: Atlas, 2007

NYE JR. Joseph. *Cooperação e Conflito nas Relações Internacionais*. São Paulo: Editora Gente, 2009.

PROCÓPIO, Argemiro. *Diplomacia e Desigualdade*. Curitiba: Juruá Editorial, 2011.

SARFATI, Gilberto. Manual de Diplomacia Corporativa. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

FILHO, Fernando D. Ao Redor do Mundo: Convivência e Negociação com Culturas Estrangeiras para Brasileiros. Brasil: ABDR, 2001.

GIANNETTI DA FONSECA, Roberto. Memórias de um Trader: a história vivida do comércio exterior brasileiro nos anos 70 e 80. São Paulo: IOB, 2002.

KOHLRIESER, George. Refém na Mesa de Negociações. Curitiba: Nossa Cultura, 2013.

MAGNOLI, Demétrio; SERAPIÃO JÚNIOR, Carlos. Comércio Exterior e Negociações Internacionais. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

MILLS, Harry. Negociação, a arte de vencer. São Paulo: Gower e Makron Books, 1993.

Componente Curricular: Realidade, felicidade e infelicidade

Carga horária total: 60h

EMENTA

Sociologia da felicidade e infelicidade condicionadas a partir de pensadores ocidentais (Weber, Marx, Durkheim, Lubich) e orientais (Sidarta Gautama e escolas)

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Identificar o significado prático, histórico-geográfico de felicidade e infelicidade coletivas nos âmbitos locais e internacional do ponto de vista dos clássicos da sociologia ocidental, pensadores orientais e cosmovisões de povos originários ocidentais e orientais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Analisar medidores oficiais de medição de felicidade territorial coletiva internacional como o ranking World Happiness Report. Explicitar a compreensão implícita de felicidade e infelicidade territoriais coletivas contidas em paradigmas analíticos clássicos da sociologia como aqueles apresentados por Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber -Identificar a compreensão de felicidade territorial coletiva em outros analistas e comunidades ocidentais e orientais

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

LÖWY, Michael. As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen - Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Cortez, 2013.

SELL, Carlos Eduardo. Sociologia Clássica. Marx, Durkheim e Weber. Vozes: Petrópolis, 2009. WEBER, Max. L'etica protestante e lo spirito del capitalismo. Milano: Rizzoli, 1991.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BENJAMIN, Walter. O capitalismo com religião. São Paulo: Boitempo, 2013.
BENTO, Fábio Régio. Marxismo e religião - Revolução e religião na América Central. Jundiaí-SP: Paco, 2016.

COMTE, Augusto. Curso de Filosofia Positiva; Discurso Sobre o Espírito Positivo. São Paulo: Editora abril cultural, 1978.

STEIL, Carlos Alberto. Padre Cícero: entre reconciliação e modernidade. In: Sociologia & Antropologia, vol. 11 (n.1), Jan-Apr 2021. UFRGS, p.149-169.

WALLERSTEIN, Immanuel. El moderno sistema mundial. Vols. I, II, III. Madri: Siglo XXI Editores, 2017.

Componente Curricular: Seminário de Integração Regional I

Carga horária total: 30h

EMENTA

História e conceito de integração regional. Teorias políticas e econômicas da integração. Dimensões da integração regional: econômica, comercial, política, social, cultural, jurídica, de segurança, de infraestrutura. Análise de políticas e casos empíricos de integração regional.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Introduzir ao estudo dos processos de integração regional, analisando seu conceito, teorias, dimensões e experiências concretas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Identificar e analisar o conceito de integração regional; Identificar e analisar, com base nas correntes teóricas da economia, da política e das relações internacionais, as principais teorias aplicáveis ao estudo dos processos de integração regional; Identificar e analisar as variadas dimensões da integração regional: econômica, comercial, política, social, cultural, jurídica; de segurança, de infraestrutura, etc.; Descrever e analisar alguns dos principais processos de integração regional do mundo contemporâneo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

CEPIK, Marco (Org.). América do Sul: economia e política da integração regional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

MERCADANTE, Araminta de Azevedo; CELLI Jr., Umberto; ARAÚJO, Leandro Rocha (Coords.). Blocos Econômicos e Integração na América Latina, Ásia e África. Curitiba: Juruá, 2008.

WIESEBRON, Marianne; GRIFFITHS, Richard T (Orgs.). Processos de integração regional e cooperação intercontinental desde 1989. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Integração Regional: uma Introdução. São Paulo: Saraiva, 2013.

BANDEIRA, Moniz. Brasil, Argentina e estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da Triplíce Aliança ao Mercosul). 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MENEZES, Alfredo da Mota; PENNA FILHO, Pio. Integração Regional: os blocos econômicos nas relações internacionais. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

SEITENFUS. Manual das organizações internacionais. 5. ed. rev., atual. e amp. 2. Tir. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2012.

VENTURA, Deisy. As assimetrias entre o Mercosul e a União Europeia: os desafios de uma integração inter-regional. Barueri, SP: Manole, 2003.

Componente Curricular: Seminário de Relações Internacionais da Ásia I

Carga horária total: 30h

EMENTA

O Irã, dos séculos XX ao XXI, perpassou por um processo de transformações políticas, econômicas e sociais, seja com a Revolução Constitucional, com a implantação da Operação Ajax, com a ditadura Palahvi, com a Revolução Islâmica e também sua política nuclear. Como grande player no continente asiático e, por conseguinte, no Oriente Médio, o Irã se converteu num "antagonista do sistema internacional", mas tem ampliado suas potencialidades com a aproximação à Arábia Saudita. Análise das dimensões que o Irã atua nacional e internacionalmente.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Analisar a atuação do Irã no sistema internacional.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Conhecer a história persa e iraniana; Analisar a conjuntura geopolítica do Irã como ator asiático e no "Oriente Médio"; Conhecer os aspectos religiosos que implicam nas decisões políticas iranianas; e, Analisar as possíveis transformações políticas no Oriente Médio com o reatamento de relações entre Irã e Arábia Saudita.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ARJOMAND, Said Amir. *After Khomeini: Iran under his successor*. New York: Oxford University Press, 2009.

COSTA, Renatho. *Os aiatolás e o receio da República Islâmica do Irã*. São Paulo: Porto de Ideias, 2017.

EHTESHAMI, Anoushiravan; ZWEIRI, Mahjoob. *Iran and the Rise of its Neoconservatives – the Politics of Tehran’s Silent Revolution*. London: I.B. Tauris, 2007.

FISK, Robert. *A Great War for Civilisation: the Conquest of the Middle East*. New York: Vintage Books, 2007.

KHOMEINI, Ruhullah Imam. *Fundamental of the Islamic Revolution*. Tehran: The Institute for Compilation and Publication of Imam Khomeini’s Work, 2000.

MACKKEY, Sandra. *Os Iranianos – Pérsia, Irã e a alma de uma nação*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2008.

MALONEY, Suzanne. *Iran’s political economy since the Revolution*. New York: Cambridge University Press, 2015.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

COSTA, Renatho; TRAUMAN, Andrew (orgs.). *República Islâmica do Irã, 40 anos: de Khomeini a Soleimani*. Rio de Janeiro: Autografia, 2020.

KHOMEINI, Ruhullah Imam. *Islamic Government: Governance of the Jurist*. Tehran: The Institute for Compilation and Publication of Imam Khomeini’s Work, 2005.

KINZER, Stephen. *Todos os Homens do Xá – o Golpe Norte-Americano no Irã e as raízes do terror no Oriente Médio*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MILANI, Abbas. *The Shah*. New York: Palgrave Macmillian, 2011.

Componente Curricular: Seminário das Relações Internacionais do Brasil I

Carga horária total: 60h

EMENTA

As relações Exteriores do Brasil Colônia (1500-1822). A inserção internacional do Brasil durante o ciclo do açúcar. A inserção internacional do Brasil durante o ciclo do ouro. A crise do Sistema Colonial e a independência do Brasil.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Compreender a evolução da inserção internacional do Brasil, nos séculos XVI, XVII e XVIII, enquanto uma colônia de Portugal.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Propiciar oportunidades de interpretação crítica sobre a da inserção internacional do Brasil; Oferecer instrumentos teóricos e práticos para alicerçar bases dos debates sobre a da inserção internacional do Brasil; Compreender as estruturas e os interesses políticos e econômicos brasileiros, que afetam e/ou definem a inserção internacional do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ABREU, Capistrano de. Capítulos de História Colonial. Ed. Orosco, Rio de Janeiro, 1907.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. Ed. EDUSP: São Paulo, 2002.

FREYRE, Gilberto. Casa grande e Senzala. Ed. Global, 2003.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CALÓGERAS, J. Pandiá. Formação Histórica do Brasil. 7a ed. Ed. Companhia Editora Nacional, São Paulo: 1972.

COSTA, Emilia Viotti da. Da Senzala à Colônia. 2a ed. Ed. Ciências Humanas: São Paulo, 1982.

NOVAIS, Fernando. O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial. Ed. UNICAMP: São Paulo, 2007.

NOVAIS, Fernando. O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial. Ed. Difel, São Paulo, 1977.

VIANA, Oliveira. Populações Meridionais do Brasil. Ed. Global, Brasília, 2005.

Componente Curricular: Seminário das Relações Internacionais do Brasil II

Carga horária total: 60h

EMENTA

As relações Exteriores do Brasil Império (1500-1822). A inserção internacional do Brasil durante o I Reinado. Os conflitos internacionais. A inserção internacional do Brasil durante o ciclo do café. A crise do Império e a Proclamação da República. Os conflitos no Cone Sul.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Compreender a construção da política externa brasileira, no século XIX.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Propiciar oportunidades de interpretação crítica sobre a política externa brasileira; Oferecer instrumentos teóricos e práticos para alicerçar bases dos debates sobre a da política externa brasileira; Analisar as estruturas e os interesses políticos e econômicos brasileiros, que afetam e/ou definem política externa brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

CERVO, Amado L. Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas. 2a ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2007.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder. Ed. Globo: São Paulo, 2001.

LOPEZ, Adriana; MOTA Carlos Guilherme. História do Brasil. Uma interpretação. Ed. SENAC: São Paulo, 2009.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

DORATIOTO, Francisco; VIDGAL, Carlos Eduardo. História das Relações Internacionais do Brasil. Ed. UnB Brasília, 2005.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. Ed. EDUSP: São Paulo, 2002.

OLIVEIRA, Henrique Altemani; LESSA, Antônio Carlos. Relações internacionais do Brasil: temas e agendas. vol. 1 e 2. São Paulo: Saraiva, 2006.

MALERBA, J. O Brasil Imperial. Panorama da história do Brasil no século XIX. Ed. EDUEM: Maringa, 1999.

VAINFAS, Ronaldo. Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889). Ed. Objetiva: Rio de Janeiro, 2002.

Componente Curricular: Seminário de Relações Internacionais do Brasil III

Carga horária total: 60h

EMENTA

Aspectos teórico-metodológicos das relações Brasil-África, historicamente constituídas. As relações coloniais (1500-1800). As relações modernas I (1800-1960). As relações contemporâneas I: as independências africanas, Bandung e as Relações Sul-Sul. As relações contemporâneas II: a política africana do Brasil. As relações contemporâneas III: a política africana do Brasil. As relações contemporâneas IV: a reemergência estratégica do espaço atlântico e a Cooperação Sul-Sul. As relações contemporâneas IV: ameaças regionais e Política de Defesa regional.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Desenvolver nos discentes uma visão crítico-analítico das relações Brasil-África historicamente constituídas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Compreender as principais etapas históricas das relações Brasil-África; Desenvolver habilidades gerais para utilização desses conhecimentos ao longo das demais disciplinas do curso; Desenvolver a capacidade de reflexão crítica; Estimular a busca de conhecimentos por meio de fontes de consulta diferenciadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ACOSTA, María Elena Álvarez. África Subsahariana: Sistema capitalista y Relaciones Internacionales. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

COSTA E SILVA, Alberto da. Um rio chamado Atlântico. A África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

PENHA, E. A. Relações Brasil-África e a geopolítica do Atlântico-Sul. Salvador: EDUFBA, 2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

RIZZI, Kamilla Raquel. O Grande Brasil e os Pequenos PALOP: política externa brasileira para Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Porto Alegre: Século XXI, 2014.

RODRIGUES, José Honório. Brasil e África: Outro Horizonte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

SARAIVA, José Flávio Sombra. África parceira do Brasil Atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

SOUZA, Matilde de; DULCI, Otávio Soares (org). Cooperação Sul-Sul: práticas, abordagens e desafios. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

SPOHR, Alexandre P.; STADNIK, Marjorie; MEDEIROS, Klei (org.) Relações Internacionais para educadores: África em foco. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2013.

VISENTINI, Paulo Fagundes; MIGON, Eduardo Glaser; PEREIRA, Analúcia Danilevich (org). A (in)segurança da África e sua importância para a defesa do Brasil. Porto Alegre: NERINT/UFRGS, LED, ECEME, 2016.

Componente Curricular: Seminário de Relações Internacionais da África I

Carga horária total: 60h

EMENTA

O processo de colonização e as mudanças no Sistema Africano. Descolonização do Continente Africano e a formação de uma identidade africana. Construção dos Estados Africanos. Regiões da África. A Organização da Unidade Africana e a União Africana. Estudo de países centrais.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Apresentar ao aluno as relações internacionais intra-africanas, a partir da compreensão da formação dos Estados Africanos atuais, dando ênfase a alguns casos específicos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Compreender a formação do sistema de Estados Africano; Desenvolver noções básicas sobre as relações intra-africanas pós-Guerra Fria; Desenvolver a capacidade de reflexão crítica; Estimular a busca de conhecimentos por meio de fontes de consulta diferenciadas; Adquirir capacidade de análise dos fenômenos internacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

HERBST, Jeffrey. States and Power in Africa: Comparative Lessons in Authority and Control. Princeton: Princeton University Press, 2000.

HODGES, Tony. Angola: The Anatomy of an Oil State. Oxford: James Currey, 2004.

LANDSBERG, Carl. A política externa do Governo Jacob Zuma: associação ou dissociação? Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais. V. 1, n1, jan-jun/2012, p. 79-108.

NDLOVU-GATSHENI, Sabelo J. Dynamics of the Zimbabwe Crises in the 21st Century. African Centre for the Constructive Resolution of Disputes, v.3, n1, 2003, South Africa.

ROQUE, Paula Cristina. Angola's crucial foreign policy drive. SWP Comments, n.15, German Institute for International and Security Affairs, Berlin, May 2013.

SQUARE, Issaka. Is Nigeria a Regional Hegemon to be Feared? African Renaissance, v.2, n.2, march/april 2005, p.59-67.

SOUTHALL, Roger. Bob's Out, the Croc Is In: Continuity or Change in Zimbabwe? Africa Spectrum, v.52, n.3, 2017.

VIZENTINI, Paulo F.; PEREIRA, Analúcia D (Orgs). África do Sul: História, Estado e Sociedade. Brasília: FUNAG/CESUL, 2010.

WARNER, Jason. Nigeria and "Illusory Hegemony" in Foreign and Security Policymaking: Pax-Nigeriana and the Challenges of Boko Haram. Foreign Policy Analysis, June 8, 2016.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BAUER, Gretchen; TAYLOR, Scott D. Politics in Southern Africa: State & Society in Transition. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2005.

CLAPHAM, Christopher. Africa and the International System: The Politics of State Survival. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

DÖPCKE, Wolfgang. A vida longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra. *Revista Brasileira de Política Internacional*. V. 42, nº1, 1999. p. 77-109.

ECOSTEGUY, Pedro. A Nova Arquitetura Africana de Paz e Segurança: implicações para o multilateralismo e para as relações do Brasil com a África. Brasília: FUNAG, 2011.

FARLEY, Jonathan. *Southern Africa*. New York: Routledge, 2008.

FERNANDES, Lito Nunes; BOUKOUNGA, Jean Christian; FERNANDES, JR, José. Integração Econômica Regional na África Ocidental: uma visão crítica. *Conjuntura Austral*, v.2, nº8, out/nov 2011. p.18-47.

HODGES, Tony. *Angola: The Anatomy of an Oil State*. Oxford: James Currey, 2004.

KABUNDA, Mbuyi. Integración regional en África: obstáculos y alternativas. *Nova Africa*, nº25, junio de 2008. P.91-111.

MAZRUI, Ali A.; WONDJI, C. (Eds.). *História Geral da África VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010b.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *A África na política internacional: o sistema interafricano e sua inserção mundial*. Curitiba: Juruá, 2010.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *As Revoluções Africanas: Angola, Moçambique e Etiópia*. São Paulo: Ed. UNESP, 2012.

Componente Curricular: SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL

Carga horária total: 60h

EMENTA

A intermediação bancária e os mercados financeiros no contexto internacional. Os produtos financeiros: mercados à vista, futuros e derivativos. O sistema de regulamentação. As crises financeiras internacionais e a crítica à atual arquitetura internacional.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Possibilitar aos discentes a noção de intermediação financeira, o sistema financeiro nacional e sua atuação no contexto global, bem como o entendimento do papel dos agentes multilaterais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Caracterizar o Sistema Financeiro Nacional e o Sistema Financeiro Internacional; Expor a regulamentação do Sistema Financeiro Internacional; Apresentar e discutir as crises financeiras internacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ASSAF NETO, A. *Mercado Financeiro*. 10ª edição. São Paulo: Atlas, 2011.

STIGLITZ, Joseph E. et al. *The Stiglitz Report: Reforming the International Monetary and Financial Systems in the Wake of the Global Crisis*. Nova York: The New Press, 2010.

VALDEZ, Stephen; MOLYNEUX, Philip. *An Introduction to Global Financial Markets*. 6ª edição. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

EICHENGREEN, Barry. *A Globalização do Capital*. São Paulo: Editora 34, 2000.

FORTUNA, Eduardo. *Mercado Financeiro: Produtos e Serviços*. 17ª edição revista, atualizada e ampliada. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.

LENVINSON, Marc. Guide to Financial Market. 5ª edição. Nova York: Bloomberg Press, 2009.

PINHEIRO, Juliano. Mercado de Capitais. 6ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

SANTANA, Osias. Mercado Financeiro: Estruturas, Produtos, Serviços, Riscos, Controle Gerencial. São Paulo: Saraiva, 2005.

Componente Curricular: Tópicos em Relações Internacionais I

Carga horária total: 60h

EMENTA

Teorias de Relações Internacionais não-tradicionais. Teorias de Relações Internacionais Africanas. Teorias de Relações Internacionais Asiáticas.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Apresentar ao aluno vertentes teóricas de relações internacionais produzidas além dos EUA e da Europa.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Compreender concepções teóricas alternativas; Desenvolver a capacidade de reflexão crítica; Estimular a busca de conhecimentos por meio de fontes de consulta diferenciadas; Adquirir capacidade de análise dos fenômenos internacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ACHARY; BUZAN (2010). Why theres non-western international relation theory? In: ACHARYA, Amitav; BUZAN, Barry. (Eds). Non-Western International Relations Theory: Perspectives on and beyond Asia. New York: Routledge, 2010.

BEHERA (2010). Re-Imagining International Relations in India. In: ACHARYA, Amitav; BUZAN, Barry. (Eds). Non-Western International Relations Theory: Perspectives on and beyond Asia. New York: Routledge, 2010.

CLARK (2001). Realism, Neo-Realism and Africa's International Relations in the Post-Cold War Era In: DUNN, Kevin; SHAW, Timothy. (Ed). Africa's Challenge to International Relations Theory. New York: Palgrave, 2001.

FRANCIS (2006) Linking Peace, Security and Developmental Regionalism: Regional Economic and Security Integration in Africa. Journal of Peacebuilding and Development, v.2, nº3, 2006.

GROVOGUI (2001). Sovereignty in Africa: Quasi-Statehood and Other Myths in International Theory. In: DUNN, Kevin; SHAW, Timothy. (Ed). Africa's Challenge to International Relations Theory. New York: Palgrave, 2001.

INOBUCHI (2010). Why are there no non-Western theories of international relations? The case of Japan In: ACHARYA, Amitav; BUZAN, Barry. (Eds). Non-Western International Relations Theory: Perspectives on and beyond Asia. New York: Routledge, 2010.

YAQING (2009). Development of International Relations Theory in China. International Studies, 2009, v. 46.

RENO (2001). External Relations of Weak States and Stateless Regions. In: KHADIAGALA, Gilbert; LYONS, Terrence. African Foreign Policies: Power and Process. London: Rienner, 2001.

SMITH (2008). Has Africa got Anything to say? African contributions to the theoretical development of International Relations: a preliminary investigation. Paper presented at the BISA Africa and IS workshop, 9 July 2008, Milton Keynes.

TADJBAKSH (2010). *International Relations Theory and the Islamic Worldview*. In: ACHARYA, Amitav; BUZAN, Barry. (Eds). *Non-Western International Relations Theory: Perspectives on and beyond Asia*. New York: Routledge, 2010.

TIEKU (2011). *Collectivist Worldview: Its Challenge to International Relations*. In: CORNELISSEN, Scarlett; CHERU, Fantu; SHAW, Timothy. (Eds). *Africa and International Relations in the 21st Century*. New York: Palgrave, 2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ACHARYA, Amitav; BUZAN, Barry. (Eds). *Non-Western International Relations Theory: Perspectives on and beyond Asia*. New York: Routledge, 2010.

DOKKEN, Karin. *African Security Politics Redefined*. New York: Palgrave Macmillan, 2008

DUNN, Kevin; SHAW, Timothy. (Ed). *Africa's Challenge to International Relations Theory*. New York: Palgrave, 2001.

GORDON, April; GORDON, Donald. *Understanding Contemporary Africa*. London: Rienner, 2013.

KORNBERG, Judith; FAUST, John. *China in World Politics: Policies, Processes, Prospects*. London: Rienner, 2005.

LAAKSO, Liisa. *Beyond the Notion of Security Community: what the role for the African regional organizations in peace and security? United Nations University, Research Paper nº52, 2005.*

Componente Curricular: Tópicos de Relações Internacionais II

Carga horária total: 30h

EMENTA

As teorias feministas das Relações Internacionais. Metodologias feministas de Relações Internacionais. Gênero, Religião e Relações Internacionais.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Analisar e compreender o desenvolvimento das teorias feministas das Relações Internacionais e seus desdobramentos no âmbito da sociedade civil e religiosa.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Identificar e analisar o nascimento e evolução das teorias feministas das Relações Internacionais; Compreender as metodologias feministas de Relações Internacionais; Analisar a abordagem gênero, religião e Relações Internacionais; Desenvolver a capacidade de reflexão crítica; Estimular a busca de conhecimentos por meio de fontes de consulta diferenciadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

GEBARA, Ivone. *La Teología de la Liberación y las mujeres*. Revista Sociedade e Cultura. 2020, v. 3. Universidade Federal de Goiás, disponível em PDF.

PAIVA, Isadora C. *A escola Feminista nas RI: Bases teórico metodológicas*. TCC. Porto Alegre, UFRGS, 2014. Disponível em PDF.

Red Tepali. *Las teologias feministas frente al fundamentalismo religioso*. Vitória: Unida Editora, 2020. Disponível em PDF.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ACKERLY, A.B., STERN M., TRUE J. Feminist Methodology for International relations. Cambridge University Press, 2006.

CRENSHAW, Kimberle. *A interseccionalidade na Discriminação de Raça e Genero*. Paineis: Cruzamento raça e genero. Ação Educadora, 2012, p. 7-16

CYPRIANO, B.; DIAS T.; BARBADELA, P. As interações entre RI e a Teoria Política Feminista e o feminismo pós/de/colonial na América Latina. 6º Encontro da ABRI, 25 a 28 de julho, 2017. Puc Minas, Belo Horizonte.

HOFFMAN, John. Gender and sovereignty: feminism, the state and international relations. New York: Palgrave, 2001.

WHITWORTH, Sandra. Feminism and International Relations. London: MacMillan Press, 1994.

Componente Curricular: Tópicos de Relações Internacionais III

Carga horária total: 60h

EMENTA

Estudos Estratégicos e de Defesa; Estudos e Pesquisa da Paz; Estudos de Segurança Internacional; Inserção Internacional de Segurança e Defesa do Brasil. O entorno estratégico do Brasil.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Compreender a base histórica, teórica e empírica dos estudos estratégicos e de defesa no Brasil e no mundo, aplicando seus conceitos à realidade geopolítica regional e global e seu impacto nas demais temáticas da área de Relações Internacionais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Apresentar o estado da arte dos estudos de segurança internacional e defesa históricos e atuais; Propiciar ao aluno uma visão metodológica com base em pesquisa empírica (sociológica, política, cultural), permitindo comparar casos e exemplos do Brasil com outros países e regiões; Elaborar análises, condensações e projeções permitindo acesso a METODOLOGIA para o Balanço Estratégico de Defesa Brasileira, dos anos 90 até os dias atuais, tendo em vista o ano de 2022 (Bicentenário da Independência do Brasil).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BERCARD RAMOS, Danielly S. Relações Exteriores do Brasil Contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2009.

CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil. 3a ed. Brasília: Ed. UnB, 2002.

VIZENTINI, Paulo G. F. A política externa do regime militar brasileiro. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ABDUL-HAK, Ana Patrícia Neves Tanaka. O Conselho de Defesa sul-americano (CDS): objetivos e interesses do Brasil. Brasília: FUNAG, 2013.

AMORIM, Celso. A Grande estratégia do Brasil: discursos, artigos e entrevistas da gestão no Ministério da Defesa (2011-2014). Brasília: FUNAF/UNESP, 2016.

FIGUEIREDO, EURICO DE LIMA . Estudos Estratégicos como Área de Conhecimento Científico. Revista Brasileira de Estudos de Defesa, v. 2, no 2, jul./dez. 2015, p. 107-128. Disponível em: <<https://rbed.abedef.org/rbed/article/download/63090/37662>> Acesso em: 22 jna. 2019.

PINTO, Paulo Cordeiro de Andrade. Diplomacia e política de defesa: o Brasil no debate sobre a segurança hemisférica na década pós-Guerra Fria (1990-2000). Brasília: FUNAG, 2015.

PROENÇA JUNIOR, Domício. Promessa tecnológica e vantagem combatente. RBPI, 54 (2), p. 173-188, 2011.

PROENÇA JUNIOR, Domício; LESSA, Marcus Augustus. Brazilian national defence policy and strategy reviewed as a unity. RBPI, (60 (2), e010, 2017, p. 1-19.

PROENÇA JUNIOR, Domício. Forças Armadas para quê? Para isso. Contexto internacional, vol. 33, n. 2, julho-dezembro 2011. P. 333-373.

SVARTMAN, Eduardo; MEI, Eduardo; RODRIGUES, Thiago (org.) Defesa, segurança e estratégia. V Encontro da ABED. São Paulo: Mercado de Letras, 2012.

VIEGAS FILHO, José. A segurança do Atlântico Sul e as relações com a África. Brasília: FUNAG, 2016.

4 GESTÃO

Nesta seção, são apresentadas informações sobre recursos humanos e recursos de infraestrutura.

4.1 RECURSOS HUMANOS

Neste tópico, serão apresentadas as informações sobre a Coordenação do Curso, o Núcleo Docente Estruturante, a Comissão do Curso e o Corpo Docente.

4.1.1 Coordenação de Curso

Atualmente, a coordenação do Curso é composta pelos docentes Anna Carletti (Coordenadora), que possui graduação em Linguas e Literaturas Modernas - Endereço Oriental Università La Sapienza - Roma 1996); Especialização em Língua e Cultura Chinês (ISIAO - Roma - 1996); Master em Didática da Língua Italiana (Università Ca' Foscari Venezia - 2000); Doutora em História / UFRGS 2007; Pós-Doutora em Ciências Políticas / UFRGS 2011; e pela docente Letícia Britto (Coordenador Substituto), que possui experiência no ensino superior Ensino Superior: Universidade Federal de Goiás (2017-2019); PUC Minas (2021) e Universidade Federal do Pampa (2022-hoje).

As atribuições da Coordenação do Curso baseiam-se no art.105 do Regimento Geral da Unipampa, estabelecendo a competência para “executar as atividades necessárias à consecução das finalidades e objetivos do Curso que coordena” (UNIPAMPA, 2010, art. 105, *caput*). De modo geral, a atuação da coordenação visa atender às demandas existentes, considerando a gestão do curso, a relação com os docentes e discentes e a representatividade nos órgãos colegiados do curso e do campus de Santana do Livramento: Comissão de Curso de Relações Internacionais, Comissão Local de Ensino e Conselho de Campus. Os regimes de trabalho do coordenador e do coordenador substituto são de 40h semanais com dedicação exclusiva.

4.1.2 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Conforme Art. 1º da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 97, de 19 de março de 2015, que institui o Núcleo Docente Estruturante e estabelece suas normas de funcionamento, “o Núcleo Docente Estruturante (NDE) de cada Curso de Graduação é proposto pela Comissão de Curso, sendo o Núcleo responsável pela concepção, pelo acompanhamento, consolidação, avaliação e atualização do respectivo projeto pedagógico” (UNIPAMPA, 2015, p.1).

O NDE tem caráter consultivo e propositivo em matéria acadêmica, tendo as seguintes atribuições:

- I. elaborar, acompanhar, avaliar e atualizar periodicamente o Projeto Pedagógico do Curso;
- II. propor procedimentos e critérios para a autoavaliação do Curso, prevendo as formas de divulgação dos seus resultados e o planejamento das ações de melhoria;
- III. conduzir os processos de reestruturação curricular para aprovação na Comissão de Curso, sempre que necessário;
- IV. atender aos processos regulatórios internos e externos;
- V. zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso e para os demais marcos regulatórios;
- VI. indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas das necessidades da graduação e de sua articulação com a pós-graduação, bem como das exigências do mundo do trabalho, sintonizadas com as políticas próprias às áreas de conhecimento;
- VII. contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do Curso;
- VIII. zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo.

A Resolução 97/CONSUNI, de 19 de março de 2015 determina que:

Art. 3º: O Núcleo Docente Estruturante é composto por um mínimo de 05 (cinco) docentes pertencentes ao corpo docente do Curso, atendidos os seguintes critérios: I. ser indicado pela Comissão de Curso; II. ter, ao menos, 60% (sessenta por cento) de seus membros com titulação acadêmica obtida em programa de pós-graduação stricto sensu; III. ter, ao menos, 20% (vinte por cento) dos seus membros em regime de trabalho de tempo integral. Art. 4º O tempo de vigência de mandato para o NDE deve ser de, no mínimo, 03 (três) anos, sendo adotadas estratégias de renovações parciais de modo a haver continuidade no pensar do Curso.

(UNIPAMPA, 2015)

A portaria em vigência, que determina os membros do NDE, é a Portaria nº 1618, de 06 de agosto de 2020, pela qual o magnífico Reitor designa como integrantes do Núcleo Docente Estruturante do curso de Relações Internacionais os seguintes docentes:

- Nathaly Silva Xavier Schutz, como Presidente;
- Anna Carletti, como Secretária;
- Fabio Regio Bento;
- Fernando Pedro Meinero;
- Kamilla Raquel Rizzi;
- Letícia Britto dos Santos
- Rafael Balardim;
- Rafael Vitória Schmidt.

Vale ressaltar que todos os integrantes do NDE possuem titulação de doutorado e trabalham no regime de dedicação exclusiva, como pode ser evidenciado. Ademais, o coordenador de curso, bem como o coordenador substituto, também são integrantes do NDE, a fim de haja uma proximidade nos trabalhos do NDE e da coordenação de curso. Além disso, a cada nova formação do NDE, é mantido parte dos membros do último ato regulatório, a fim de que não ocorra descontinuidade do trabalho do NDE.

O NDE reúne-se, pelo menos, duas vezes a cada semestre, de maneira ordinária. Sempre que há demandas específicas, o NDE é convocado extraordinariamente.

Desta forma o NDE atua no acompanhamento, na consolidação e na atualização do PPC, realizando estudos e atualização periódica, verificando o impacto do sistema de

avaliação de aprendizagem na formação do estudante e analisando a adequação do perfil do egresso, considerando as DCNs e as novas demandas do mundo do trabalho.

No Apêndice D deste PPC está anexado o Regimento do NDE do curso de Relações Internacionais, do campus Santana do Livramento.

4.1.3 Comissão do Curso

Conforme Art. 102 da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 5, de 17 de junho de 2010, que aprova o Regimento Geral da Universidade, “a Comissão de Curso é o órgão que tem por finalidade viabilizar a construção e implementação do Projeto Pedagógico de Curso, as alterações de currículo, a discussão de temas relacionados ao curso, bem como planejar, executar e avaliar as respectivas atividades acadêmicas” (UNIPAMPA, 2010, p.26). É constituída por docentes que atuam ou atuaram em atividades curriculares nos últimos doze meses, representantes dos discentes e técnicos.

Compete à Comissão de Curso:

- a) Propor e disponibilizar, à Coordenação Acadêmica, o Projeto Pedagógico do Curso, bem como o respectivo currículo e suas alterações;
- b) Analisar e integrar as ementas e planos de ensino das componentes curriculares, compatibilizando-os ao Projeto Pedagógico;
- c) Propor formas para articular o ensino, pesquisa e extensão como bases do desenvolvimento da estrutura curricular do curso;
- d) Homologar a oferta de componentes curriculares por semestre, para viabilizar as matrículas;
- e) Articular-se com a Coordenação Acadêmica para a organização dos horários de oferta de componentes curriculares, a cada semestre, e nos dois campi;
- f) Contribuir para a orientação das matrículas dos alunos vinculados ao Curso;
- g) Avaliar a proposta de atividades dos docentes vinculados ao curso antes que estas as consolidem com as demais atividades e a submetam as Coordenações Acadêmicas;

h) Dimensionar as ações pedagógicas à luz da missão da Universidade, das metas do Campus e indicativos fornecidos pela avaliação institucional e pelos sistemas de avaliação do ensino estabelecidos pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura);

i) Planejar e avaliar ações pedagógicas, inclusive aquelas propostas para o aperfeiçoamento do ensino;

j) Promover a identificação e interdisciplinaridade com os demais cursos do campus e da UNIPAMPA.

k) Apresentar e analisar proposta para aquisição de material bibliográfico e de apoio didático pedagógico;

l) Contribuir para a proposição de regras, regulamentos, regimentos inerentes a sua esfera de atuação.

m) Servir como órgão consultivo para as decisões da coordenação pedagógica.

n) Analisar e dar parecer em pedidos de recurso sobre decisões tomadas pelo coordenador pedagógico do curso que representam.

o) Responder às demandas legais que forem de sua competência, tal como a elaboração do processo de reconhecimento do curso.

p) Exercer as demais atribuições que lhe forem previstas no Estatuto e no Regimento da Universidade e no Regimento do Campus Santana do Livramento, ou designadas pela Coordenação Acadêmica, Direção ou Conselho do Campus.

A Comissão de Curso é constituída por docentes que atuam ou atuaram em atividades curriculares nos últimos doze meses, representantes discentes e representante dos Técnicos Administrativos em Educação (TAE), eleitos ou indicados por seus pares. Atualmente, possui a seguinte composição:

- **Representantes docentes:** todos os docentes do Campus que nos últimos 12 meses tenham ministrado componentes curriculares no Curso de Relações Internacionais.
- **Representante dos técnicos administrativos em educação no Curso:**

- Ricardo Gomes de Oliveira

- **Representantes discentes:**
 - Myllena Sawczuk Krejci (titular);
 - Maria Cecília de Miranda Ferreira Gomes de Melo (suplente).

A Comissão reúne-se ordinariamente uma vez por mês, usualmente na penúltima terça-feira do mês, mediante convocação por e-mail do Coordenador do Curso, instruída com informações acerca da pauta de discussão e documentação pertinente, e extraordinariamente quando se faz necessário, por convocação do Coordenador do Curso.

O decidido na Comissão do Curso é registrado em ata, assinada por todos os participantes da reunião, disponibilizada no SEI.

De acordo com o Regimento da UNIPAMPA, existe um fluxo determinado para o encaminhamento das decisões, de acordo com o art. Art. 105 inc. IX, cabe ao Coordenador de Curso “cumprir ou promover a efetivação das decisões da Comissão de Curso”. Desse modo, é o Coordenador do Curso de Relações Internacionais o responsável por implementar as decisões da Comissão de Curso.

Quando for preciso, convocará a uma reunião do Núcleo Docente Estruturante para discutir a melhor estratégia de implementação.

As Atas da Comissão de Curso são arquivadas pela Secretaria da Direção do Campus, digitalizadas e disponibilizadas no site do Curso, em link específico (<http://https://cursos.unipampa.edu.br/cursos/relacoesinternacionais/comissao-do-curso/>) o que permite o acompanhamento por parte da Comunidade Acadêmica aquilo que foi decidido. A avaliação da Comissão do Curso está incluída no âmbito do instrumento de avaliação do Curso, que conta com uma periodicidade determinada. Após a divulgação dos resultados da avaliação, discute-os com a finalidade de promover a implantação de práticas ou ajustes na gestão do Curso.

4.1.4 Corpo docente

A seguir, são apresentados os docentes que atuam no curso, suas formações, componentes curriculares que lecionam, as experiências de exercício no ensino superior, e as experiências profissionais. O perfil dos docentes se enquadra na necessidade de proporcionar ao graduando uma sólida formação geral, humanística, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia própria da área, capacidade de argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos internacionais, aliado a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem, autônoma e dinâmica.

Para isso, o corpo docente analisa os conteúdos dos componentes curriculares, abordando a sua relevância para a atuação profissional e acadêmica do discente, para posterior aprovação dos planos de ensino pela Comissão de Curso. Isto é feito com o intuito de garantir que os conteúdos curriculares sejam capazes de fomentar o raciocínio crítico com base em literatura atualizada e no acesso aos conteúdos de pesquisa de ponta, relacionando-os aos objetivos das disciplinas e ao perfil do egresso. Outra preocupação na análise dos planos de ensino é que as disciplinas incentivem a produção do conhecimento, por meio de grupos de estudo ou de pesquisa e de publicações, bem como a interação entre ensino, pesquisa e extensão.

Como a totalidade do corpo docente trabalha em regime de 40 horas, com dedicação exclusiva, isso permite o atendimento integral da demanda existente, o atendimento aos discentes, a realização de pesquisa e extensão, a participação na Comissão de Curso e outras atividades administrativas, o planejamento didático e a preparação e avaliação de aprendizagem, com registros individuais de atividade docente utilizados no planejamento e gestão para melhoria contínua.

A atuação docente é registrada semestralmente no sistema institucional, quando é especificada a carga horária destinada a atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica, conforme a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA Nº 79/2014 que regulamenta os encargos docentes na Unipampa.

Não obstante o corpo docente tenha dedicação exclusiva, estes docentes tiveram, anteriormente ao ingresso na UNIPAMPA, experiência profissional no mundo do trabalho, o que permite apresentar exemplos contextualizados com relação a problemas práticos, de aplicação da teoria ministrada em diferentes componentes curriculares em relação ao fazer profissional, atualizar-se com relação à interação conteúdo e prática, promover compreensão da aplicação da interdisciplinaridade no contexto acadêmico e analisar as competências previstas no PPC, considerando o conteúdo abordado e a profissão.

A maior parte do corpo docente também possui experiência na docência superior, sejam em instituições privadas e/ou públicas, isso garante a promoção de ações que permitem identificar as dificuldades dos discentes, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, e elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de discentes com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no período, exerce liderança e é reconhecido pela sua produção.

Relação do corpo docente

Docente: Alessandra Troian

- Componentes Curriculares: Formação Econômica do Brasil
- Formação: Graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial (UERGS), Mestrado em Extensão Rural (UFES), doutorado em Desenvolvimento Rural (UFRGS)

Docente: Altacir Bunde

- Componentes Curriculares: Economia Brasileira Contemporânea
- Formação: Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel); Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), campus de Catalão; doutorado em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), da Universidade Federal de Goiás (UFG)

Docente: Anna Carletti.

- Componentes Curriculares: História das Relações Internacionais I; História das Relações Internacionais II; Relações Internacionais da Ásia; Religiões e Relações Internacionais; Italiano Instrumental I; Italiano Instrumental II; Introdução ao Chinês;.
- Formação: Graduação em Línguas e Literaturas Modernas - Endereço Oriental (Università La Sapienza - Roma 1996); Especialização em Língua e Cultura Chinês (ISIAO - Roma - 1996); Master em Didática da Língua Italiana (Università Ca' Foscari Venezia - 2000); Doutora em História / UFRGS 2007; Pós-Doutora em Ciências Políticas / UFRGS 2011.

Docente: Fábio Régio Bento

- Componentes Curriculares: Introdução à Sociologia para as Relações Internacionais; Fronteiras Brasileiras e Relações Internacionais; Relações Internacionais e Religiões; Relações Internacionais da América Central e Caribe.
- Formação: Graduação em Ciências Sociais; Mestrado em Ciências Sociais; Doutorado em Ciências Sociais (Roma, 1996, PUC San Tommaso). Pós-doutorado junto ao NER (Núcleo de Estudos da Religião) da UFRGS (2015); Bacharelado em Teologia; Mestrado em Teologia Moral (Roma, 1992, PUC Lateranense, Alfonsiana)
- Experiências:
 - Ensino Superior: Universidade do Sul de Santa Catarina (1997-2009); Sthudium Theologicum - PUC Curitiba (1997-2004). Universidade Federal do Pampa (2009-hoje)

Docente: Fernando Pedro Meinero

- Componentes Curriculares: Direito Internacional Público; Direito Internacional Privado; Práticas de Comércio Exterior e Legislação Aduaneira.
- Formação: Graduação: Direito (UNL, Argentina, 2003) com Revalidação pela UFPEL; Mestrado: Integração Latino-Americana (UFMS, 2005); Doutorado: Direito (UFRGS, 2016)
- Experiências:
 - Ensino Superior: Faculdade da Serra Gaúcha de Caxias do Sul (2006-2016). Universidade de Caxias do Sul (2015-2016) Universidade Federal do Pampa (2016-hoje).

Docente: Flávio Augusto Lira Nascimento

- Componentes Curriculares: Teoria das Relações Internacionais III; Teoria Política Moderna; Teoria Política Contemporânea; Relações Internacionais da Rússia e da Eurásia; Geopolítica da Energia
- Formação: Graduação em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), 2005. Mestrado em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (Unesp, UNICAMP, PUC-SP), 2008. Doutorado em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo (USP), 2015. Pós-doutorado em Estudos Energéticos pelo Institute for Advanced Sustainability Studies (IASS), 2021.
- Experiências:
 - Ensino Superior: professor substituto no curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), campus de Franca, em 2010

Docente: Jair Pereira Coitinho

- Componentes Curriculares: Introdução ao Direito
- Formação: Doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza - UNIFOR (2018); Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS (2007); Especialista em Direito Processual pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC (1998); Graduado em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM (1996)
- Experiências:
 - Ensino Superior: Centro Universitário da Região da Campanha - URCAMP, Campus São Gabriel (1997-2018); Professor Substituto da UFSM (2003); Universidade Luterana do Brasil - ULBRA, Campus Cachoeira do Sul (2005-2008); Faculdade de Direito de Santa Maria - FADISMA (2008-2014); Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC (2008-2012); Universidade Franciscana - UFN (2012-2014). Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, Campus Santana do Livramento (2019 em diante).

Docente: Kamilla Raquel Rizzi

- Componentes Curriculares: Metodologia científica aplicada às Relações Internacionais; Política Externa Brasileira I; Introdução aos estudos estratégicos e de defesa; Relações Internacionais contemporâneas; TCC II;
- Formação: Licenciada em História/ UFRGS (2003); Mestre em Relações Internacionais / UFRGS (2005); Doutora em Ciência Política / UFRGS (2012);
- Experiências:
 - Ensino Superior: Faculdade Anglo-Americano de Caxias do Sul (2007-2010); FTEc Caxias do Sul (2008-2010); FAPA (2008-2010); Universidade Federal do Pampa (2010-hoje)

Docente: Letícia Britto dos Santos

- Componentes Curriculares: Introdução à Economia para Relações Internacionais, Teoria Econômica, Economia Internacional I e II, Meio Ambiente e Relações Internacionais.
- Formação: Graduação: Relações Internacionais (PUC Minas, 2011); Mestrado: Relações Internacionais (PUC Minas, 2013); Doutorado: Relações Internacionais (PUC Minas, 2018) com período sanduíche na University of Queensland (2016).
- Experiências:
 - Ensino Superior: Universidade Federal de Goiás (2017-2019); PUC Minas (2021) e Universidade Federal do Pampa (2022-hoje).
 - Educação a Distância: Instituto de Educação e Pesquisa - FACIMAB, IEP (2020 - 2021)
 - Profissionais: Consultora na Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO - (2020); Consultora de inteligência no Centro de Tecnologia Relações Internacionais e Segurança - CeTRIS – (2016); Assessora na Diretoria de Gestão de processos no Governo de Minas Gerais (2013 - 2014); Assistente para Major Groups na Conferência das Nações Unidas para Desenvolvimento Sustentável - RIO + 20 - (2012); Atuação na área comercial na Câmara de Comércio e Indústria Brasil China – CCIBC- (2010) e Formuladora de Programas Acadêmicos na Assessoria de Relações Internacionais da PUC MG (2009-2010).

Docente: Lucélia Ivonete Juliani

- Componentes Curriculares: Estatística, Introdução a Economia
- Formação: Graduação em Ciências Econômicas (UNIJUI-RS,2000); Mestrado em Modelagem Matemática (UNIJUI-RS ,2003) Doutora em Energia (UFABC-SP, 2014)
- Experiências:
 - Ensino Superior: Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, UNIJUI, Brasil.(2003-2009);FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MACHADO DE ASSIS, FIMA, Brasil.(2005-2009);Faculdades Oswaldo Cruz, FOC, Brasil.(2011-2012);Faculdade Empresarial de Chapecó, FAEM, Brasil.(2013-2014);Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI, Brasil. SLG (2001-2005) SA (2014-2017); UNIPAMPA (2017-atual)

Docente: Nathaly Silva Xavier Schutz

- Componentes Curriculares: Introdução ao Estudo das Relações Internacionais; Teoria das Relações Internacionais I; Teoria das Relações Internacionais II; Relações Internacionais da África; TCC I.
- Formação: Graduação em Relações Internacionais (UFRGS, 2008); Mestrado em Ciência Política (UFRGS, 2011); Doutorado em Ciência Política (UFRGS, 2014)
- Experiências:
 - Ensino Superior: UNIPAMPA (2012-atual)

Docente: Rafael Balardim

- Componentes Curriculares: PEB II, PEB III, Teoria política Clássica, TCC I e TCC II
- Formação: Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais pela UFRGS (2016), Mestre em Relações Internacionais pela UFRGS (2005) e graduado (licenciatura e bacharelado) em História pela UFRGS (2002).
- Experiências:
 - Ensino Superior: Faculdade Anglo-Americano de Caxias do Sul (2009-2011); Universidade Federal do Pampa (2010-hoje);
 - Ensino Básico: Colégio João Paulo I (2000-2011); Curso Pré-vestibular UNIVERSITÁRIO (2000-2011);

Docente: Rafael Vitória Schmidt

- Componentes Curriculares: Direito Internacional Público; Organizações Internacionais; Relações Internacionais da América do Sul;
- Formação: Graduação: Direito (UFPel, 2005); Mestrado: Integração Latino-Americana (UFSM, 2007). Doutorado: Estudos Estratégicos Internacionais (UFRGS, 2016)
- Experiências:
 - Ensino Superior: Faculdade Atlântico Sul/Ahanguera Educacional (2007-2008); Universidade do Oeste de Santa Catarina (2009-2010); e Universidade Federal do Pampa (2010-hoje)

Docente: Renato José da Costa

- Componentes Curriculares: Geografia Política; Relações Internacionais da América do Norte; Segurança Internacional; Cinema e Soft Power
- Formação: Graduação em Relações Internacionais (Faculdade Santa Marcelina, 2000-2003); Mestrado em História Social (FFLCH-USP, 2004-2006); Doutorado em História Social (FFLCH-USP, 2007-2013); Pós-doutorado em História Social (FFCH-USP, 2017-2018)
- Experiências:
 - Ensino Superior: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (2006-2010); Faculdade Metropolitana de Caieiras (2007-2010); INEP-MEC (2012-2018); UNIPAMPA (2010-atual)

4.2 RECURSOS DE INFRAESTRUTURA

Neste item será demonstrada a infraestrutura disponível ao curso, como espaço de trabalho, biblioteca e laboratórios. Como poderá ser percebido o curso de Relações Internacionais, embora instalado no campus Santana do Livramento, em um prédio com vários pavimentos, conta com rampas de acesso e elevadores, o que possibilita o acesso a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Além disso, o Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA), presente no campus, possibilita a acessibilidade pedagógica e atitudinal, com os seguintes instrumentos:

- 1 Lupa eletrônica;
- 1 Notebook;

- 1 Netbook;
- 1 Leitor de tela NVDA;
- 1 Leitor de tela Jaws;
- 1 Gravador de voz;
- 1 Scanner (OCR);
- 1 Cadeira de rodas elétrica “Ortobrás”;
- 1 Cadeira para obeso;
- 2 Mesas para cadeirantes;
- 1 Fone de ouvido.

Ademais, a infraestrutura disponível é adequada às necessidades do curso de Relações Internacionais.

4.2.1 Espaços de trabalho

A UNIPAMPA Campus Santana do Livramento tem sua estrutura física em um prédio próprio com uma área construída de 4.441,71m², em um terreno de superfície de 5.529,17m². Atualmente está em fase de construção um prédio anexo com 4.300 m². Além disso, conta com um prédio construído de 1.160 m² para utilização como moradia estudantil (Casa João de Barro) e um ginásio de esportes, com uma área construída de 1.283,40m².

A infraestrutura permite atender 750 alunos por turno. Com a conclusão do prédio anexo, a previsão é que a capacidade máxima aumente para 900 discentes por turno.

O campus dispõe de 14 salas de aula com uma área média de 57m². Estão equipadas com 45 classes escolares ou mesas e cadeiras em média, quadro branco ou de giz, aparelho de ar-condicionado, projetor multimídia e caixas de som. Todas as salas de aula são cobertas por rede wireless.

A sala de videoconferência tem computadores, televisão para as transmissões e quadro branco. Esta sala tem uma área total de 37,56m².

O auditório está localizado no terceiro andar do prédio e com capacidade para 170 pessoas, com uma área de 257,69m². Possui projetor multimídia, tela de projeção, aparelho

de sonorização, bem como microfones com e sem fios, aparelhos de climatização. Ainda conta com palco de uma área de 46,95m².

O ginásio de esportes com uma área construída de 1.283,40m².

A biblioteca conta com uma área de 195,15m².

Três laboratórios de informática que contam com uma área total de 265,11m².

As salas de docentes estão distribuídas principalmente no terceiro pavimento do prédio, e são equipadas com mesas individuais, cadeira tipo presidente espaldar alto, ar-condicionado split e armários com chave, com área média de 11m². Ao todo são 20 salas para cada dois ou três docentes num total de 59 vagas. Além desses, existem os seguintes espaços:

1 Sala coordenação Acadêmica;

1 Cozinha;

1 Sala coordenação Administrativa;

1 Sala do setor de tecnologia da informação;

1 Setor do Núcleo de Prática Jurídica (com diversos gabinetes e salas para atendimento ao público com assistência jurídica).

1 Sala Núcleo de Desenvolvimento Estudantil;

1 Sala de estudos dos mestrandos;

1 Sala da Secretaria Acadêmica;

1 Sala de manutenção;

1 Sala da Direção;

1 Sala de almoxarifado;

1 Sala secretaria da direção;

2 Salas de diretórios acadêmicos;

1 Moradia Estudantil;

- 1 Sala de Coordenação;
- 1 Sala da Empresa Junior;
- 1 Sala núcleo de inclusão e acessibilidade / atendimento da Moradia estudantil;
- 1 Laboratório de estudos para bolsistas;
- 1 Sala diretoria de assuntos interinstitucionais e internacionais;
- 1 Sala da Pró-Reitoria de Graduação.

Cabe ressaltar que todos os equipamentos de que o Campus dispõe são da UNIPAMPA. O campus possui mais de 4.000 itens descritos como patrimônio.

Foram necessárias alterações no prédio visando acessibilidade, por ser patrimônio antigo, para minimizar as dificuldades. Foram reformadas as alas I e II, no subsolo, buscando atender algumas necessidades apontadas tais como o aumento do número de salas de aula e adequação com rampas de acesso e sanitários para atender aos alunos com necessidades especiais, conforme Normas Técnicas ABNT NBR 9050 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos).

Atualmente, para disponibilizar o acesso aos andares superiores há uma cadeira de rodas especial para transposição de escadas chamada “Stair Trac” que atenderá as demandas até que o novo prédio seja concluído. O prédio anexo terá uma circulação vertical (escada e elevador) atendendo totalmente o prédio novo e o antigo. Assim, o conjunto institucional será acessível na sua totalidade.

As salas de docentes estão distribuídas no terceiro pavimento do prédio, e são equipadas com mesas individuais, cadeira tipo presidente espaldar alto, ar condicionado split e armários com chave. Cada uma com área média de 11m². Ao todo são 20 salas para cada dois ou três docentes num total de 59 vagas. Os espaços de trabalho para docentes, tanto dos que trabalham sob regime de dedicação exclusiva como os contratados a tempo parcial são ambientes que possuem recursos tecnológicos de informação e comunicação, a saber:

a) Computadores individualizados que são logados por senha fornecida e controlada pela instituição. São computadores com atualização regular de softwares gerenciados por uma equipe de Tecnologia de Informação: a-Diretoria de Tecnologia da Informação e da Comunicação (DTIC). Os computadores são interligados na rede institucional com acessibilidade para pesquisa e comunicação interna e externa à internet e sistemas intranet. São conectados às impressoras em rede que permitem escaneamentos para pastas de acesso próprio para os docentes, impressões e permissão de acesso aos aplicativos relacionados ao ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica. Atualmente são representados pelo Sistema de Informações do Ensino (SIE); pela Gestão Unificada de Recursos Institucionais (GURI) e pelo Sistema Integrado de Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão (SIPPEE), que está sendo migrado para o Sistema Acadêmico de Projetos (SAP);

b) Salas privativas, em sua maioria ocupadas por dois docentes que se organizam por intermédio de agendamentos para o atendimento aos discentes e orientandos quando da necessidade de serem encontros presenciais.

c) Mobiliário composto por mesas e cadeiras ergonômicas; armários com chaves para guarda de bibliografias documentos e materiais necessários para as atividades com privacidade preservada.

d) Espaços específicos que contam com laboratórios de informática, salas de reunião privadas, auditório e sala especial para videoconferência, no âmbito do campus, agendadas a partir do sistema de gerenciamento de reserva de salas. Neste quesito a Universidade dispõe de ambientes suficientes para as necessidades educacionais e de gestão atinentes ao curso. Ressalta-se que está em conclusão de um prédio anexo para ocupação de diversos setores o que ampliará ainda mais a infraestrutura propiciando maior excelência para as atividades.

O Coordenador do Curso de Relações Internacionais possui uma sala compartilhada com outros dois professores, com 3 mesas amplas e 5 cadeiras ergonômicas, três computadores (CPU, monitor, teclado e mouse), com acesso à internet e telefone. A impressora está situada no mesmo andar. A sala possui armários com chave A sala é arejada e iluminada tanto natural quanto artificialmente). Há ar-condicionado frio/calor. O espaço é adequado para atendimento tanto individual como em grupos, permitindo que o aluno tenha

resguardada a sua privacidade. Apesar da sala ser compartilhada com outros dois professores do Curso, os horários de atendimento não coincidem com os horários de trabalho dos outros professores, o que permite guardar privacidade acerca de qualquer assunto a ser tratado.

4.2.2 Biblioteca

A Biblioteca Campus Santana do Livramento conta com uma área de 195,15m². Tem um horário de atendimento de segunda a sexta-feira: das 8:00 às 21:00. Conta com 5 funcionários, sendo 3 bibliotecários e 2 técnicos administrativos.

Está equipada com 5 computadores para uso do público, 4 com acesso livre e um exclusivo para consulta ao catálogo. Conta com 2 mesas para estudo.

Em 27/11/2018 foram contabilizados 17652 itens entre livros, CDs, DVDs e TCCs. O acervo físico da biblioteca está catalogado e tem indexação, podendo os discentes fazer a consulta online pelo site da biblioteca da universidade.

O campus de Santana do Livramento da UNIPAMPA, tem portais de dados de livre acesso, denominado SISBI – Sistema de Bibliotecas da UNIPAMPA.

Esse sistema disponibiliza o acesso imediato à produção científica mundial atualizada por meio do serviço oferecido pela CAPES, trata-se do Portal Periódicos CAPES que garante aos discentes e docentes o acesso a textos completos de artigos selecionados de mais de 15.475 revistas internacionais, nacionais e estrangeiras, e 126 bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento. Abarca além disso uma seleção de importantes fontes de informação acadêmica com acesso gratuito na internet.

O uso do Portal Periódicos CAPES é livre e gratuito a partir de qualquer terminal ligado à internet localizado nas instituições de ensino ou por elas autorizado.

Há também o Repositório Institucional da UNIPAMPA, que concentra os Trabalhos de conclusão de curso, as dissertações e teses, os trabalhos acadêmicos e técnicos, bem como outras produções científicas elaboradas por docentes e discentes das mais variadas áreas do

conhecimento que a UNIPAMPA oferece nos cursos de graduação e pós-graduação *latu sensu* e *stricto sensu*.

Além disso, constam também a Base de Dados de Livre Acesso e a Plataforma Minha Biblioteca, concentrando em espaço os links de vários acervos digitais nacionais e internacionais, com acesso livre e gratuito, onde consta endereços que fornecem além de biblioteca online de livros, teses e dissertações digitais, periódicos, artigos e produções científicas, além de ferramentas que permitem encontrar a informação científica, acadêmica e multidisciplinar da área de interesse do discente e do docente, facilitando a pesquisa e a produção do conhecimento. [NLB1]

A título de exemplos, cita-se: Biblioteca Digital da Unicamp, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – IBICT (Teses Eletrônicas), Directory of Open Access Journals – (Periódicos), Scielo, Sirius, Biblioteca Digital do Supremo Tribunal Federal, Internet Law Library, Latindex, entre outras.

A Universidade conta com um sistema de empréstimo interbibliotecas com outros campus da mesma.

O acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço.

4.2.3 Laboratórios

A Resolução CONSUNI/UNIPAMPA N° 343, de 30 de junho de 2022 aprova o Regimento do Sistema de Laboratórios da Unipampa. Segundo o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação, os laboratórios são “ambientes e/ou espaços onde se desenvolvem atividades pedagógicas de integração entre teoria e prática”, podendo ser laboratórios didáticos de formação básica (para aquisição de conhecimentos gerais) e laboratórios didáticos de formação específica (para desenvolvimento de conhecimentos e habilidades específicos do curso conforme o perfil de egresso).

O campus de Santana do Livramento dispõe de três laboratórios de informática que perfazem uma área total de 265,11m², possuem quadros brancos, aparelhos de climatização, 88 computadores com processador Intel Core 2, kits multimídia e projetores, e estão sob o controle da Coordenação Acadêmica, a qual conta com o Setor de Tecnologia de Informação e Comunicação – STIC para a manutenção. O curso de Relações Internacionais utiliza estes laboratórios para atividades e projetos de ensino, pesquisa e extensão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.640**, de 11 de janeiro de 2008: institui a Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11640.htm>. Acesso em: 10 set. 2019.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 4, de 4 de outubro 2017**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Relações Internacionais, bacharelado, e dá outras providências. Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN42017.pdf?query=FORMA%C3%87%C3%83O>. Acesso em: 10 set. 2022.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Coordenação Geral de Avaliação de Cursos de Graduação e Instituições de Ensino Superior. **Documento orientador das comissões de avaliação in loco para instituições de educação superior com enfoque em acessibilidade**. Brasília, 2016. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/documentos_orientadores/2016/documento_orientador_em_acessibilidade_avaliacao_institucional.pdf>. Acesso em 12 fev. 2021.

CAST. **Desenho Universal para Aprendizagem**. Disponível em: <<https://www.cast.org/impact/universal-design-for-learning-udl>>. Acesso em 12 fev. 2021.

INEP. **Glossário dos Instrumentos de Avaliação Externa**. Disponível em: <<http://inep.gov.br/web/guest/educacao-superior/avaliacao-dos-cursos-de-graduacao/glossario>>. Acesso em 22 set. 2021.

_____. **Instrumentos de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância**. Disponível em: <<http://inep.gov.br/instrumentos>>. Acesso em 22 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Resolução CONSUNI nº 5**, de 17 de junho de 2010: aprova o Regimento Geral da Universidade. Disponível em: <<https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2017/12/3-regimento-geral-nova-versao.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2019.

_____. **Resolução CONSUNI nº 29**, de 28 de abril de 2011: aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/08/res--29_2011-normas-basicas-de-graduacao-alterada-pela-res--249.pdf>. Acesso em: 04 set. 2019.

_____. **Resolução CONSUNI nº 97**, de 19 de março de 2015: institui o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e estabelecer suas normas de funcionamento. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2010/06/res--97_2015-nde1.pdf>. Acesso em 10 set. 2019.

_____. **Resolução CONSUNI nº 253**, de 12 de setembro de 2019. Aprova a Estrutura Organizacional e as Normas para Atividades e Organização do Calendário Acadêmico da Unipampa. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/09/resolucao-no-253_2019-atividades-academicas-de-graduacao.pdf>. Acesso em 10 fev. 2021.

_____. **Resolução CONSUNI nº 239**, de 25 de abril de 2019. Aprova o Regimento do Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE) da Universidade Federal do Pampa. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/04/res-239_2019-regimento-nude.pdf> Acesso em: 19 nov. 2021.

_____. **Resolução CONSUNI nº 240**, de 25 de abril de 2019. Fixa o tempo máximo de integralização dos cursos de graduação da Universidade Federal do Pampa. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/04/res-240_2019-tempo-maximo-integralizacao.pdf. Acesso em: 16 dez. 2021.

_____. **Resolução CONSUNI nº 260**, de 11 de novembro de 2019. Aprova as normas para ingresso no ensino de graduação na Unipampa. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/11/res--260_2019-normas-ingresso_no_ensino_de_graduacao.pdf>. Acesso em 10 fev. 2021.

_____. **Resolução CONSUNI nº 294**, de 3 de novembro de 2020. Regulamenta o Acompanhamento de Egressos da Universidade Federal do Pampa UNIPAMPA. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2020/12/res--294_2020-acompanhamento-de-egressos-certo.pdf. Acesso em: 16 dez. 2021.

Resolução CONSUNI nº 328, de 04 de novembro de 2021—Aprova as Diretrizes para Acessibilidade no âmbito do Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação e para a instituição de Percursos Formativos Flexíveis para discentes com deficiência no âmbito da Universidade Federal do Pampa. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2021/11/res-328_2021-diretrizes-acessibilidade.pdf> Acesso em: 1º dez.2021.

_____. **Resolução CONSUNI nº 329**, de 04 de novembro de 2021 – Aprova as Normas para os Estágios destinados a discentes de cursos de graduação, presenciais ou a distância, vinculados à Universidade Federal do Pampa e para estágios cuja unidade concedente Unipampa. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2021/11/res-329_2021-nova-norma-estagios.pdf> Acesso em: 19 nov.2021.

_____. **Resolução CONSUNI nº 317**, de 29 de abril de 2021. Regulamenta a inserção das atividades de extensão nos cursos de graduação, presencial e a distância, da UNIPAMPA. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2021/05/res--317_2021-politica-de-extensao.pdf. Acesso em: 16 dez. 2021.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023**. Bagé: UNIPAMPA, 2019. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/07/res--246_2019-pdi-2019-2023.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.** Papirus, 2003.

APÊNDICE A

**NORMA REGULAMENTAR DO
PROJETO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC I) E DO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC II) DO CURSO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNIPAMPA – CAMPUS SANT’ANA
DO LIVRAMENTO.**

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1 – O presente regulamento visa normatizar as atividades relacionadas a Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) de Graduação – Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), indispensável para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Art. 2 – O TCC consiste em dois componentes curriculares obrigatórios a serem realizados na forma de Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC I) e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC II), ou seja, trabalho de pesquisa individual, sob orientação docente, envolvendo obrigatoriamente temas de abrangência da área de Relações Internacionais, vinculados aos componentes curriculares presentes no PPC do curso de Relações Internacionais

Art. 3 – Os objetivos gerais do TCC são os de propiciar aos discentes a ocasião de demonstrar o grau de habilitação adquirido, o aprofundamento temático, o estímulo à produção científica, à consulta de referências bibliográficas especializadas e o aprimoramento da

capacidade de interpretação crítica na área de Relações Internacionais, bem como apreensão, compreensão e domínio de conteúdo

CAPÍTULO II
DOS PRÉ-REQUISITOS DOS COMPONENTES
CURRICULARES DE TCC I e TCC II

Art. 4 – Poderá matricular-se no componente curricular de TCC I (referente ao Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso), o discente que tiver concluído os seguintes componentes curriculares, com aprovação: História Econômica, Política e Social Geral (SL0002), Geografia política (SL0004), Direito Internacional Público (SL0008), Teoria Política Moderna e Contemporânea (SL0009), História das Relações Internacionais II (SL0010), Metodologia Científica (33601), , Economia Brasileira Contemporânea (SL0014), Teoria das Relações Internacionais II (SL0017), Organismos internacionais (SL0026), Política Externa Brasileira II (SL0019), Relações internacionais da América Latina (SL0020), Economia internacional I (SL0024).

Parágrafo Primeiro – O não cumprimento desse requisito constitui motivo para impedimento de matrícula ou cancelamento da matrícula no respectivo componente curricular.

Parágrafo Segundo – A aprovação no componente curricular de TCC I (Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso) constitui-se em pré-requisito para cursar o componente curricular de TCC II (Trabalho de Conclusão de Curso).

Art. 5º – A matrícula no componente curricular de TCC II (Trabalho de Conclusão de Curso II) atribui ao discente o direito de escrever e defender seu trabalho, com a concordância do orientador (salvo o previsto no Art. 21), conforme calendário estabelecido semestralmente pelos docentes do respectivo componente curricular.

CAPÍTULO III

DO COMPONENTE CURRICULAR TCC I

Art. 6 – O objetivo do componente curricular é elaborar o projeto de pesquisa e um capítulo previsto no sumário provisório, em acordo com o(a) docente orientador(a), voltado para o estudo obrigatório de uma problemática relacionada às Relações Internacionais, devidamente justificada a relação com o curso de graduação e com a anuência do(s) docente(s) do componente curricular.

Parágrafo Primeiro – O componente curricular TCC I será ofertado presencialmente, com carga de 90 horas-aula, sempre sob a responsabilidade de um ou dois docentes de Relações Internacionais. A escolha do docente orientador do TCC partirá da área de interesse a ser pesquisada pelo discente, com apoio dos docentes de TCC I, de acordo com as áreas de pesquisa e atuação de cada docente. O Coordenador do curso, junto com o provável orientador e os docentes de TCC I, definirão quais as orientações, mediante Termo de Compromisso de Orientação.

Parágrafo Segundo – Cada docente poderá ter um número máximo de cinco (5) orientandos em TCC I e TCC II.

Parágrafo Terceiro – O docente orientador deve ser lotado na UNIPAMPA. Há a possibilidade de um docente de outra instituição de ensino ser co-orientador do TCC, desde que devidamente preenchido o Termo de Vínculo de orientação.

Art. 7 – O discente deve elaborar seu Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso de acordo com este Regulamento e com as recomendações do docente orientador.

Parágrafo único. A estrutura formal do Projeto deve seguir os critérios técnicos estabelecidos nas normas da ABNT sobre documentação.

Art. 8 – A estrutura básica do Projeto de Trabalho de Conclusão compõe-se de:

- I. Sumário
- II. Apresentação (título, autor, orientador, previsão de duração da pesquisa)
- III. Objeto (tema, delimitação do tema, problema de pesquisa, hipóteses)
- IV. Justificativa
- V. Objetivos: Gerais e Específicos
- VI. Embasamento Teórico
- VII. Metodologia
- VIII. Sumário Provisório
- IX. Cronograma de atividades
- X. Referências Bibliográficas

Art. 9 - O Projeto de Trabalho de Conclusão do Curso e o capítulo, conforme art. 6, devem ser entregues aos docentes de TCC I, assinados pelo orientando e pelo orientador responsável, em data a ser especificada no Plano de Ensino do componente curricular. Deve ser entregue também o Termo de Vínculo de Orientação de TCC II devidamente assinado.

Art. 10 - A avaliação do TCC I será feita pelo(s) docente(s) do componente curricular, pelo docente orientador e por um docente avaliador, sendo seis (6,0) a nota mínima para aprovação.

Parágrafo Primeiro – A nota final será composta da soma das notas obtidas na avaliação do projeto de TCC e na avaliação do capítulo entregue.

Parágrafo Segundo – A avaliação do projeto de TCC será feita pelo(s) docente(s) do componente curricular, totalizando cinquenta por cento (50%) da nota final do componente curricular.

Parágrafo Terceiro – A avaliação do capítulo entregue será feita por meio de pareceres, do docente orientador e de um docente avaliador, designado pelos docentes do componente

curricular e pelo orientador, de acordo com as áreas de pesquisa e atuação de cada docente. A nota será obtida através da média aritmética das notas atribuídas pelo orientador e pelo docente avaliador, totalizando cinquenta por cento (50%) da nota final do componente curricular.

Parágrafo Quarto – O(s) docente(s) do componente curricular TCC I poderão elaborar uma ficha de avaliação padrão, contendo os requisitos constantes da avaliação.

CAPÍTULO IV

DO COMPONENTE CURRICULAR TCC II

Art. 11 – O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC II) deve ser elaborado considerando-se:

- na sua estrutura formal, os critérios técnicos estabelecidos nas normas da ABNT.
- no seu conteúdo, finalidades estabelecidas no artigo 6º deste Regulamento e vinculação obrigatória do seu tema com um dos ramos do conhecimento na área de Relações Internacionais.

Art. 12 – Para a matrícula no componente curricular TCC II (Trabalho de Conclusão de Curso), o discente deverá ter obtido aprovação no componente curricular TCC I (Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso).

Art. 13 – Ao iniciar o componente curricular TCC II, o discente deverá ter o Termo de Vínculo de Orientação assinado desde o final do componente TCC I.

Art. 14 – A rotina de trabalhos e orientações será definida pelo docente orientador e discente.

Parágrafo único – O discente deverá entregar aos docentes do componente curricular TCC II, em data ser especificada, 3 (três) cópias encadernadas em espiral da versão definitiva do

Trabalho de Conclusão de Curso. A entrega deverá ser acompanhada da expressão “apto para a defesa”, e assinatura do docente orientador.

Art. 15 – A estrutura do Trabalho de Conclusão de Curso compõe-se de:

- I. Capa
- II. Folha de rosto
- III. Termo ou folha de aprovação
- IV. Dedicatórias (opcional)
- V. Agradecimentos
- VI. Epígrafe (opcional)
- VII. Lista de ilustrações (quando for o caso)
- VIII. Lista de tabelas (quando for o caso)
- IX. Lista de abreviaturas ou siglas (quando for o caso)
- X. Lista de símbolos (quando for o caso)
- XI. Sumário;
- XII. Introdução;
- XIII. Desenvolvimento do trabalho (capítulos);
- XIV. Considerações Finais;
- XV. Referências;
- XVI. Glossário (quando for o caso)
- XVII. Apêndices (quando for o caso)
- XVIII. Anexos (quando for o caso)
- XIX. Índices (quando for o caso)

Parágrafo Primeiro – O Trabalho de Conclusão de Curso deve possuir no mínimo 80 páginas (oitenta) e no máximo 110 (cento e dez) páginas ao total, dentro das normas da ABNT.

Parágrafo Segundo – O Trabalho de Conclusão de Curso que extrapolar o limite máximo estabelecido no parágrafo anterior, para a apresentação, deve obter a aprovação dos docentes do componente curricular, ouvido antes o docente orientador.

CAPÍTULO V

DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO E SUA BANCA EXAMINADORA

Art. 16 – O sistema de verificação do rendimento acadêmico do discente do componente curricular (nota final) de TCC II será constituído pela média ponderada das avaliações feitas por cada um dos membros da banca examinadora.

Parágrafo único – A nota dada pelo orientador terá peso 4 na nota final e peso 3 para os demais membros da banca (4,0+ 3,0+ 3,0=10,0).

Art. 17 – As sessões de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso serão públicas e poderão ser gravadas em áudio e/ou vídeo para fins de registro institucional Parágrafo único – Não é permitido aos membros das bancas examinadoras tornarem públicos os conteúdos dos trabalhos antes de suas defesas.

Art. 18 – Cabe aos docentes de TCC II autorizar e designar as Bancas Examinadoras, ouvindo as sugestões dos docentes orientadores e do Coordenador do Curso, de acordo com as áreas de pesquisa e atuação dos docentes.

Parágrafo único – Os docentes de TCC II serão os responsáveis pela coordenação dos trâmites, como elaboração de calendários de bancas e finalizações do componente curricular.

Art. 19 – Ao término da data limite para entrega das cópias do Trabalho de Conclusão de Curso, os docentes do componente curricular deverão divulgar publicamente a composição das bancas examinadoras, o local (salas) e o horário destinados à realização das defesas.

Parágrafo Primeiro – Quando o Trabalho de Conclusão de Curso não for entregue no prazo estabelecido, caberá aos docentes do componente curricular analisarem a relevância ou não do motivo apresentado pelo discente.

Parágrafo Segundo – Comprovada a existência de justo motivo pelos docentes do componente curricular e com o consentimento do docente orientador, poderá ser estabelecida data específica para a defesa no mesmo semestre letivo.

Art. 20 – Na defesa, o discente terá até 20 (vinte) minutos, prorrogáveis por mais 5 (cinco) minutos a critério da banca examinadora, para apresentar seu trabalho. Cada membro da banca examinadora terá até 15 (quinze) minutos para fazer sua arguição, dispondo ainda o discente de outros 10 (dez) minutos para responder a cada um dos examinadores.

Art. 21 – A atribuição das notas dar-se-á após o encerramento da etapa de arguição, obedecendo ao sistema de notas individuais por examinador, levando em consideração o texto escrito, a sua exposição oral e a defesa na arguição pela banca examinadora.

Parágrafo Primeiro – Utilizam-se, para a atribuição das notas, fichas de avaliação individuais, elaboradas pelos docentes do componente curricular, onde o avaliador põe suas notas para cada item a ser considerado.

Parágrafo Segundo – A nota final do discente é o resultado da média aritmética das notas atribuídas pelos membros da comissão examinadora, conforme ponderação constante no Parágrafo Primeiro do Artigo 16.

Parágrafo Terceiro – Será considerado aprovado em TCC II, o discente que obtiver média final igual ou superior a 6,0 (seis).

Parágrafo Quarto – Para os discentes que obtiverem nota inferior a 6,0 (seis), não haverá recuperação de nota, isto é, o discente que não obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis) estará reprovado e deverá cursar novamente o componente curricular de TCC II.

Parágrafo Quinto – Em caso de comprovação de plágio pela banca examinadora antes da defesa pública, o discente será reprovado automaticamente, sem possibilidade de fazer a apresentação de seu Trabalho de Conclusão de Curso.

Art. 22 – A banca examinadora, por maioria, após a defesa oral, pode sugerir ao discente que reformule aspectos de seu Trabalho de Conclusão de Curso.

Parágrafo único – O prazo para apresentar as alterações sugeridas será definido pela banca.

Art. 23 – O discente que não entregar o Trabalho de Conclusão de Curso, ou que não se apresentar para a sua defesa oral, sem motivo justificado na forma da legislação em vigor, estará automaticamente reprovado no componente curricular TCC II.

Art. 24 – Em caso de reprovação por nota, o discente poderá recorrer à Comissão do Curso de Relações Internacionais, no prazo de 48 horas, contados da data de publicação do resultado.

Parágrafo Primeiro – Caso o recurso do discente seja aceito pela Comissão do Curso de Relações Internacionais, será constituída uma comissão revisora da avaliação, composta por três docentes distintos dos componentes da banca examinadora e, preferencialmente, da área de concentração do trabalho.

Parágrafo Segundo – É facultativo à comissão revisora solicitar ao discente uma nova defesa pública do trabalho.

Parágrafo Terceiro – A comissão revisora terá cinco (5) dias úteis para apresentar julgamento da revisão da nota.

Parágrafo Quarto – Se reprovado, fica a critério do discente continuar ou não com o mesmo tema do TCC I e com o mesmo orientador.

Parágrafo Quinto – Optando por mudança de tema, e quando da matrícula em TCC II, deverá o discente apresentar o novo projeto de TCC ao docente do componente curricular de TCC II e à Coordenação de Curso. Essa mudança de tema só será permitida mediante a elaboração de um novo Projeto e o preenchimento dos seguintes requisitos:

- ocorrer a mudança dentro de um prazo não superior a 15 (quinze) dias úteis, contados da data de início do período letivo;

- haver a aprovação do docente orientador, expressa por memorando à Coordenação de Curso, que consultará a possibilidade junto aos docentes do Componente Curricular de TCC II;

- existir a concordância do docente orientador em continuar com a orientação, ou a concordância expressa de outro docente em substituí-lo.

Parágrafo Sexto – Pequenas mudanças que não comprometam as linhas básicas do Projeto são permitidas a qualquer tempo, desde que com anuência do orientador.

Parágrafo Sétimo – Caso a reprovação no componente TCC II tenha ocorrido por plágio, o discente não poderá entrar com recurso.

Art. 25 – Ao discente cujo Trabalho de Curso tenha sido reprovado, é vedada a defesa do mesmo ou de novo Trabalho, qualquer que seja a alegação, no semestre da reprovação.

Art. 26 – A avaliação final dos discentes de TCC II será lançada no sistema GURI– Portal do Professor, ao final do semestre letivo.

Parágrafo Primeiro – A banca pode ter em sua constituição um membro que não seja docente, escolhido entre os servidores com nível superior, da UNIPAMPA ou de instituições de ensino superior.

Parágrafo Segundo – Quando da designação da banca examinadora deve também ser indicado um membro suplente, encarregado de substituir qualquer dos titulares em caso de impedimento.

Art. 28 – A comissão examinadora somente pode executar seus trabalhos com 3 (três) membros presentes, sendo a presença do orientador obrigatória.

Parágrafo único – Não comparecendo algum dos docentes designados para a banca examinadora, o docente do componente curricular deve comunicar, por escrito, ao Coordenador do Curso de Relações Internacionais.

Art. 29 – Todos os docentes do Curso de Relações Internacionais da UNIPAMPA podem ser convocados para serem orientadores de Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC I) e de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC II), bem como para participar das bancas examinadoras.

Parágrafo único – Deve, sempre que possível, ser mantida a equidade no número de indicações de cada docente para compor as bancas examinadoras, procurando ainda evitar-se a designação de qualquer docente para um número superior a 6 (seis) bancas examinadoras por semestre.

CAPÍTULO VI

DO PRÊMIO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DESTAQUE

Art. 30 – O Prêmio “TCC Destaque” tem por objetivo reconhecer aquele Trabalho de Conclusão de Curso que se destacou pela originalidade, análise crítica e profundidade teórica.

Parágrafo único – É vedada a concessão do prêmio ao discente que reprovou nos componentes curriculares de TCC I e/ou TCC II.

Art. 31 – O TCC a ser premiado será definido por uma comissão avaliadora de, no mínimo, cinco (5) docentes lotados no Campus Santana do Livramento da Unipampa, indicados pela Coordenação do Curso.

Parágrafo único – São membros natos dessa comissão os docentes dos componentes curriculares de TCC I e TCC II.

Art. 32 – Estão aptos a concorrer ao prêmio todos os TCC aprovados no semestre em questão com nota final dez (10), respeitadas as exigências do Art. 30 desta norma.

CAPÍTULO VII

DA FREQUÊNCIA NOS COMPONENTES CURRICULARES TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I E TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

Art. 33 – A frequência mínima nos componentes curriculares de TCC I e TCC II será de 75% relativamente às orientações com os docentes dos respectivos componentes, de acordo com o cronograma de horário estabelecido e atividades solicitadas.

Art. 34 – De forma alguma os componentes curriculares de Trabalho de Conclusão de Curso I e Trabalho de Conclusão de Curso II poderão ser cursadas no mesmo período.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 35 – Os casos de plágio comprovado em TCC I ou TCC II incorrerão em reprovação imediata do acadêmico, sendo passíveis de punições e processo interno, dependendo do nível apresentado.

Art. 36 – Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente regimento serão solucionados pelos docentes dos componentes curriculares, Coordenador do Curso e pela Comissão do Curso de Relações Internacionais.

Art. 37 – Estas normas entram em vigor na data da sua aprovação pela Comissão do Curso de Relações Internacionais.

Sant'Ana do Livramento, 1º de março de 2018.

(Aprovação pela Comissão Local de Ensino)

Sant'Ana do Livramento, 7º de março de 2018.

(Aprovação pelo Conselho do Campus)

APÊNDICE B

INSTRUÇÃO NORMATIVA PARA QUEBRA DE PRÉ-REQUISITOS NO CURSO DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O Núcleo Docente Estruturante e a Comissão do Curso Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa RESOLVEM:

INSTITUIR a seguinte INSTRUÇÃO NORMATIVA PARA CONCESSÃO DE QUEBRA DE PRÉ-REQUISITO referente à matriz curricular do Curso Bacharelado em Relações Internacionais.

CAPÍTULO I – DOS OBJETIVOS E DEFINIÇÕES

Art. 1º – Esta Instrução Normativa regula os procedimentos de apresentação, recebimento e análise das solicitações de quebra de pré-requisitos referentes à matriz curricular do Curso Bacharelado em Relações Internacionais.

Art. 2º – Para efeito do que dispõe esta Instrução Normativa, serão consideradas as seguintes definições:

I. Pré-requisito: componente curricular, cujo cumprimento é exigência para matrícula em outro(s) componente(s) curricular(es) a que se vinculam, conforme estabelece a matriz curricular do curso.

II. Formulário de solicitação de quebra de pré-requisito: documento disponibilizado pela Secretaria Acadêmica, no qual são apresentados os dados do acadêmico, relação de componentes curriculares para os quais se solicita a quebra de pré-requisito e a justificativa, elaborada pelo acadêmico, para esta solicitação.

CAPÍTULO II – DA ANÁLISE DAS SOLICITAÇÕES

Art. 3º – As solicitações de quebra de pré-requisito deverão ser entregues à Secretaria Acadêmica, em formulário próprio, juntamente com o histórico escolar, exclusivamente durante o período definido no Calendário Acadêmico da UNIPAMPA, para o Ajuste Presencial de matrícula.

Parágrafo único: Em caso de falta da documentação exigida no caput ou a falta de justificativa, a solicitação será automaticamente indeferida.

Art. 4º – As solicitações de quebra de pré-requisito serão analisadas de ofício pela Coordenação do curso Bacharelado em Relações Internacionais, autorizada previamente pela Comissão de curso, a partir da presente Instrução Normativa.

Art. 5º – O deferimento ou indeferimento das solicitações será realizado pelo Coordenador do Curso ou seu substituto.

Art. 6º – Os únicos componentes curriculares que poderão ter quebra de pré-requisitos deferida serão SL4410 -TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I (TCC I), do 7º semestre e SL4412 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II (TCC II), do 8º semestre, se o pedido estiver contido em uma das condições que seguem:

I. O acadêmico solicita a quebra de pré-requisito de apenas um componente curricular do 5º semestre, cursando-o obrigatoriamente concomitante com TCC I.

II. Ou o acadêmico solicita a quebra de pré-requisito de apenas um componente curricular do 6º semestre, cursando-o obrigatoriamente concomitante com TCC II.

Art. 7º – O acadêmico que apresentar reprovação por frequência anterior no pré-requisito do componente curricular para o qual está solicitando a quebra terão sua solicitação indeferida.

Art. 8º – A quebra de pré-requisito somente será concedida uma única vez para o mesmo componente curricular.

Art. 9º – As solicitações deferidas serão autorizadas diretamente na Secretaria Acadêmica e lançadas no sistema.

CAPÍTULO III – DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10º – No prazo de dois anos, a contar da data da aprovação desta Normativa pela Comissão de Curso, a coordenação do curso avaliará o resultado dessas quebras de pré-requisitos de forma quanti e qualitativa, quanto ao rendimento e aprovação dos acadêmicos.

Art. 11º – A presente Instrução Normativa entra em vigor a partir de sua aprovação na Comissão de Curso.

Sant’Ana do Livramento, 22 de julho de 2020.

Núcleo Docente Estruturante e Comissão do Curso

Bacharelado em Relações Internacionais

Universidade Federal do Pampa.

APÊNDICE C**REGIMENTO RELATIVO A ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO****REGULAMENTO PARA INSERÇÃO CURRICULAR DA EXTENSÃO DO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS****TÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º O presente Regulamento tem por finalidade normatizar o aproveitamento e a validação das Atividades Complementares de Extensão (ACEs) que compõem o currículo pleno do Curso de Graduação em Relações Internacionais, sendo o seu integral cumprimento indispensável para a colação de grau e o recebimento do Diploma de Graduação em Relações Internacionais.

Art. 2º Os objetivos principais das ACEs são:

- I - Contribuir para a formação interdisciplinar, cidadã, crítica e responsável do(a) discente;
- II - Aprimorar a formação acadêmica, nos cursos de graduação, por meio da realização de práticas extensionistas e do fortalecimento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- III - Fortalecer o compromisso social da UNIPAMPA;
- IV - Estimular a integração e o diálogo construtivo e transformador com todos os setores da sociedade;
- V - Desenvolver ações que fortaleçam os princípios éticos e o compromisso social da UNIPAMPA em todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em

consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, inclusão e acessibilidade, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;

VI - Incentivar a comunidade acadêmica a atuar na promoção do desenvolvimento humano, econômico, social e cultural.

Art. 3º As Atividades Curriculares de Extensão (ACEs) fazem parte dos Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC) de Direito com 320 (trezentas e vinte) horas, o que corresponde a 10% (dez por cento) das 3.200 (três mil e duzentas) horas de carga horária total do curso.

TÍTULO II

DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

Art. 4º São consideradas atividades de extensão as ações que promovam a interação da comunidade acadêmica da UNIPAMPA com a comunidade externa e que estejam vinculadas à formação do(a) discente.

Art. 5º As ações de extensão estão inseridas nos PPC do curso de Relações Internacionais por meio de Atividades Curriculares de Extensão (ACE), ofertadas como:

I – Atividades Curriculares de Extensão Específicas (ACEE): constituídas por programas, projetos, eventos ou cursos de extensão;

II - UNIPAMPA Cidadã: programa institucional ofertado como atividade curricular de extensão específica (ACEE).

Parágrafo único. O programa UNIPAMPA Cidadã visa fortalecer a formação humanística e cidadã dos(as) discentes e contribuir na integração da Universidade com a comunidade, através ações comunitárias junto à sociedade civil organizada, organizações não governamentais (ONGs) e entes públicos, priorizando, preferencialmente, o atendimento da população em situação de vulnerabilidade social.

Art. 6º A carga horária das Atividades Curriculares de Extensão (ACEs) que, obrigatoriamente, deve ser integralizada pelo discente estão distribuídas da seguinte forma:

I - 260 (duzentas e sessenta) horas de Atividades Curriculares de Extensão Específicas (ACEE), propriamente dita;

II - 60 (sessenta) horas do programa institucional UNIPAMPA Cidadã.

TÍTULO III DA VALIDAÇÃO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

Art. 7º É de responsabilidade do(a) discente solicitar à Secretaria Acadêmica, respeitando calendário acadêmico da graduação, o aproveitamento / validação das Atividades Curriculares de Extensão Específicas (ACEE), da seguinte forma: I. Mediante requerimento; II. O discente deve anexar ao seu requerimento cópia dos documentos comprobatórios, com indicação da carga horária de cada atividade.

III. O requerimento deve ser submetido à Secretaria Acadêmica em formulário eletrônico próprio.

Art. 8º A Comissão do Curso deverá indicar um(a) ou mais docentes para exercer a função de Supervisor(a) de Extensão com as seguintes atribuições:

I - Apresentar para os(as) acadêmicos(as) a organização da oferta e desenvolvimento das Atividades Curriculares de Extensão no curso;

II - Avaliar o caráter formativo das ações de extensão realizadas pelo(a) acadêmico(a);

III - Dar ciência e aprovar a proposta de trabalho comunitário que será realizado no Programa Unipampa Cidadã, tendo em vista o início das atividades pelo(a) acadêmico(a);

IV - Validar as Atividades Curriculares de Extensão Específicas e, no Programa Unipampa Cidadã, planejar, acompanhar e avaliar as atividades desenvolvidas pelo(a) acadêmico(a), a partir dos documentos comprobatórios apresentados;

V - Emitir parecer favorável ou não à aprovação das atividades realizadas pelo(a) discente no Programa Unipampa Cidadã, após a avaliação dos documentos entregues pelo(a) acadêmico(a) conforme o art. 18;

VI - Se aprovadas as atividades no Programa Unipampa Cidadã, encaminhar os documentos comprobatórios à Secretaria Acadêmica, para registro da carga horária validada;

VII - Disponibilizar um informe semestral sobre as atividades de extensão realizadas para a Coordenação/Comissão do Curso, Coordenação Acadêmica do câmpus e PROEXT.

§ 1º Para o exercício das funções de supervisor de extensão serão alocadas até 8 (oito) horas semanais de trabalho na categoria Gestão (Ofício 09/08/2022). Se mais de um docente for designado para a função, o encargo deve ser dividido pelo número de docentes envolvidos.

§ 2º O(s) supervisor(es) de extensão será indicado pela Comissão do Curso por um período de 3 (três) anos, reconduzível para ulteriores 3 (três) anos).

Art. 9º O supervisor de extensão poderá exigir a apresentação de documentação complementar e/ou originais dos comprovantes apresentados.

Art. 10 Da decisão do indeferimento caberá recurso à Comissão de Curso, no prazo de 48 horas a contar da comunicação da decisão denegatória.

Art. 11 A Secretaria Acadêmica será o setor responsável pela conservação do arquivo digital dessa documentação, bem como pelo registro do aproveitamento / validação das ACEs no Histórico Escolar do discente, respeitando os prazos estabelecidos.

Parágrafo Único. A Coordenação do Curso de Relações Internacionais poderá dispor uma mudança no sistema de arquivo e controle, tendo em vista uma maior eficiência do espaço físico e da simplificação de rotinas.

Art. 12 O discente será orientado, pelo supervisor de extensão, a realizar as ACEs ao longo do curso, a partir do 1º semestre, satisfazendo suas exigências, progressivamente, de modo a evitar o acúmulo da carga horária total para o final do curso.

SEÇÃO I

DA PARTICIPAÇÃO DISCENTE NO PROGRAMA “UNIPAMPA CIDADÃ”

Art. 13 Para participar do programa “Unipampa Cidadã” (ou programa institucional equivalente), o(a) acadêmico(a) deverá realizar trabalhos comunitários em instituições públicas, organizações não governamentais (ONGs), organizações ou associações da

sociedade civil organizada, e atividades organizadas por entidades religiosas e voltadas para atendimento da população.

Parágrafo único As ações devem atender a demanda da comunidade e priorizar o atendimento da população em situação de vulnerabilidade social.

Art. 14 A Comissão do Curso facultará aos discentes o direito de escolha do local da ação, além do tipo de trabalho;

§1º Os horários, os períodos de realização e os tipos de trabalho comunitário devem ser previamente definidos, de forma consensual, entre entidades, discentes e supervisor de extensão, respeitando as regras definidas neste regulamento.

Art. 15 Para comprovação das atividades realizadas no programa “Unipampa Cidadã”, o(a) discente deverá apresentar os seguintes documentos ao Supervisor de Extensão:

I - Certificado da instituição onde foi realizada a ação, informando o tipo de trabalho, a carga horária, a população beneficiada e a avaliação da ação;

II - Relatório da atividade do discente, conforme modelo disponibilizado pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura na Instrução Normativa UNIPAMPA Nº 18, 05 DE AGOSTO DE 2021.

SEÇÃO II

DA PARTICIPAÇÃO DISCENTE EM PROGRAMAS E PROJETOS DO CURSO

Art. 16 Além da participação no programa “Unipampa Cidadã”, o(a) acadêmico(a) deverá compor a equipe executora de programas/projetos coordenados por docentes vinculados ao curso de Relações Internacionais.

Art. 17 Para comprovação das atividades realizadas nos programa/projetos, o(a) discente deverá apresentar o certificado de participação fornecido pelo(a) coordenador(a) do projeto ao(s) Supervisor(es) de Extensão.

TÍTULO IV – DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18 O presente regulamento aplica-se a todos os discentes do Curso de Relações Internacionais que ingressaram na Unipampa a partir do semestre 2023/1.

Art. 19 Casos omissos serão decididos pela Comissão do curso de Relações Internacionais.

Art. 20. O presente Regulamento entra em vigor juntamente com a vigência deste PPC.

APÊNDICE D

REGIMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS – CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO

CAPÍTULO I DA NATUREZA E CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 1º O presente Regimento regula e disciplina as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Relações Internacionais do Campus Santana do Livramento da Universidade Federal do Pampa, bem como estabelece as competências do Presidente, do Secretário e de seus membros, além das diretrizes e formas para convocação, quórum e condução das reuniões.

Art. 2º O Núcleo Docente Estruturante do Curso de Relações Internacionais do Campus Santana do Livramento da Universidade Federal do Pampa, doravante chamado simplesmente de NDE, constitui-se de um grupo de docentes, com caráter consultivo, responsável pela concepção, acompanhamento, consolidação, avaliação e atualização do Projeto Pedagógico do Curso de Relações Internacionais do Campus Santana do Livramento (PPC), da Universidade Federal do Pampa.

Art. 3º A Coordenação do Curso, a qualquer tempo, poderá sugerir à Comissão do Curso de Relações Internacionais a composição do NDE, bem como as suas eventuais alterações, mas cabe à Comissão do Curso de Relações Internacionais sua indicação, que deve ser aprovada pelo Conselho do Campus, o qual, por meio de seu representante máximo, enviará para o Gabinete da Reitoria, a Ata de constituição do Núcleo, prevendo o mandato dos membros, para designação formal via portaria.

Art. 4º O Núcleo Docente Estruturante será constituído segundo os seguintes critérios:

- a) no mínimo 5 (cinco) professores(as) pertencentes ao corpo docente, comprometidos com o desenvolvimento do PPC e que ministrem disciplinas regularmente no Curso;
- b) todos os membros devem ter titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*;
- c) todos os membros devem ter regime de trabalho integral com dedicação exclusiva na UNIPAMPA.

Art. 5º. Os membros do NDE terão um mandato de 3 (três) anos, com possibilidade de recondução, sendo adotadas estratégias de renovações parciais de modo a haver continuidade no pensar do Curso.

§ 1º. Os membros do NDE serão formalmente designados por Portaria do Gabinete da Reitoria da UNIPAMPA;

§ 2º. O NDE deve ter um Presidente(a) e um Secretário(a) escolhidos pelos pares, para um mandato de 03 (três) anos.

§ 3º. Caso algum dos membros do NDE tenha duas faltas injustificadas consecutivas nas reuniões ou outras atividades do NDE, para o qual tenha sido convocado, poderá ter sua exclusão indicada pela Comissão do Curso de Relações Internacionais.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE E DE SUA PRESIDÊNCIA E SECRETARIA

Art. 6º. São atribuições do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa, campus Santana do Livramento:

- a) Elaborar, acompanhar, avaliar e atualizar o Projeto Pedagógico do Curso definindo sua concepção e fundamentos, zelando pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Relações Internacionais e outras diretrizes do CNE e MEC;
- b) Estabelecer e contribuir para a consolidação do perfil profissional do graduando do curso;
- c) Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo respeitando os eixos estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Relações Internacionais e o Projeto Pedagógico do Curso;
- d) Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular e submetê-la à aprovação pela Comissão de Curso;
- e) Auxiliar a coordenação do Curso na organização, condução, avaliação e socialização dos planos de ensino dos componentes curriculares ofertados semestralmente pelo Curso de Relações Internacionais.
- f) Propor e supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso e das disciplinas que integram a matriz curricular, definidas na Comissão do Curso de Relações Internacionais, respeitando as diretrizes da Comissão Própria de Avaliação (CPA);
- g) Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas relativas ao Curso de Relações Internacionais;

h) Propor ações e instrumentos que auxiliem na política de gestão da coordenação de curso, no sentido de manter a continuidade de ações relativas ao pensar o curso;

g) Realizar quaisquer outras ações que sejam necessárias para concepção, acompanhamento, consolidação, avaliação e atualização do Projeto Pedagógico do Curso de Relações Internacionais (PPC) do Campus Santana do Livramento da Universidade Federal do Pampa.

Art. 7º. Compete à Presidência do NDE:

- a) Convocar e presidir as reuniões, com direito a voto;
- b) Representar o NDE junto aos órgãos acadêmicos e administrativos da UNIPAMPA;
- c) Encaminhar as deliberações e propostas do NDE, aos setores competentes da UNIPAMPA;
- d) Designar um integrante do NDE para secretariar e auxiliar na lavratura das atas das reuniões, na ausência do secretário;
- e) Indicar e apoiar representação e participação de integrantes do NDE em diferentes instâncias acadêmicas.

Art. 8º. Compete à Secretaria do NDE:

- a) substituir o presidente na sua ausência, sempre que necessário;
- b) redigir e lavras as atas das reuniões e demais documentos do NDE;
- c) auxiliar na organização da documentação do NDE;
- d) auxiliar na organização das reuniões e eventuais demandas.

CAPÍTULO III

DAS REUNIÕES

Art. 9º. O NDE reunir-se-á, ordinariamente, por convocação do seu Presidente, 2 (duas) vezes no semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente.

§ 1º. As reuniões ordinárias do NDE terão datas estabelecidas para cada semestre curricular;

§ 2º. A pauta da reunião do NDE deverá ser encaminhada por seu Presidente no prazo mínimo de 2 (dois) dias úteis antes da próxima reunião;

§3º. O NDE reúne-se com quórum de metade mais 1 (um) de seus membros e delibera por maioria absoluta dos presentes.

§4º. A Presidência poderá convidar pessoas não integrantes ao NDE, com a finalidade de elucidar matérias.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Os casos omissos serão discutidos pelo NDE, encaminhados a Comissão do Curso de Relações Internacionais e, diante da limitação deste, pelo órgão superior da UNIPAMPA, de acordo com o que dispõe o seu Regimento Geral.

Art. 11. Este regimento deve ser utilizado, no que couber, a Comissão do Curso de Relações Internacionais, do campus Santana do Livramento, enquanto esta não possuir regimento próprio.

Art. 12. O presente Regimento entra em vigor após aprovação pela Comissão do Curso de Relações Internacionais, campus Santana do Livramento.

Santana do Livramento, 05 de agosto de 2021.